

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Cláudia Santos de Albuquerque

**VISÕES E REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE
DROGAS**

Juiz de Fora

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**VISÕES E REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE
DROGAS**

Ana Cláudia Santos De Albuquerque

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), área de concentração “Cultura, Democracia e Instituições”, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga.

Juiz de Fora

2015

Ana Cláudia Santos De Albuquerque

**VISÕES E REPRESENTAÇÕES DE ADOLESCENTES SOBRE
DROGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), área de concentração “Cultura, Democracia e Instituições”, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 31 de Agosto de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Rogéria Campos de Almeida Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Rogéria da Silva Martins
Universidade Federal de Viçosa

*O êxito da vida não se mede pelo caminho que
você conquistou, mas sim pelas dificuldades que
você superou. Abraham Lincoln*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me concedido a graça de ter realizado mais um sonho.

Ao meu orientador, Paulo Fraga, por ter me guiado nos caminhos mais obscuros, apresentando diferentes trajetos, motivando a exploração de trilhas até então desconhecidas. Paulo, o caminho foi árduo, porém a experiência foi enriquecedora!

À CAPES, agência de fomento do Governo Federal, que subsidiou a realização desta pesquisa e permitiu que eu me dedicasse integralmente a ela, e também ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, que, ao me aceitar como aluna e pesquisadora, permitiu-me desbravar percursos pouco explorados.

Aos alunos e funcionários da escola estadual de Cataguases, onde foi realizada a pesquisa, que me receberam tão bem e contribuíram para a sua realização.

A todos os participantes do grupo da pesquisa “Diagnóstico, Prevenção e Capacidade no Enfretamento na Violência na Escola na Zona Da Mata” que contribuíram cada qual com suas expertises, para a construção de meu conhecimento.

À colega de pesquisa e Assistente Social, Ana Carolina Damasceno, pela atenção, disponibilidade e competência manifesta em todos os momentos que trabalhamos juntas.

Ao amigo e colega de profissão, Rodrigo Bastos, que me estimulou sair da zona de conforto, na área que tanto amo, Psicologia, e me instigou a desbravar o tão misterioso “caminho das pedras”. Rodrigo, o seu discurso – “muitos tentam, mas poucos conseguem!” – foi fundamental para minha perseverança neste processo.

Ao colega de programa, Wallace Faustino, por compartilhar comigo um pouco de suas expertises, preparando-me para a tão sonhada aprovação.

Aos colegas do programa pelas trocas, tanto em sala de aula quanto fora dela, em especial Lucília Dias, Joana Croce, Astrid Sarmiento, Vanessa Aguiar e Leonardo Azevedo.

À professora de Direito e colega de programa, Letícia Paiva, pela amizade. Sua presença foi de grande importância nos momentos em que mais estive desmotivada, orientando-me nos períodos em que me sentia “desorientada”.

À professora de português, Amanda Testa, pelos serviços e ensinamentos.

Aos colegas de profissão, de todos os lugares em que trabalhei neste período, que contribuíram direta e indiretamente para realização deste sonho.

Aos amigos de infância e vida adulta, por estarem presentes, mesmo que distantes, em momentos de tanta ausência.

À terapeuta Rosangela Cunha, por aceitar estar junto comigo nos momentos mais obscuros desta experiência.

Aos familiares, tanto aqueles de sangue quanto os de coração, pelo apoio e compreensão em face das minhas ausências.

Enfim, por último, deixei propositalmente minha família e meu esposo.

Agradeço à minha mãe Maria e ao meu pai Antônio, por terem acreditado em mim e me apoiado durante este processo. Saibam que, apesar de nossas diferenças, sou muito grata ao que fizeram e fazem por mim até hoje.

Aos meus irmãos amados, Anderson e Aline, por serem parceiros em todos os momentos de alegria e tristeza.

Ao meu cunhado, quase irmão, Flávio, pelo apoio e participação na minha vida e na vida daqueles que tanto amo.

Aos meus lindos e amados sobrinhos, Ana Flávia e Davi, por sempre me fazerem feliz.

Ao meu amor, Marciano, por estar sempre me apoiando nas minhas buscas pessoais e profissionais, ainda que, em alguns momentos, tenha havido muitas cobranças.

Gostaria que minha família e meu esposo soubessem que esta conquista não é só minha, mas também de cada um de vocês que estiveram presentes no decorrer desta trajetória.

RESUMO

Nos últimos anos, têm-se intensificado os debates sobre drogas, principalmente no que tange ao consumo e ao comércio de entorpecentes praticados por adolescentes. Esses debates não se restringem à caracterização do evento, sendo muito comum a sua associação às manifestações de violência ou crime. No Brasil, as experiências pessoais com substâncias psicoativas, principalmente aquelas ligadas às drogas ilícitas, são abordadas como problema de saúde pública e/ou de justiça. O discurso dominante fundamenta-se na lógica repressiva e proibicionista. Tendo em vista a realidade a que se apresenta, esta dissertação baseou-se em uma pesquisa, que teve como objetivo investigar visões e representações de adolescentes sobre drogas, de forma a explorar: informações; experiência; possíveis relações com a violência; políticas e ações de drogas. A pesquisa foi realizada com estudantes, cuja idade variava entre 13 e 15 anos, matriculados no oitavo e nono ano do ensino fundamental em uma escola estadual do município de Cataguases, localizado na zona da mata de Minas Gerais. O método qualitativo subsidiou a compreensão das representações, a inteligibilidade dos fenômenos sociais e os significados atribuídos pelos atores aos eventos da droga. A técnica utilizada para coletar as informações no campo foi a de grupo focal. Através de uma conversa com objetivos previamente definidos, trabalhamos com as percepções do público investigado e chegamos aos seguintes resultados: o consumo e o comércio de drogas fazem parte do cotidiano dos adolescentes, sendo comuns experiências diretas e indiretas; as informações sobre as substâncias psicoativas, por boa parte dos alunos, são permeadas pelo discurso proibicionista; existe o entendimento de que a droga tem relação com a violência, principalmente quando envolve o tráfico de drogas; os alunos conhecem muito pouco as políticas e as ações desenvolvidas para prevenção às drogas. A partir dos relatos dos entrevistados, comparamos o discurso prático dos adolescentes com o discurso científico. Ao final, abordamos um conjunto de questões que devem ser analisadas para a compreensão da droga e suas possíveis relações, levando em consideração a complexidade do evento. Os enunciados de Brochu (2006) e Da Agra (2008), calcados na perspectiva interacionista, sugerem outra forma de “tratar o problema” do consumo e comércio de drogas.

Palavras Chave: Drogas; violência; adolescência e drogas; políticas de drogas

ABSTRACT

Over the last years, debates about drugs have been intensified, mainly in terms of narcotic consumption and trafficking among teenagers. These debates go beyond the event themselves, so they are commonly associated with violence or crime protest. In Brazil, personal experiences involving psychoactive substances, especially those related to illicit drugs, are treated as a public health and/or justice issue. The dominant speech is based on repressive and prohibitionist logic. Considering this reality, this dissertation was based on a research, which set its objective on the investigation of adolescents' perspectives and representations about drugs in order to explore: information; experience; possible relation with violence; drug politics and actions. The survey was carried out with students whose age varied from 13 to 15 years old, enrolled in eighth and ninth grades of a public elementary school in Cataguases, Zona da Mata region, in Minas Gerais. The qualitative method provides the comprehension of representations, the intelligibility of social phenomena and the meanings ascribed to agent of drug occurrence. The technique used to collect information in field was the Focus Group. Through a conversation, which had its goal previously defined, we worked on investigated audience's perceptions and it came up with the following results: the consumption and trafficking of drugs is part of the adolescents' daily routines. Therefore, direct and indirect experiences are common among them. Pieces of information about psychoactive substances are permeated by a prohibitionist speech; there is the understanding that drugs are related to violence, especially when it involves drug trafficking; students are barely aware of politics and actions developed to drug prevention. By the interviewees' reports, the practical speech of teenagers was compared to the scientific one. At the end, a couple of questions, should be analyzed to drug comprehension and its possible relations, were debated considering the complexity of the event. Based on interactive perspective, Brochu (2006) and Da Agra (2008) suggest another way to "deal with the problem" of the consumption and trafficking of drugs.

Key words: drugs, violence, adolescence and drugs, drug politics

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição de entrevistados conforme o gênero	102
Gráfico 2	Distribuição de adolescentes entrevistados conforme idade.....	103
Gráfico 3	Distribuição de entrevistados conforme o ano de ensino	104
Gráfico 4	Distribuição do discurso: Médico/Jurídico/Diverso	117
Gráfico 5	Distribuição de adolescentes que detinham algum tipo de informação sobre drogas.....	118
Gráfico 6	Distribuição da representação que a droga provoca algum tipo de Prejuízo.....	118
Gráfico 7	Distribuição de adolescentes e suas experiências com drogas.....	126
Gráfico 8	Distribuição da experiência direta conforme o tipo de consumo.....	127
Gráfico 9	Distribuição de representações conforme relação drogas x violência	136
Gráfico 10	Distribuição de ações e políticas desenvolvidas.....	139
Gráfico 11	Distribuição de ações sugeridas para a prevenção do consumo de drogas.....	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO: GENEALOGIA DO DISCURSO	22
2.1. Biopoder: estratégias para instituição do discurso dominante.....	22
2.1.1. A Genealogia do Poder.....	23
2.1.2. O Discurso como Forma de Dominação.....	25
2.1.3. Biopoder: Estratégias Para Instituição Do Discurso Dominante.....	30
2.2. Análise Da Droga A Partir Da Perspectiva De Foucault.....	34
2.2.1. O Discurso Médico e Jurídico.....	34
2.2.2. Dispositivos de Controle sobre as Drogas.....	37
2.2.3. O Tráfico: “Instituição” de Poder e Controle.....	38
2.3. Análise para Além do Discurso.....	40
2.3.1. Entendendo o Fenômeno da Droga a Partir dos Enunciados Interacionistas.....	42
2.3.2. A Relação Droga-Violência.....	43
2.3.3. Drogas e seus Efeitos no Organismo.....	46
2.3.4. O Sistema de Distribuição.....	47
2.3.5. O Adolescente e a Relação com a Droga.....	48
2.3.6. Aspectos Socioculturais: Fatores Condicionantes e Determinantes para o Consumo de Drogas.....	50
2.3.7. A Resistência ao Discurso Repressivo Configura o Desvio.....	52
2.3.8. A Trajetória do Consumo.....	53
2.3.9. A Trajetória do Tráfico de Drogas.....	54
2.3.10. Seria a Adolescência um Desvio Latente?.....	55
2.4. Síntese.....	56
3. ANÁLISE ESTRUTURAL DA POLÍTICA DE DROGAS BRASILEIRA.....	59
3.1. A Política de Drogas do Brasil.....	59
3.1.1. Breves Considerações da Política de Drogas Brasileira.....	65
3.1.2. Evolução Da Política De Drogas Do Brasil.....	70
3.2. As Bases Ideológicas Da Lei Nº 11.343/06.....	73

3.2.1 O Discurso Médico-Jurídico e Jurídico-Político.....	75
3.2.2. O Discurso da Segurança Global: Compreensão Geopolítica da Luta Entre o Bem x Mal.....	75
3.2.3. Ideologia de Segurança Nacional: Militarização e Controle Social.....	78
3.3. O Discurso da Prevenção Ganha Novos Contornos: Redução de Danos.....	80
3.3.1. Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.....	84
3.3.2. A Escola e as Estratégias de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.....	88
3.4. O Enunciado Atual Propõe a Descriminalização de Algumas Drogas.....	90
3.5. Síntese.....	93
4. RESULTADO E DISCUSSÃO: COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES.....	95
4.1. Caracterização do Universo Pesquisado.....	95
4. 1.1. A Cidade de Cataguases: Notas Breves.....	95
4.1.2. A Unidade de Ensino e o Entorno.....	97
4.1.3. A relação empírica da pesquisadora com o universo pesquisado.....	98
4. 1.4. Perfis dos Estudantes.....	102
4.2. Percepção dos Alunos sobre o Universo Escolar.....	104
4. 3. As Representações dos Adolescentes sobre as Drogas.....	105
4.3.1. Informação.....	105
4.3.2. Experiência Social com Drogas: Direta e Indireta.....	119
4.3.3. Droga x Violências: Possíveis Relações.....	128
4.3.4. Políticas e Ações de Prevenção ao Uso de Droga.....	137
a) Ações e Políticas Conhecidas.....	138
b) O que os Adolescentes Acham sobre as Ações e Políticas Existentes.....	140
c) Proposta de Ações para Prevenção do Uso Indevido de Drogas.....	142
4. 4. Síntese.....	148
CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156

INTRODUÇÃO

O debate sobre drogas promovido no Brasil está muito direcionado para questões ligadas ao consumo de drogas ilícitas e o tráfico de drogas. Pouco se discute sobre as substâncias lícitas, porém quando há debate as questões levantadas são sobre o controle e a regulação. Há uma tendência em considerar o fenômeno como uma questão de Saúde Pública e/ou de Justiça. Desse modo, as estratégias pensadas para “tratar” o problema visam o controle epidemiológico do fenômeno.

As políticas desenvolvidas estão calcadas em fundamentos proibicionais direcionadas para repressão e controle do consumo, comércio e produção de drogas. A Lei nº 11.343/06 atualmente aplica disposições e orientações sobre questões ligadas à droga. Dentre as disposições previstas está a política de prevenção ao uso indevido a drogas que deu base para o desenvolvimento das estratégias de redução de danos.

Além das discussões em torno do consumo e comércio de drogas muito se tem questionado sobre a violência e suas possíveis relações com a droga. Parcela significativa da população atribui a violência ao consumo e tráfico de drogas.

Da Agra (2008) e Brochu (2006) relativizam a relação tanto da droga com a violência como dela com o crime. Para eles não é possível estabelecer relação de causalidade entre os fenômenos. Devemos considerar a interação de diversas variáveis que interferem na consolidação deste.

A droga tem que ser tratada com uma questão social que deve ser discutida para se chegar numa solução concreta e obter propostas realísticas para intervir em situações de consumo e envolvimento ao tráfico. Contudo, o que nos preocupa é a forma como é articulado este discurso e as consequências dele.

O discurso perene é calcado em enunciados moralizantes que estigmatizam os atores, envolvidos com o consumo e comércio de drogas, desencadeando uma série de problemas sociais, pois a questão da droga não deve ser tratada exclusivamente a partir do ponto de vista individual, mas também social.

Dentre as questões sociais apresentadas está o elevado número de adolescentes investidos no mundo da droga. Vale lembrar, que estes atores, no período da adolescência, estão em fase de desenvolvimento e constante mudanças, seja ela biológica, psicológica e social (BROCHU, 2006). Em função disso é comum eles se voltarem para experiências externas aquelas vividas no seio familiar. Deste modo, estão expostos a experimentarem situações de risco, dentre elas o consumo de drogas e o envolvimento no crime.

Em função do exposto a escola vem enfrentando desafios na educação de jovens e adolescentes no trato com a questão das drogas e nas constantes manifestações de consumo dentro de ambientes escolares e entorno das instituições.

Outra manifestação comum dentro e fora do recinto escolar é a violência que atualmente é parte do cotidiano das pessoas. Dentre as manifestações mais evidentes, estão: bullying, violência contra o patrimônio, violência verbal, violência física, entre outras.

De modo geral, a violência ligada à droga também tem sido uma questão apresentada pelas escolas. A queixa mais recorrente é que o tráfico de drogas interfere no funcionamento da escola tendo em vista sua articulação violenta. É comum vermos reportagens sobre guerras entre quadrilhas ou da polícia com o tráfico que afetam no funcionamento de unidades de ensino. A interferência não se restringe ao funcionamento sendo comum também a vitimização de membros da comunidade escolar devido à violência.

A escola é importante dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1984) na educação de jovens e adultos. Ela prepara estes para o convívio social com base nos valores e preceitos morais instituídos pelos discursos dominantes. Desse modo, tem papel preponderante para disciplinar corpos conforme os padrões sociais esperados.

Em face do fenômeno da droga a escola por muito tempo atuou como um importante dispositivo social visando disciplinar os atores para o não uso das substâncias psicoativas. Atualmente este dispositivo continua ser fundamental no preparo de indivíduos para experiências com a droga. Contudo, atualmente a política vigente propõe intervenções mais direcionadas à redução da demanda e redução da oferta.

Em função do exposto programas e projetos pedagógicos têm sido desenvolvidos em ambientes escolares visando o preparo dos alunos frente a possíveis experiências de consumo. As medidas interventivas vão desde orientação a palestras informativas, grupos de discussão, emissão de cartilhas, entre outras.

Entretanto, o que nos preocupa é a fundamentação destes programas que acabam muitas vezes sendo ineficientes. O fato de eles estarem pautados no discurso proibicionista já distancia um pouco da realidade vivida pelos adolescentes. Se as estratégias tiverem cunho impositivo acabam de vez com a possibilidade de eficácia e eficiência dos programas de prevenção.

Tendo em vista algumas questões aqui apresentadas, torna-se relevante entender o poder do discurso na constituição das representações e nas relações consolidadas a partir deste. Para tanto, no segundo capítulo, pois no primeiro será apresentada a metodologia de análise usada na pesquisa, iremos discutir conceitos de Foucault que irão possibilitar a

compreensão e análise do atual discurso sobre droga, assim como as representações dos adolescentes construídas a partir desse.

O discurso para Foucault (1999a) é apresentado como enunciação de poder, anunciado por uma vontade de saber que se apóia em uma instituição para exercer uma espécie de coerção. No que diz respeito ao discurso da droga, podemos supor que a enunciação de poder visa o controle dos corpos e fundamentam-se nos enunciados médicos e jurídicos para coerção e controle do consumo de drogas lícitas, assim como inibição de qualquer tipo de envolvimento com as substâncias ilícitas.

Neste cenário o Estado prevê estratégias, políticas de saúde, para gerir a saúde coletiva e os danos causados pelo consumo de drogas. As estratégias auxiliam também na manutenção de corpos saudáveis capazes de preservar a força de trabalho e manter a hegemonia econômica do estado.

Tendo em vista o discurso permeado por relações de poder que sobrepõe o enunciado proibicionista coube ainda no segundo capítulo apresentar outros tipos de enunciados que vem se delineando nos últimos tempos cuja base de análise está fundamentada na teoria interacionista.

A partir deste enunciado será possível compreender o fenômeno da droga para além da perspectiva causal tendo em vista a complexidade dele (DA AGRA, 2008). Este estudo irá auxiliar na compreensão das possíveis relações entre drogas e violência. Isto porque, para analisar a droga, em termos científicos somos obrigados a abandonar a relação linear de causalidade para adotar um ponto de vista pluridimensional do campo interdisciplinar.

Após a apresentação dos enunciados que consideramos mais importantes na produção do discurso sobre drogas, nos propomos no capítulo três fazer uma análise estrutural da política que se consolidou no país.

Para tanto novamente com base na análise estrutural promovida por Foucault (1999a) e Garland (2008) analisamos as mudanças históricas, culturais e políticas que influenciaram no delineamento da atual política.

Com base neste levantamento veremos que o discurso proibicionista está fundamentado na ideologia médico-jurídico, nos princípios da segurança global e na ideologia da segurança nacional e o processo de militarização (SALO DE CARVALHO, 2010).

Todo o levantamento realizado subsidiará comparação entre o que o discurso dominante apresenta e as representações dos adolescentes em face do fenômeno da droga, das possíveis relações com a violência e das ações e políticas existentes. Desse modo, no quarto capítulo apresentaremos todo o conteúdo obtido na pesquisa de campo, buscando dar ênfase

as explicações apresentadas pelas perspectivas de Brochu (2006) e Da Agra (2008) propondo elas como possibilidade de análise do fenômeno.

Antes de realizar esta pesquisa havia um desejo imenso da pesquisadora de realizar um estudo que viesse a dar ênfase à complexidade da droga considerando às diferentes variáveis que interagem com ela.

As estratégias desenvolvidas para prevenção ao uso indevido de drogas também causava inquietude na pesquisadora em função do modo como normalmente é desenvolvido em escolas, através da simples transmissão de conteúdo. Acredita-se também na insuficiência destas devido ao fato do fenômeno da droga ser tratado, unicamente, como questão de saúde e justiça

O interesse pela trajetória acadêmica surgiu em meio a um trabalho desenvolvido com adolescentes, de prevenção ao uso indevido de drogas, realizado por uma equipe composta de psicóloga e assistentes sociais, a qual a mestranda fazia parte. Esta equipe técnica formava o quadro de profissionais atuantes no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Palma – M.G.

A proposta do trabalho era investigar as representações e as relações dos adolescentes com as drogas. Para tanto foram aplicados questionários e posteriormente realizado grupo focal para discutir sobre o assunto. Naquele momento, em Palma, o interesse era tanto desenvolver um trabalho preventivo quanto analisar a efetividade das políticas de prevenção desenvolvidas.

O caminho percorrido até então despertou na mestranda o interesse na vida acadêmica e principalmente o desejo de ampliar o conhecimento sobre o fenômeno para além de uma ciência biologizante. Desse modo, houve o engajamento nas ciências sociais, permitindo a compreensão do fenômeno considerando sua complexidade e as constantes interações dos diversos fatores.

Devido à experiência da mestranda no trabalho de prevenção às drogas, realizado no contexto escolar com adolescentes, o professor e orientador Paulo Fraga, expert no assunto sobre drogas, convidou a aluna para compor o grupo de pesquisadores responsáveis pela realização de uma pesquisa em contexto escolar sobre violência.

Apesar do interesse de trabalho da mestranda inicialmente ser distinto, percebeu-se que haveria possibilidade de associar as duas pesquisas, entendendo que o foco dado às drogas poderia ser um tópico dentro da pesquisa sobre violência. Isto porque os fenômenos da droga e violência estão muito próximos, sendo identificado por parcela significativa da população como causa e consequência.

A possibilidade de “junção” das pesquisas foi respaldada pelos seguintes fatores: por entender que a pesquisa sobre drogas poderia contribuir com a pesquisa sobre violência; pelo fato de a droga e da violência ser fenômenos comuns à adolescência na contemporaneidade; e por haver uma tendência da sociedade em estabelecer relações entre violência e drogas.

É importante ressaltar que o levantamento de informações, questionário e grupo focal, foi realizado junto, porém, foram utilizadas metodologias de análise diferentes. A pesquisa sobre violência “Diagnóstico, prevenção e capacidade no enfrentamento na violência na escola na Zona da Mata Mineira”, foi coordenada pelo professor Paulo Fraga e financiada pela FAPEMIG e pela CAPES, no âmbito edital 13/2012 e processo APQ 03495-12, a qual a presente mestranda compôs o grupo de pesquisadores responsáveis pela execução da mesma sendo contemplada com uma bolsa de mestrado vinculada ao projeto.

O objetivo do diagnóstico foi estudar a violência na escola e contribuir para maior conhecimento desse fenômeno, assim como proporcionar a elaboração de cartilhas de cunho preventivo. A escola foi escolhida por ser um dos lugares onde ocorre a manifestação dos diversos tipos de violência. Neste cenário a escolha pela Escola Estadual de Cataguases ocorreu em função de haver poucas produções sobre violência em municípios de pequeno porte.

Tendo em vista os aspectos apresentados, entende-se que tanto a pesquisa sobre drogas como a sobre violência são relevantes para o cenário social. Já que vivemos um tempo em que os fenômenos fazem parte do cotidiano das pessoas.

A exposição excessiva na mídia de fatos ditos violentos, os quais contemplam uma diversidade de variantes sobre o fenômeno, reforça para a população em geral que nos últimos tempos houve um aumento acentuado da violência em diferentes culturas. Isto nos leva a refletir se realmente houve um aumento da violência ou se atualmente as ocorrências de violência ganharam destaque nos debates públicos. O que se pode ter certeza até então, é que no curso da história da humanidade, diferentes expressões de violência foram percebidas e que as várias formas de manifestações acompanharam as mudanças nas relações sociais.

Tendo em vista os aspectos apresentados, é fundamental conhecer o fenômeno da droga a partir do olhar de adolescentes. Desse modo, a pesquisa “**Visões e representações de adolescentes sobre drogas**” será relevante para o cenário social, pois possibilitará maior compreensão das representações desse público em relação ao fenômeno considerando as relações que interferem nas construções dela e os diversos fatores que se relacionam com um fenômeno tão complexo. Proporcionara um debate das políticas desenvolvidas atualmente e as ações apresentadas pela população investigada.

O público-alvo escolhido foi justamente pelo fato de ser o fenômeno da droga recorrente entre adolescentes. Para efeitos de distinção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro considera-se adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

Em relação ao campo escolhido para efetivação da pesquisa, como já citado anteriormente, a escola é lugar onde reúne grande número de adolescentes, lugar em que ocorrem as manifestações deles e uma instituição de poder que interfere nas construções subjetivas de cada adolescente. Como bem lembra Foucault (1999), a escola é uma instituição de poder que disciplina os corpos. Dispositivo de poder na produção de discurso.

Para evitar interpretações dúbias, o termo droga será usado para considerar, conforme determinação da OMS, qualquer substância não produzida pelo organismo que pode atuar em um ou mais sistemas alterando seu funcionamento. Vale considerar que as drogas podem ser classificadas a partir do ponto de vista legal, sendo definidas: lícitas e ilícitas (BERGERON, 2012).

A pesquisa irá trabalhar tanto com as representações dos adolescentes em relação às drogas lícitas como as ilícitas. O que será enfatizado são as diferenças dos discursos produzidos em relação a estas classes e respectivamente as relações existentes.

Em suma o que se pretende é considerar os discursos sobre drogas os aspectos e como os discursos de adolescentes vêm se reproduzindo, uma vez que a questão das drogas no Brasil toma um protagonismo entre os adolescentes. Para tanto, a pesquisa será realizada a partir dos seguintes métodos.

1. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Para compreender as visões e representações de alguns adolescentes sobre drogas, sobre possíveis relações com a violência e sobre políticas e ações desenvolvidas não só para prevenir, mas também proibir o consumo, comércio, produção entre outros, foi escolhida a abordagem qualitativa. Para a compreensão do que se propõe, ela é considerada a melhor opção metodológica.

Ao nos referirmos a visões e representações sobre drogas, espera-se conhecer pensamentos, atitudes, motivações, posturas e percepções dos sujeitos sobre as drogas.

Conforme Minayo, Assis & Souza (2005), a abordagem qualitativa deriva do pensamento compreensivista de Weber e hermenêutico de Gadamer. Ela preocupa-se com uma visão interpretativa da ação social. A ação social, no sentido weberiano, “inclui todo comportamento humano quando e até onde a ação individual lhe atribui um significado subjetivo” (MINAYO, ASSIS & SOUZA, 2005). Desse modo, a abordagem qualitativa permite a compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais e os significados atribuídos pelos atores.

“Embora haja diferentes estratégias metodológicas neste tipo de investigação, todas têm o mesmo objetivo: compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção na qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados. Ou seja, acredita-se que exista uma relação dinâmica e inseparável entre o mundo real e a subjetividade dos participantes” (MINAYO, ASSIS & SOUZA, 2005, p. 82).

Como este estudo teve o objetivo conhecer as visões e representações dos adolescentes sobre drogas, sobre as possíveis relações com a violência e sobre políticas e ações de prevenção e proibição, foi primordial analisar o discurso sobre drogas e os enunciados produzidos e reproduzidos no contexto social, teórica e empiricamente. Para tanto, a pesquisa foi alicerçada na Teoria do Discurso de Foucault, considerando todos os elementos da produção de subjetividade: relações poder-saber, biopoder, dispositivos e outros. Ainda alicerçada nos fundamentos de Foucault (1999), num segundo momento, a pesquisa realizará análise estrutural das políticas de drogas, considerando a história da criminalização destas, o discurso dominante e as práticas de controle. Para isso, será realizada uma análise estrutural do campo brasileiro considerando os aspectos históricos que influenciaram a construção política, de forma a avaliar as condições sociais que subjazem o controle, o discurso político e

suas práticas. A teoria de Garland (2001), calcada na análise estrutural das políticas criminais, também foi utilizada para embasar a análise estrutural da presente pesquisa. Por fim, haverá uma análise confrontando dados do discurso sobre drogas e dos enunciados dos adolescentes de modo a avaliar o discurso enquanto prática.

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola Estadual localizada no município de Cataguases em Minas Gerais. Como mostra o VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Públicas e Privada de Ensino nas 27 capitais brasileiras, realizado em 2010, há uma tendência em analisar o fenômeno da droga nos grandes centros urbanos (CARLINI, 2010).

Uma questão muito discutida em torno da droga, apresentada pela pesquisa, é a existência de possíveis relações entre os fenômenos da droga e da violência. Alguns enunciados atribuem relação de causalidade droga x violência e violência x drogas. A fim de fomentar o debate, no referencial teórico, serão expostas argumentações de dois grandes autores, Da Agra (2008) e Brochu (2006), os quais contribuíram com a desmistificação de certas questões. Haverá também, na pesquisa de campo, uma investigação mais aprofundada das representações dos adolescentes em tona da questão.

Os sujeitos participantes da pesquisa deveriam estar matriculados na escola estadual, no 8º e 9º ano e com idade entre 13 e 15 anos. Participaram meninos e meninas escolhidos a partir das seguintes características: tímidos; participativos; com baixo rendimento escolar; com bom desempenho escolar; com problemas de disciplina; entre outras. A escolha dos alunos foi realizada em conjunto com uma professora da escola que estava participando do projeto sobre violência.

Foram realizados quatro grupos focais, totalizando 33 adolescentes entrevistados. O perfil do grupo focal foi definido da seguinte maneira: 1º grupo misto de meninos e meninas; 2º e o 3º um grupo só de meninas e um só de menino; 4º grupo misto de adolescentes que tinham uma composição familiar tradicional (pai, mãe e irmãos) e composição familiar diferenciada do modelo tradicional. A intenção era articular mais dois grupos focais, todavia, em função de o calendário escolar estar se encerrando, não houve disponibilidade de tempo para a realização destes.

A técnica utilizada para coletar as informações no campo foi a de grupo focal. Esta é uma técnica de entrevista, direcionada a um grupo que é selecionado pelo pesquisador a partir de determinadas características identitárias, visando obter informações qualitativas (KRUEGER, 1994). Através da técnica focal, é possível trabalhar com as percepções (GOFFMAN, 1982). É, pois, uma conversa que tem os seus objetivos previamente definidos.

A seleção dos participantes é criteriosa, e os grupos precisam ter a maior homogeneidade possível, o que torna necessária a sua segmentação por faixas etárias e características específicas.

A partir dos resultados apresentados pelo grupo focal, finalmente, buscou-se fazer comparações das visões e representações sobre drogas, suas possíveis relações com a violência e das ações e programas de prevenção desenvolvidas. Os resultados da pesquisa de campo foram comparados ao levantamento bibliográfico, avaliando assim o discurso produzido sobre drogas, permeado pelas relações de poder-saber, e o discurso enquanto prática.

A descrição da informação, o discurso teórico, subsidiou a comparação do discurso enquanto prática (MEAD, 1971). A intenção consistiu em identificar, por meio da comparação, o que a literatura apresenta e o que os entrevistados dizem. Desse modo, acredita-se que todo o conhecimento produzido pela pesquisa poderá subsidiar o surgimento de questões em torno da temática e do desenvolvimento de novas ações (RADICLIFE-BROWN, 1979).

O método qualitativo usado foi o da observação participante, que consiste em realizar entrevista aberta por meio do contato direto e pessoal com o universo investigado (VELHO, 1978). Proporciona captar sentidos, percepções e fatos através da relação face a face entre pesquisador e pesquisado (CLIFFORD, 2002).

A relação face a face permite captar, além da linguagem, outras formas de comunicação manifestas através da expressão corporal. Todo tipo de comunicação deve ser considerado a fim de afastar os equívocos da comunicação, uma vez que há possibilidade de os atores atuarem em desconformidade com suas ideologias (GOFFMAN, 1982).

O método qualitativo possibilitou a coleta de dados, junto aos adolescentes, no que diz respeito às informações sobre drogas; às experiências (diretas e indiretas); às possíveis relações entre drogas e violência e às ações de programas e políticas.

Em termos de organização, a pesquisa seguiu três etapas fundamentais conforme sugerido por DA MATA (1978). A primeira fase é intitulada como teórico intelectual e teve como foco de atuação, o levantamento bibliográfico em livros, revistas e artigos coletados nas bases de dados Lilacs, Scielo e Domínio Público, utilizando as seguintes palavras-chave: prevenção, violência, drogas, educação e redução de danos.

As bases teóricas e empíricas, utilizadas nessa etapa, tomaram como principais dimensões: conceitos de relação poder-saber, biopoder, dispositivo, e outros calcados no discurso de Foucault (1987; 1999; 2013); a análise estrutural das políticas de drogas tomou

como referência Foucault (1999) e Garland (2001) e bases interacionistas que contemplam toda a complexidade do fenômeno da droga (BROCHU, 2006; DA AGRA, 2008).

Para entender as representações dos adolescentes sobre drogas, é necessário considerar primeiramente como as construções ideológicas são influenciadas por instâncias de controle que objetivam a disciplina dos corpos. Isto porque acredita-se que as representações são influenciadas por instâncias de controle existentes na sociedade que visam à adesão de comportamentos compatíveis com os seus discursos para manter o poder e a ordem nas relações.

Desse modo, no primeiro capítulo, será realizada uma revisão bibliográfica que considera: as argumentações de Foucault em torno da influência do poder sobre os corpos, de forma a reconhecer a força da disciplina sobre eles; o papel dos dispositivos na manutenção destas relações; as relações de poder-saber que produzem subjetivação; o discurso dominante sobre drogas e os enunciados que estão às margens desses discursos.

Foucault (1999) identifica o corpo como objeto e alvo de poder – passível de manipulação, de modelagem, de treino, de obediência – e de reproduzir habilidades cujas forças se multiplicam. Para ele, em qualquer sociedade, o corpo está sujeito às manipulações que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. O controle dos corpos é efetivado através da utilização de técnicas de vigilância e coerção.

O estudo sobre a genealogia das relações de poder revela como os saberes constituem redes de dominação, destacando as consequências do poder dos discursos e das práticas sociais.

Ao considerar a teoria de Foucault como base para tecer as argumentações, vislumbrou-se apresentar o discurso estrutural sobre drogas e avaliar se, no discurso dos adolescentes entrevistados na pesquisa empírica, há realmente, como apresenta Foucault, uma reprodução das argumentações científicas. Em outras palavras, a análise se resume em avaliar os efeitos do discurso sobre drogas nos processos de construção das representações e das práticas desses indivíduos. Para tanto, inicialmente, será apresentada a genealogia dos efeitos do poder das práticas.

No segundo capítulo, seguindo ainda a lógica de Foucault (1999) para analisar os discursos, será realizada análise estrutural do discurso político sobre drogas no Brasil, considerando os aspectos que interferem na produção destes discursos, de forma a avaliar como as mudanças econômicas, sociais, culturais e, principalmente, políticas contribuíram para a instituição do discurso dominante de drogas, ou seja, o discurso proibicionista. Vale

ressaltar que a análise não estará restrita à política de combate à droga no Brasil, já que a necessidade de produzir conhecimento acurado nos leva a uma análise global do fenômeno.

Como teoria de base para produção deste capítulo, também foi utilizado o método estrutural de Garland (2008). A intenção é traçar o mesmo paralelo do autor, de análise estrutural, e aplicar esse método nesta pesquisa. Em outras palavras, a partir da pesquisa de Garland (2008), é possível compreender com maior clareza quais os elementos devemos considerar para promover uma análise estrutural de teoria e práticas criminais, ou, ainda, como o autor aplica os conceitos de análise estrutural de Foucault (1999). Em seu estudo, Garland (2008) se propôs a apresentar os desdobramentos da resposta social ao crime e das forças sociais, culturais e políticas que reforçaram o controle do crime e da justiça criminal na segunda metade do século XX na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Para tanto, ele realizou um mapeamento das condições sociais que amparam o controle do crime e apresentou os discursos criminológicos que moldaram as políticas e as práticas. O autor apresentou mudanças no campo de práticas, de discurso e de representações.

Tendo como ponto de referência a análise estrutural, o capítulo irá destacar as bases ideológicas que fundamentaram o discurso proibicionista de drogas no Brasil (SALO DE CARVALHO, 2010), considerando aspectos políticos, econômicos e sociais, as relações de poder-saber que amparam os discursos coercitivos. Serão apresentadas também as condições sociais em que se instalou o discurso proibicionista e aspectos que fundamentaram a criminalização da droga no Brasil.

O último capítulo consiste em apresentar os dados coletados na pesquisa empírica, comparando este com a literatura utilizada nos primeiros capítulos, a fim de identificar como o discurso dominante tem sido reproduzido, quais os enunciados estão sendo manifestos como forma de resistência ao discurso dominante e permitir uma construção crítica sobre as políticas e programas de prevenção desenvolvidos para atuar em face dos fenômenos.

Devido ao entendimento de que o fenômeno da droga é complexo, para ser compreendido, deve ser avaliada a diversidade de fatores que estão em constante interação com ele (BROCHU, 2006; DA AGRA, 2008). Antes da apresentação dos resultados da pesquisa no capítulo três, foi apontada a análise de diversos fatores que interagem com o fenômeno, como características da população, da economia, da educação, da violência/crime, do campo, entre outras.

Para efeitos de organização metodológica, as etapas do processo de estruturação, seleção, critérios e procedimentos da pesquisa de campo serão apresentados conjuntamente com os resultados da pesquisa, na sessão “Caracterização do universo investigado”.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo pretende apresentar a primeira parte do referencial teórico revisado na pesquisa e aborda o fenômeno das drogas, lícitas e ilícitas, do consumo ao tráfico, considerando o discurso dominante produzido pelas Ciências Médicas e Ciências Jurídicas, principalmente no que tange a relação de causalidade droga x violência. A análise não ficará restrita ao discurso dominante, de modo a ampliar o foco da discussão para o enunciado interacionista apresentado por Brochu (2006) e Da Agra (2008), o qual propõe considerar a interação de diversos fatores para a constituição do evento da droga. Vale destacar que a análise do discurso dominante foi calcada na genealogia do discurso de Foucault (1984, 1989, 1999a, 2013), visando abordar, a partir desta, como o enunciado sobre drogas foi construído e estabelecido as relações a partir dele.

2.1. Contribuições da perspectiva de Foucault para entender o discurso sobre drogas

No Brasil, as discussões sobre drogas ilícitas estão muito direcionadas para análise do tráfico e do consumo. Já no que diz respeito às drogas lícitas, as discussões giram em torno da regulação do consumo. Há uma tendência em se considerar o fenômeno como uma questão de Saúde Pública e/ou de Justiça. Devido a isso, as estratégias pensadas para se lidar com o fenômeno são orientadas para a repressão e o controle do consumo, da venda e da produção. Desse modo, acredita-se que Políticas de Saúde, como Política de Redução de Danos e Políticas de Controle do Tráfico e Consumo, podem minimizar os problemas vividos pela sociedade “decorrentes do consumo e tráfico de drogas”. Para a sociedade, estes problemas são, na maioria das vezes, em decorrência da disponibilidade de substâncias ilícitas no meio social.

Entre os inúmeros fenômenos entendidos como oriundos do consumo e do tráfico de drogas, estão a violência e o crime. A sociedade tende a atribuir uma relação de causalidade entre o fenômeno da droga e da violência e/ou crime. Acredita-se que o consumo e/ou tráfico de drogas podem levar o indivíduo à violência e/ou ao crime. Pesquisas realizadas na Europa, apresentadas à frente, produzem algumas argumentações em torno dessas temáticas (DA AGRA, 2008; BROCHU, 2006), considerando as variáveis apresentadas pela teoria de causalidade, porém propondo a compreensão a partir da interação destas com outras variáveis.

Em função da complexidade do fenômeno, considera-se necessária uma construção que vai além da relação de causalidade da droga e violência e/ou de perspectivas que discutem a repressão e controle das substâncias psicoativas.

Para que a pesquisa não fique restrita à análise estrutural dos entorpecentes, torna-se primordial a análise genealógica dos discursos sobre drogas. Isso faz com que a perspectiva de Foucault seja fundamental para compreensão dos discursos e das relações construídas a partir destes. Não que não seja importante a análise estrutural, ela será essencial para entendermos como vem se construindo nos últimos anos o discurso sobre drogas. Contudo, é necessário ir além, e, para isso, é primordial compreender alguns dos conceitos apresentados por Foucault para entender como os discursos se constroem e se tornam hegemônicos.

2.1.1. A Genealogia do Poder

Nas pesquisas realizadas na década de 70, Foucault apresenta o poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes. Nessas análises, ele não considera o poder como uma realidade que tem uma natureza universal e que pode ser definido a partir de uma característica universal, mas sim algo presente nas relações, uma prática social constituída historicamente (FOUCAULT, 1999).

Para compreender historicamente a construção das relações de poder, Foucault considerou as transformações sociais e econômicas ocorridas no fim do século XVIII e início do século XIX na Europa as quais proporcionaram mudanças nas relações sociais. O surgimento de fábricas levou à exploração da força de trabalho e à necessidade de proteção da riqueza. Desse modo, para a manutenção do setor produtivo, surgiram técnicas e mecanismos de controle tanto da produção quanto do indivíduo que vieram a intervir nas relações sociais, já que foram desenvolvidas estratégias para vigiar e controlar a força de trabalho (MARTINS & AMARAL, 2011; FOUCAULT, 1999).

Para os autores, a formação para o trabalho era subentendida como um processo que tem como base a transformação dos corpos por meio de técnicas de controle. Daí surge à necessidade de se criar instituições disciplinares orientadas para a formação dos indivíduos, consequentemente da força de trabalho. Neste contexto, as instituições disciplinares, como exército e escola, são criadas para instituir a disciplina dos indivíduos e moldar corpos capazes de corresponder aos anseios do capitalismo, que almeja intensa produtividade em curto espaço de tempo.

Toda essa transformação ocorrida no centro das relações sociais leva Foucault a analisar as instituições e as estratégias desenvolvidas por elas para instituir a disciplina aos indivíduos.

Os estudos realizados sobre a “microfísica do poder” voltaram-se para a análise das instituições, de modo a permitir uma compreensão do poder para além do controle estatal, visto que não qualifica o poder pertencente única e exclusivamente ao Estado, mas também às instituições sociais com funções disciplinares (FOUCAULT, 1999a).

A partir de suas análises, Foucault mostra que o surgimento dos saberes se concretiza a partir das condições instauradas por essas instituições disciplinares que objetivam o controle e a coerção dos corpos. As funções de controle e coerção estão presentes em todas as relações sociais e principalmente nas instituições disciplinares, como: fábricas, escolas, exércitos, hospitais, entre outras (FOUCAULT, 1999a).

Para ele, o corpo é tratado como objeto passível de ser formado e transformado a partir de técnicas que permitem o aprimoramento. Assim, são utilizados aparelhos disciplinares para clausura e vigilância que utilizam métodos coercitivos e classificatórios.

As técnicas de controle não estão restritas aos espaços fechados, mas a todas as relações sociais. O filósofo afirma que: “em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1999a, p. 118). Contudo, o adestramento não ocorre apenas a partir da clausura, é necessária apenas a instituição da disciplina aos indivíduos para mantê-los a um nível mecânico: movimentos, gestos e representações. Para tanto, não basta a incorporação dos elementos significativos dos comportamentos e linguagem, é imprescindível o exercício destas forças incorporadas. Em outras palavras, não basta incorporar o discurso, é necessário também colocá-lo em prática.

O poder é difundido em práticas sociais, não devendo ser entendido como uma coisa, mas algo que funciona em rede através de manobras e estratégias. Ele pode se manter a partir das instituições sociais e políticas que se ligam e se relacionam entre si e/ou também através do Estado (FOUCAULT, 1999a).

Para o autor, as relações de poder são permeadas pelo que é legítimo e ilegítimo, questões essas que serão discutidas mais a frente. O Estado pode apenas operar o poder com base em outras relações, já que o poder não se restringe a ele e deve ser avaliado a partir das conexões que estabelece com estas instituições. O fato é que o exercício do poder em instâncias microsociais e macrosociais será difundido em práticas sociais.

Em consequência, o indivíduo é resultado de processos de objetivação que ocorrem nas relações de poderes. É daí que vem a noção de docilidade: “...um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1999a, p. 118).

As perspectivas apresentadas até o presente momento nos permitem pensar que as representações dos indivíduos são construídas a partir das relações que eles estabelecem com o meio e com essas instituições disciplinares.

Portanto, analisar o fenômeno da droga consiste em ir além da identificação das representações individuais ou compreender o discurso construído por estas instituições e as técnicas utilizadas para o controle dos indivíduos. Assim nos cabe detectar quais as instituições que articulam esse debate, entender os interesses que permeiam os debates, identificar as estratégias usadas para controle dos corpos e avaliar como o discurso é reproduzido pelos indivíduos.

Para tanto, antes de responder a tais indagações, é necessário avançar um pouco mais na teoria de Foucault e compreender como o discurso é produzido e o que ele apresenta sobre a relação instituída entre ciências e produção dos discursos.

2.1.2. O Discurso como Forma de Dominação

O livro “A ordem do discurso”, de Michel Foucault, de 1970, apresenta as pesquisas sobre os diversos discursos encontrados em uma sociedade, os quais exercem funções de controle, limitação e afirmação do poder em nossa sociedade. Para o filósofo, existe uma ligação do discurso com o desejo e o poder.

Para ampliar a compreensão sobre o discurso, Foucault analisou a loucura. O estudo realizado em 1961, “História da loucura”, foi precursor na reformulação de seus objetivos teóricos e científicos, ao colocar o saber como instrumento de investigação. Isto porque ele se propôs estudar os saberes sobre a loucura sem se limitar a nenhuma disciplina, porém ele se concentrou, em maior medida, nas relações institucionais que contribuíram para a consolidação do discurso (FOUCAULT, 1984).

O filósofo considerou os objetos que favoreceram a construção da história da psiquiatria e, em sua análise, centrou-se nas instituições de controle do louco, procurando compreender as relações que solidificavam sua reclusão e que o excluía das relações sociais.

A enunciação dos indivíduos rotulados como loucos é desconsiderada, banalizada ou não considerada verdadeira. O discurso verdadeiro é aquele construído a partir de relações de poder, normalmente instaurado por instituições reconhecidas e respeitadas em nossa sociedade, como: a escola, o hospital, a ciência, a família, entre outras (FOUCAULT, 2013).

No livro *Arqueologia do Saber*, Foucault (1987) mostra que a consolidação de um enunciado se dá em virtude do reconhecimento e da validação dele por outros objetos. No caso do louco, não bastou à psiquiatria determinar os padrões de anormalidade e a classificação de doença. A família, a religião, a justiça também contribuem para a formação do discurso que leva à exclusão desses indivíduos rotulados como loucos.

Para ele, as condições que podem estabelecer uma relação de parentesco com o objeto e as condições históricas interferem na construção do discurso. Assim, uma enunciação é compatível com a época, com os fenômenos apresentados e com os discursos que são produzidos pelas diferentes instâncias. O saber tem uma parcela de contribuição significativa na enunciação do objeto.

Entre o século XVIII e XIX, o saber psiquiátrico empregou ao delinquente a rotulação de comportamento patológico, o qual foi validado e reconhecido por uma série de instâncias do saber. Para especificação do delinquente, foram empregadas diversas categorias de diferentes áreas (FOUCAULT, 1987).

As categorias penais consideraram os graus de responsabilidades diminuídas destes indivíduos. No que concerne ao psicológico, foram analisadas as faculdades mentais, aptidões, grau de desenvolvimento, entre outros. No plano médico, levou-se em consideração a gênese e a estimativa da responsabilidade envolvida. No caso do judiciário, entram as qualificações judiciárias e policiais obtidas a partir de dados coletados nos inquéritos, exames clínicos, narrações biográficas, entre outras. Enfim, para o emprego da delinquência, houve uma série de relações atuando em conjunto com o discurso psiquiátrico que permitiram a formação do discurso sobre o delinquente (FOUCAULT, 1987).

Diante do exposto, consideramos não só a palavra falada ou a escrita na análise do discurso, mas também as relações estabelecidas entre as instâncias que o ratifica. O enunciado é permeado por uma vontade de verdade apoiada sobre uma instituição que tende a exercer uma espécie de pressão, como um poder de coerção.

Tendo em vista a característica coercitiva do discurso, entende-se que há um poder de dominação, orientado pelo saber, o qual determina a construção de representações individuais sobre objetos. Este poder constrói verdades e exclui objetos (FOUCAULT, 2013).

Em nossa sociedade, vários procedimentos de exclusão validam uma única verdade, construídas pelas relações de poder. Para Foucault (2013), um dos procedimentos de exclusão está na interdição, pois não temos o direito de falar tudo, já que existem tabus do objeto, ritual das circunstâncias e direito privilegiado. Portanto, em muitos momentos, não “podemos” falar ou agir conforme nossos anseios. Existem normas e padrões de comportamentos que devem ser valorizados e seguidos pelos indivíduos.

Neste sentido, consideramos que as representações individuais estão impregnadas por tabus e rituais que devem ser respeitados. A própria sociedade não reconhece o indivíduo que foge dos padrões de normalidade estabelecidos nestas relações de poder. Assim, ela exclui e desqualifica comportamentos que fogem da “verdade”, do saber, ou seja, do poder. Sobre o discurso, Foucault afirma:

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem outra coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p. 9-10).

Outro princípio de exclusão existente em nossa sociedade, citado ainda pelo pesquisador, é o da separação e da rejeição. É aquele em que as palavras são consideradas nulas, sem veracidade, sem importância, não sendo reconhecida pelas instâncias sociais. A separação irá ocorrer com a estigmatização do indivíduo, como mostra o filósofo no caso do louco, cuja palavra não era reconhecida como verdade.

Neste cenário de produção do discurso, as ciências médicas contribuíram significativamente para formação de enunciados, tendo em vista o reconhecimento da sociedade enquanto instância capaz de nomear, distinguir, designar as diferenças individuais conforme sua racionalização e seus códigos conceituais, estabelecendo assim doenças, anomalias, alienação, e até mesmo critérios para a delinquência (FOUCAULT, 1987).

Todavia, como já dito, a medicina não foi a única a ter grande representação na produção do discurso. A justiça, em particular a justiça penal, a religião, a crítica literária e artística tiveram grande expressividade na produção de discursos. No caso da loucura, o poder do discurso não foi dado por uma única instituição, mas por um conjunto de enunciados que avaliariam os comportamentos, o espírito e a expressividade dos indivíduos (FOUCAULT, 1987).

Contudo, os enunciados construídos pela medicina, pelo judiciário, pela religião, pela família e até mesmo pelo Estado transformam-se no decorrer do tempo, seja em função do

surgimento de outros enunciados, seja pela própria reorganização social em função das discontinuidades dos argumentos. Com isso, novas representações constroem-se num cenário de resistência, em função das instituições ainda não comungarem do mesmo discurso.

Tendo em vista os aspectos supracitados, temos duas perspectivas apresentadas por Foucault importantíssimas para nosso estudo sobre drogas.

A primeira está respaldada no poder das instituições de disciplinar corpos, de forma a manipulá-los para que estes possam aderir comportamentos compatíveis com o esperado, ou seja, corpos disciplinados para as relações sociais. Isso nos faz refletir não somente acerca do poder do Estado sobre a sociedade, coagindo, através de seus mecanismos de controle, em face do fenômeno das drogas, mas também acerca dos aparelhos desenvolvidos na sociedade, os quais estão para fazer cumprir ou manter a organização social, como: agências de controle de saúde, agências de controle judiciária e agências policiais.

A segunda questão colocada pelo filósofo refere-se à construção do saber permeada por relações de poder. Destaca o poder das instituições na construção do saber e como estas constituem um sistema interligado entre si com aspectos sociais, políticos e com o Estado. Desse modo, o indivíduo é resultado de inúmeros processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes. Logo, é possível supor que os discursos predominantes sobre drogas interferem nas representações dos indivíduos sobre o fenômeno. Contudo, só é possível a certeza de tal suposição se comparamos os discursos apresentados pelas ciências, as relações que estes estabelecem com o Estado e as representações dos indivíduos sobre o assunto.

Neste caso, as representações comparadas ao discurso teórico serão de adolescentes, já que a pesquisa procura avaliar as representações deles sobre drogas.

Até aqui, vimos que o poder é difundido em práticas sociais, não devendo ser entendido como uma coisa, mas algo que funciona em rede através de manobras e estratégias.

Em um primeiro momento, destacamos que ele pode se manter a partir das instituições sociais e políticas que se ligam e se relacionam entre si e/ou também através do Estado (FOUCAULT, 1999a).

O discurso é apresentado como uma forma de enunciação do poder. Ele é permeado por uma vontade de verdade apoiada sobre uma instituição que tende a exercer uma espécie de pressão, como um poder de coerção.

Quando enfatizamos que o poder está nas relações, devemos lembrar que há um elemento fundamental na articulação desse poder: o dispositivo. O dispositivo nada mais é do que um conjunto heterogêneo composto de discurso, instituições, decisões regulamentares, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos

(FOUCAULT, 1984). Desse modo, podemos defini-lo como um conjunto de elementos articulados que constituem uma rede de relações. Existem diferentes tipos de dispositivos: a família, a prisão, a escola, o Estado etc (FOUCAULT, 1999a). Eles podem aparecer ainda como programa de uma instituição ou como elemento que permite justificar ou “mascarar” uma prática.

O livro *Vigiar e Punir*, de Foucault, mostra os dois lados da prisão, sendo esta criada para corrigir delinquentes, mas que acaba por produzir, aperfeiçoar ainda mais o comportamento criminoso. As práticas “educativas” mascaram as ilegalidades e as violações que ocorrem dentro do sistema penal. Mesmo diante do fracasso da prisão, ela torna-se útil ao passo que organiza as transgressões das leis numa estratégia geral das sujeições.

Partindo da premissa de Foucault (1999a) acerca da utilidade da prisão, podemos pensar na utilidade da política de drogas brasileira (Lei nº 11.343/06), que organiza as transgressões, qualificando o usuário e o traficante. É possível destacar ainda que ela tem utilidade política e econômica, já que responde a uma demanda social, por segurança, e regula o consumo da substância lícita.

Nesta pesquisa, daremos maior atenção a dois tipos de dispositivo: a política de drogas do Brasil e a instituição de ensino. Lembremos que a escola tem função social reguladora, transmissora de normas e valores sociais, os quais objetivam moldar o comportamento do sujeito, ou seja, “prepará-lo” para o convívio social. Tendo em vista tal característica, a escola tem como função essencial a transformação do comportamento do indivíduo.

A articulação de todos os elementos que compõem o dispositivo institucional, os costumes, as normas, os enunciados científicos e outros, determina o processo de funcionalidade essencial para o domínio social. Destacamos a funcionalidade da escola, enfatizando um modelo de educação o qual chamaremos de pedagogia da transmissão de conteúdo/informação. O conhecimento, em sua maioria, não é produzido, mas sim adquirido, assimilado e acomodado. A escola tende a não produzir indivíduos críticos a uma realidade, ou resistentes a um discurso, mas complacentes com uma vontade de verdade.

A instituição de ensino visa não somente ao desenvolvimento de habilidades, da educação, mas também à formação de uma relação que, além de tornar o sujeito mais obediente às regras sociais, torna-o também mais útil e vice-versa. Quanto maior o grau de disciplina dos corpos, mais fácil se torna a manipulação destes.

O dispositivo, para Foucault (1984), tem função estratégica dominante. Ele visa, em um dado momento, responder a uma urgência que pouco a pouco estabelece controle e dominação sobre os corpos.

Contudo, o domínio da escola é mais velado, menos explícito que o da legislação sobre drogas. Nos dispositivos legais, percebem-se, de modo mais claro, as práticas de controle, de domínio dos corpos. Destacamos os conceitos de funcionalidade e preenchimento estratégico discutido por Foucault (1984) para analisar o dispositivo das leis de drogas.

O proibicionismo e punitivismo são vistos como ideais para o controle da produção, do comércio e do consumo de drogas. Contudo, sabe-se que tais estratégias apresentam resultados mais fracassados do que eficazes, mas, mesmo assim, elas são mantidas devido à sua funcionalidade. Lembremo-nos que essas estratégias atuam na organização do contexto social, na diferenciação de indivíduos, na qualificação da conduta etc. A rotulação do delinquente passou a ser utilizada com finalidade política e econômica diversa, seja para a categorização do usuário ou traficante, movida por um desejo de resposta à população, seja para a manutenção de situações da segurança, visando gerenciar situações de risco que interferem na organização política e no desenvolvimento econômico do Estado, e, até mesmo, para a manutenção de um sistema de exclusão.

Em suma, os dispositivos são essenciais para a manutenção do discurso. Tendo em vista a funcionalidade do dispositivo, nesta pesquisa, iremos considerar as normas sociais, categorizadas não só por ideologias morais, mas também pelas Políticas de Drogas e pela escola, com seus mecanismos e estratégias coercitivas.

Consideramos até aqui o discurso como forma de dominação, assim como os mecanismos utilizados para disciplinar os corpos. Foucault (1984), além dos pressupostos já citados, apresenta, no decorrer de suas análises, outra perspectiva do poder que está para além da disciplina do corpo, mas também liga ao interesse de gestão do Estado, ou seja, de gerenciamento dos riscos que abalam a hegemonia, a soberania de um Estado. Vejamos a seguir com maior clareza tal perspectiva.

2.1.3. Biopoder: estratégias para instituição do discurso dominante

A discussão sobre biopoder deve ser estendida aos conceitos de biopolítica, governamentalidade e segurança devido ao fato de serem conceitos que estão interligados.

Tendo em vista a complexidade do assunto, o artigo apresentado por Martins & Júnior (2009), no qual se busca investigar elementos, questões e problematizações da elaboração dos conceitos de biopolítica, governamentalidade e segurança, auxiliou na compreensão do conceito, já que os autores se propuseram a realizar a “Genealogia do biopoder”. O conceito de biopoder surge com o nascimento da medicina social na década de 70. Nessa época, a

disciplina ainda era o centro das investigações de Foucault, porém já começava emergir questionamentos sobre as relações da medicina com a população.

Conforme Martins & Souza (2009), a medicina, na segunda metade do século XVIII, passa a intervir não só no campo da existência do indivíduo, mas também no campo da população, ampliando o discurso para além da doença, com a constituição da medicina urbana. Neste cenário, surge a medicina do Estado e da polícia médica.

O Estado passa a encarregar-se pela vida mais que a ameaça de morte. Isto porque, antes da era clássica, o Estado só exercia seu direito sobre a vida, praticando ou contendo o seu direito de matar. Com o surgimento da medicina social e novos mecanismos de poder, emergiram outras ciências, como a Estatística. O Estado passa, então, a gerenciar estratégias visando ao bem estar e à saúde, não estando mais restrito à disciplina dos corpos. “Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi instituído por um poder de causar a vida ou desenvolver a morte”. “Agora é sobre a vida e todo o seu desenrolar que o poder estabelece pontos de fixação” (FOUCAULT, 1999b, p. 130). Cabe ao poder político a tarefa de gerir a vida.

Com base neste discurso, Foucault (1999b) desenvolve o conceito de biopoder, enfatizando que toda a articulação do Estado findava o desenvolvimento econômico.

O corpo passa a ser instrumentalizado não apenas pela disciplina, que o trata como máquina, visando ao desenvolvimento de aptidões. Ele passa a ser considerado um “corpo espécie”, biológico, sujeito à proliferação de doenças, mortalidade, níveis de saúde etc. Qualquer um desses elementos que venham intervir na saúde coletiva e no processo de produção deverá ser contido para garantir assim o desenvolvimento econômico. Para tanto, o Estado articula-se através de programas e políticas visando à saúde do indivíduo e ao controle das populações. Como enfatiza Foucault (1999b), pela primeira vez, o biológico reflete no político,

“Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de reprodução e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos socioeconômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu esforço quanto de sua utilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos do Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizados por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das

forças que estão em ação em tais processos e o sustentam...” (FOUCAULT, 1999b, p. 133).

Tendo em vista o trecho citado acima, é possível constatar que o poder disciplinar passa a ser considerado por Foucault uma dimensão do biopoder. Ele integra o mecanismo disciplinar no domínio mais amplo do biopoder, junto à biopolítica, aos mecanismos de segurança e aos dispositivos de regulações das populações, ou seja, as normas (MARTINS & SOUZA, 2009).

Para Foucault (1999b), se pudéssemos chamar de “biohistória” as interferências entre movimentos da vida e processos da história, seria possível falar de biopolítica para compreender o que faz com que a vida e seus mecanismos sejam mensurados por cálculos explícitos, tornando as espécies centro das estratégias políticas.

Em função do exposto, vemos a problemática da vida e do homem, reconfigurando o discurso de Foucault (1999b) centrado na disciplina dos corpos e problemáticas normalizadoras até então.

Nos cursos publicados em 1976, *Em Defesa da Sociedade*, e nos primeiros volumes da *História da Sexualidade* e de *A Vontade do Saber*, os primeiros conceitos de biopoder são apresentados por Foucault. Com isso, ele produz um deslocamento de perspectiva de sua teoria, fazendo com que a perspectiva microfísica ou individualizante do poder e a macrofísica ou totalizadora apareçam com maior clareza (MARTINS & SOUZA, 2009).

Como bem lembra Martins & Souza (2009), além de ser possível constatar na análise realizada anteriormente, os polos do biopoder estão apresentados na obra *Vigiar e Punir*, na qual Foucault analisou as minúcias e o funcionamento das disciplinas ou anatomopolítica do corpo e, em *A Vontade do Saber*, considerou o governo e o controle da vida enquanto biopolítica da população.

Em estudos apresentados posteriormente, entre 1977 e 1978, em *Segurança, Território e População*, e entre 1978 e 1979, em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault desenvolve os conceitos de governamentalidade, segurança, conduta e liberdade. Ainda considerando como perspectiva metodológica a analítica do poder, ele estudou o governo no exercício de suas práticas e de racionalidade governamental.

Foucault (2008) se dispõe a mostrar os efeitos do saber, produzidos em nossa sociedade, pelas lutas, choques, combates que nela se desenvolvem e pelas táticas de poder, elementos dessa luta.

As ideologias da medicina social e polícia médica levaram a um desenrolar de perspectivas em torno de gerenciamento dos riscos, segurança e controle da vida, os quais se

concretizam através de desenvolvimento de políticas e programas que visam assegurar a soberania de um Estado garantida pela governamentalidade, organização política e desenvolvimento econômico. “A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008, p. 14).

Contudo, vale ressaltar que as noções de segurança e populações se deslocam da ideia de biopolítica para a ideia de governamentalidade, destacando a disciplina, a soberania e a gestão governamental. Esta, por sua vez, tem como alvo a população, e seus mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança (MARTINS & SOUZA, 2009).

Os dispositivos de segurança, os quais operam na gestão governamental, intervêm para modificar os elementos e as variáveis que afetam a organização do Estado e da população. Eles buscam preservar caracteres naturais dessa população.

Tomando como base de análise o biopoder de Foucault para entender a constituição da política de drogas brasileira, assim como as táticas desenvolvidas para repressão do comércio, produção e consumo, gerando um cenário de luta na sociedade, é possível destacar a estratégia do Estado de governamentalidade que visa à saúde da população e garantir o desenvolvimento econômico através da “segurança”,

Os mecanismos de segurança são amparados por medidas normalizadoras que definem a naturalidade de um fenômeno e o caráter desviante de outro. Neste caso, referimo-nos à naturalidade e aceitação do consumo, comércio e produção de substâncias psicoativas lícitas e à proibição do consumo, comércio e produção das substâncias ilícitas.

As polaridades do poder podem ser avaliadas a partir da disciplina dos corpos, na tentativa de moldá-los para o afastamento de qualquer tipo de envolvimento com as substâncias ilícitas, respaldados no discurso médico que demoniza a droga, e do gerenciamento da segurança, calcado no controle e proibição de substâncias ilícitas e regulação das substâncias lícitas, neste caso, amparados no discurso jurídico que legitima estas e desqualifica aquelas.

As estratégias construídas com base no discurso biológico são geridas visando ao bem estar da saúde da população e à contenção de situações que colocam em risco a hegemonia do Estado, tendo em vista que a competitividade estimulada pelas relações de mercado capitalista exige deles maior organização e controle de suas atividades internas (FOUCAULT, 2008). Os aparelhos estatais gerenciam a segurança, calcada em medidas repressivas, de forma a visar ao controle econômico, à soberania do Estado e à organização política do país.

O biopoder traz a disciplina instrumentalizada não mais apenas para o desenvolvimento de aptidões, mas também para o controle de populações. O Estado, com poder de polícia, passa a intervir na regulação e controle do consumo, no controle de populações e situações de risco, na organização e categorização das populações, entre outros, respaldando-se no fundamento de bem estar e saúde das populações.

Portanto, qualquer uma das estratégias de prevenção e proibição do consumo de drogas que venham a intervir na saúde coletiva também tem como foco garantir o desenvolvimento econômico. As políticas e os programas de drogas não estão restritos à manutenção e à preservação da saúde individual e/ou coletiva, mas incluem ainda o controle das populações. Enquanto o controle mantiver-se efetivo, a hegemonia, a soberania e a organização político-econômica estarão garantidas.

Até o presente momento, foram apresentados conceitos da teoria de Foucault que irão fundamentar a análise do discurso e do fenômeno das drogas. Desse modo, posteriormente, iremos promover uma análise contextualizada ao fenômeno da droga, considerando os aspectos da produção do discurso dominante.

2.2. Análise da droga a partir da perspectiva de Foucault

2.2.1. O discurso médico e jurídico

O consumo de drogas já se tornou um fato social bem estabelecido em diferentes culturas. A própria definição do termo “drogas” (maconha, cocaína, crack, álcool, cigarro, etc) surgiu nas sociedades ocidentais no final do século XIX, difundindo-se de maneira intensa a partir da década de 60 nos Estados Unidos e, posteriormente, na Europa (BERGERON, 2012).

Os primeiros discursos sobre drogas fundamentaram-se em acepções médicas e jurídicas que trataram de classificar tais substâncias vinculando algumas, principalmente as ilícitas, a uma imagem diabólica. A medicina tratou de classificar a droga conforme sua ação no organismo, sendo: a) depressora – caracterizam-se por deprimir a função do sistema nervoso; b) estimulantes – aquelas que estimulam as atividades orgânicas; c) perturbadoras – alteram as funções normais do organismo. As ciências médicas criaram ainda também a noção de dependência e toxicomania. Esta se caracteriza pela manifestação de pelo menos um dos dois sintomas de dependência, física ou psíquica. Já aquela revela um mecanismo fisiológico

de tolerância, fazendo com que o indivíduo aumente cada vez mais o consumo (BERGERON, 2012).

Do ponto de vista jurídico, algumas substâncias, como álcool, remédios psicotrópicos, café e tabaco, não são consideradas droga. As substâncias classificadas como tais estão inscritas dentro do quadro de entorpecentes. O direito classifica as substâncias, como: lícitas e ilícitas. Ele tem um importante poder nas relações para definir e qualificar o que é droga e o que não é. Para Bergeron (2012), "... a categorização de uma substância como 'droga' é originada numa convenção social e cultural arbitrária, de modo que a droga se torna aquilo que é socialmente definido como tal pela (ou por certos segmentos da) sociedade e que é juridicamente classificado como tal pelo direito" (BERGERON, 2012, p. 17).

Tendo em vista os aspectos apresentados, temos as ciências produtoras do discurso embasado no mal estar social que estas substâncias podem desencadear. Tomando por base a perspectiva de Foucault (1984; 1987), a droga é um elemento que coloca em risco o poder estatal, pois articula outras relações de poder; coloca em risco instituições importantes, como a família, e diminui a produtividade dos corpos.

O discurso sobre drogas, produzido pelas ciências médicas e jurídicas, ampara uma série de ilegalidades, que vão desde a "falta" de parâmetros para definir o que é lícito do que é ilícito, passando pela violação da liberdade de consumo, até chegar ao desenvolvimento de práticas irregulares¹ que margeiam o mercado ilegal das drogas.

Contudo, esses discursos são construídos para amparar as relações de poder: a regulamentação do que é aceito e não aceito pela sociedade. A regulamentação das substâncias psicoativas como "drogas" auxilia na constituição de medidas que possibilitam o controle de determinadas camadas da população. Assim como a prisão reforça a condição de delinquente (Foucault, 1999a), as sanções aplicadas tanto ao usuário quanto ao traficante reforçam a condição de desviante. Os rótulos auxiliam na manutenção e controle social destas camadas estigmatizadas. Contudo, o interesse de desenvolvimento destas políticas não se restringe apenas ao controle dos corpos (FOUCAULT, 1999a), mas também possibilita o funcionamento de um sistema "legal" que se ampara em parâmetros e ações ilegais.

No livro *Vigiar e Punir*, Foucault discute a questão das ilegalidades que estão em torno das técnicas corretivas, aplicadas através dos aparelhos dispositivos, neste caso, a prisão, para transformar o indivíduo. Para ele, a prisão "foi desde o início uma 'detenção legal' encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos

¹ Ver Vera Telles (2009). "Ilegalismo Urbanos e as cidades". Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a09.pdf>; e Foucault (1999a).

indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal” (FOUCAULT, 1999a, p.196). Todavia, este sistema é acompanhado de medidas e condutas ilegais, que, ao invés de corrigir, acabam punindo os indivíduos em meio a toda uma cerimônia de suplício.

A política de drogas do Brasil prevê uma série de medidas que amparam ações ilegais. Dentre elas está a estigmatização do usuário em delinquente, ao passo que prevê medidas educativas, com caráter punitivo, como prestação de serviço à comunidade e comparecimento a cursos educativos (SALO DE CARVALHO, 2010; KARAM, 2014).

Assim, como a prisão tende a aumentar ainda mais a delinquência (FOUCAULT, 1999a), uma vez que muitos comportamentos são aprendidos e aprimorados dentro da prisão, a política proibicionista tende a aumentar ainda mais os danos causados pela droga, já que as práticas clandestinas continuam a funcionar impondo suas normas e métodos para a regulamentação do mercado, de forma a tornar a atividade ainda mais violenta (KARAM, 2010). Contudo, esta discussão será restringida no presente momento, pois será ampliada posteriormente.

O que se pretende destacar por ora são as grandes contribuições dadas por Foucault (1999a) ao discutir os ilegalismos em torno da prisão. Ele apontou que o fracasso do sistema prisional – que sempre priorizou a privação de liberdade e, ao invés de corrigir a delinquência, desenvolveu mecanismos que a solidificaram – acabou por induzir a reincidência e transformar o infrator ocasional em delinquente. Contudo, mesmo diante do insucesso destas medidas, elas continuam a existir. Sua preservação se explica pelo fato de elas exercerem funções precisas. Portanto, para justificá-las

deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribuí-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar a transgressão das leis numa tática geral de sujeições (FOUCAULT, 1999a, p. 226).

Assim como as medidas criadas para “corrigir” os corpos acabam produzindo ou moldando delinquentes, a criação de rótulos (dependente, usuário) visa à organização e à diferenciação nesta tática de sujeições. A partir desta diferenciação, estes passam a ser tratados como delinquentes, sendo julgados e condenados pelos seus atos.

A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar

útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles (FOUCAULT, 1999a, p. 226).

Algumas medidas são criadas em benefício de uma classe. Elas propõem a correção do problema, mas tem como pano de fundo possibilitar ganhos para uma dada população. A articulação de uma penalidade faz parte dos mecanismos de dominação, que acabam por validar as ilegalidades.

2.2.2. Dispositivos de controle sobre as drogas

Em função do exposto, são desenvolvidas estratégias para controlar e vigiar os indivíduos e sua relação com as drogas. As instituições disciplinares ganham poder para articulação de medidas de controle. Surgem normas e leis que amparam a vigilância dos corpos.

O poder do Estado, articulado com as instituições sociais, atribui normas e valores no intuito de disciplinar os corpos e mantê-los em nível mecânico, a fim de controlar o consumo de drogas. Como bem lembra Foucault (1987), o corpo é tratado como objeto, formado e transformado a partir de técnicas que auxiliam no seu aprimoramento.

Vemos um discurso coercitivo em relação às drogas, o qual reprime os indivíduos para que não tenham qualquer tipo de ligação com estas substâncias. Nas propagandas de televisão, vinculou-se por muito tempo o seguinte enunciado: “Diga não às drogas; ela mata”. Há uma comunhão entre diferentes instâncias que vinculam a droga a um elemento negativo, criando assim um procedimento de exclusão.

O enunciado negativo da droga acaba por excluir aqueles indivíduos que mantêm algum tipo de relação com estas substâncias. Estes, por sua vez, são rotulados como desviantes por terem estilo de vida, visões de mundo diferentes do que é socialmente construído. Isso os leva a viver às margens da sociedade, expondo-se a situações de risco (BECKER, 2009).

O poder do discurso moral sobre drogas está em todas as relações. Ele é difundido não só pela ciência e/ou pelo Estado, mas também pela religião, pela família, pelas escolas, entre outros. É claro que cada instituição utiliza um pressuposto para reprimir a relação com a droga.

A religião se ampara na justificativa de que o vício é um tipo de pecado que deve evitar ser cometido. O Estado, por sua vez, baseia-se no mal estar social para preservar a

organização econômica e política. No contexto familiar, há uma crença de que a dependência de drogas destrói famílias. A ciência médica embasa suas argumentações nos efeitos das substâncias no organismo. Por fim, as ciências jurídicas se pautam no argumento de preservar a organização social, nos direitos individuais e coletivos.

No campo científico, as ciências sociais oferecem grandes contribuições para o discurso sobre drogas, visto que propõem uma análise ampla, não considerando apenas os efeitos das substâncias no organismo, mas também as variáveis políticas da proibição e do consumo, os elementos morais, as relações estabelecidas pelas diferentes culturas, entre outros fatores.

As interações destas diferentes instituições determinam as relações construídas entorno do discurso. E, neste contexto, não podemos deixar de considerar o poder de disciplinar os corpos do tráfico de drogas, já que as relações são permeadas pelo que é legítimo e ilegítimo (FOUCAULT, 1987).

2.2.3. O tráfico: “instituição” de poder e controle

No Brasil, temos, atualmente, um tráfico tão organizado econômica e politicamente como uma organização militar e, assim como o exército, tem um objetivo para disciplinar os corpos. Ele, cada vez mais, institui seu poder e delimita seu território. Para tanto, utiliza mecanismos coercitivos que impõem medo e terror à população.

Por ser uma “instituição” que tem regimes próprios, desvinculada do Estado, o tráfico estabelece suas normas e utiliza, na maioria das vezes, mecanismos de controle violento, para vigiar territórios e impor respeito tanto àqueles ligados diretamente a ele como à sociedade em geral.

O tráfico brasileiro é bem organizado política e economicamente. É autossuficiente devido à grande demanda. Ele se organiza de modo a gerir não só seu poderio econômico, mas também o território a ele pertencente.

O fato de haver territórios comandados por organizações distintas aumenta as tensões em torno das disputas pelo poder. Em geral, as relações são marcadas pela violência.

Brochu (2006) aponta que as leis decretadas pelo sistema de distribuição de drogas, ou seja, o tráfico, são pano de fundo para ocorrência de violência, uma vez que, diante da infração das normas, não é possível recorrer às instâncias judiciárias. Acrescenta ainda que a violência se liga ao sistema de distribuição de drogas, estando relacionada geralmente à venda, à cobrança de dívidas e a conflitos gerados pela proibição e comércio.

Como vemos, o tráfico, assim como as demais instituições sociais, constrói e interfere nas relações sociais, não só pela força, mas também pelo poder de persuasão que tem sob os indivíduos. Ele disciplina os corpos para o crime, utilizando de mecanismos violentos para impor o seu enunciado.

O mercado de droga articula relações de poder em torno de práticas ilegais. Contudo, cabe-nos questionar: são as práticas punitivas, desenvolvidas pelo Estado, que são ilegais, ou as práticas implantadas pelo mercado de drogas que são ilícitas?

Conforme Foucault (1999a), ambas podem ser consideradas ilegais. A primeira já foi discutida anteriormente e abordou as ilegalidades das práticas punitivas desenvolvidas pelo Estado.

Já a segunda, as práticas do mercado de drogas, também pode ser discutida pelo mesmo pressuposto da ilegalidade abordado pelo autor, pois são atividades marcadas pela violação da liberdade, por regulação de normas próprias, pelo desenvolvimento de outras atividades paralelas, enfim, por uma rede de relações ilegais que mantém e regula o mercado de drogas. Consideramos as atividades desde a criação de outras práticas, como o comércio de produtos ilegais, CDs piratas, remédios, entre outros, até serviços oferecidos dentro do contexto social pelas milícias². Além da ilegalidade marcada pelas práticas do sistema de mercado, não podemos esquecer os efeitos internos do sistema, apresentados por Foucault (1999a), no que tange à corrupção, medo e incapacidade dos guardas.

Os noticiários brasileiros constantemente divulgam a ocorrência de corrupção praticada por agentes estatais, que deveriam fazer cumprir a “legalidade”, porém, na maioria das vezes, são cúmplices de práticas ilegais. Um dos maiores conflitos apresentados pela população residente em territórios onde o tráfico tem mais poder que o Estado é o fato de se sentir mais segura com a presença do tráfico do que com a presença da própria polícia.

Por de trás dos mecanismos de poder, desenvolvidos por este sistema, há um interesse de controle dos corpos para o favorecimento de determinada classe. Esta, por sua vez, pode ser de traficantes, políticos, policiais, lideranças comunitárias, entre outras, ou seja, todo tipo de pessoas que têm interesse em fazer funcionar um sistema ilegal em benefício próprio. Para Foucault (1999a), a existência de uma proibição legal cria, em seu entorno, um campo de práticas ilegais, sobre o qual se consegue lucros que se tornaram possíveis somente em virtude da normatização da prática delincente.

² Milícias: termo usado para designar organizações militares ou paramilitares compostas por cidadãos comuns, armados, com o poder de polícia que teoricamente não integram as forças armadas do país (Redes Sociais, 2015).

No horizonte destas práticas ilegais que se multiplicam, com legislações cada vez mais restritivas, conjecturam-se as lutas políticas, contudo nem todas têm o objetivo de derrubar o poder, mas podem também “capitalizar para combates políticos de conjunto e às vezes conduzir diretamente a isso” (FOUCAULT, 1999a, p. 228). Podemos destacar estes debates produzidos entre os grupos rivais de drogas, que disputam territórios. No que se refere à articulação política em torno da norma, existem aqueles que são favoráveis às práticas punitivas, já outros movimentos políticos que apoiam a prática da ilegalidade, como é o caso daqueles que defendem a legalização da droga.

As técnicas rigorosas de vigilância multiplicam as ocasiões de delito, fazendo os indivíduos passarem para uma criminalidade especializada, dentro de um sistema permeado por novas leis, de modo a aumentar a violência, agressões, roubos e até “grandes formas do banditismo político” (FOUCAULT, 1999a, p.228).

Em função do exposto, o mercado de drogas é permeado por práticas ilegais internas e externas, determinadas pelas relações de poder.

2.3. Análise para além do discurso

Esta seção está sendo proposta a fim de expor alguns questionamentos surgidos no início da revisão teórica deste capítulo. A primeira questão se propõe a identificar quais as instituições que articulam o debate, e, diante do exposto, podemos considerar um discurso construído por diversas instituições: o Estado, as ciências, a religião, as instituições disciplinares, entre outras.

As características da produção do discurso, mecanismos de controle e seus objetivos estão muito próximas às que Foucault apresentou, uma vez que temos um discurso repressivo que visa disciplinar as pessoas em relação ao uso. Para tanto, utiliza diferentes mecanismos de controle e coerção.

Com base na análise realizada, é possível conceber que há um jogo de interesses políticos e econômicos por uma disputa de mercado em relação às drogas. O interesse em manter a organização social não pode ser desconsiderado.

Para coagir qualquer tipo de relação com a droga ilícita, são instituídas leis proibitivas e são criados dispositivos de vigilância, seja institucional, como agências de controle militar, e/ou tecnológicos, como sistemas de informação e mapeamento de dados (GARLAND, 2008).

Como enfatiza Foucault, o poder está nas relações, presentes socialmente, controlando comportamentos com base nos princípios morais. Contudo, ainda que os aspectos morais

tenham forte influência na consolidação do enunciado, acredita-se que o discurso de repressão e combate às drogas é legitimado pela população brasileira não só em função de um reconhecimento do saber produzido pelas instituições, mas também pelo temor à violência e ao crime “causado” por ela.

Atualmente muito se discute a relação de causa e consequência entre drogas e os fenômenos citados. Pesquisas mostram o aumento das taxas de violência. Conforme Ribeiro (2012), no Brasil, a violência foi identificada como uma das quatro principais causas de óbito desde 1989.

Os dados fornecidos pelos “Mapas da Violência” apresentam o curso da mortalidade violenta no Brasil. Entre os anos 1980 e 2011, morreram 1.145.908 vítimas de homicídio; 995.284 vítimas de acidentes de transportes e 205.890 pessoas suicidaram-se (WAISELFISZ, 2013). Os resultados da pesquisa, quando comparados com outros países do mundo, apontam o seguinte: apesar de não haver disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerra civil, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteiras ou atos terroristas, entre 2008 a 2011, houve 206.005 vítimas de homicídios. Esta quantidade de mortes é superior à registrada nos 12 maiores conflitos armados no mundo entre 2004 e 2007.

O diagnóstico informa ainda outro dado importante, referente a um público específico. Atualmente, o homicídio é a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atinge negros do sexo masculino, residentes de periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos (WAISELFISZ, 2013). Para Adorno (2002), é bem provável que os homicídios entre jovens aconteçam em decorrência de disputas entre grupos criminosos, associados ou não ao tráfico de drogas.

A violência homicida é uma das maiores preocupações do governo e está muito ligada ao crime, especialmente ao tráfico de drogas. O crime organizado penetra profundamente na vida urbana, em grande maioria por meio do sistema de mercado. Ele utiliza diversas tecnologias e uma combinação complexa de métodos que provoca enormes danos nos espaços urbanos (BRITO & SOUZA, 2011).

Conforme Brito & Souza (2011), o crescimento da violência é mais acentuado nas capitais. Não obstante, o meio rural vem apresentando significativo aumento nos índices de violência.

Em virtude do panorama apresentado, os sentimentos de medo, desconfiança e insegurança estão presentes entre a população. Isto leva o clamor social por criação de estratégias capazes de conter estes fenômenos. E, nesse cenário, as medidas que visam à repressão acabam fazendo todo o sentido. Acredita-se que elas podem resolver

completamente o problema da insegurança, do crescimento do consumo, do aumento da violência, da exposição ao risco, etc.

Diante do exposto, vemos até aqui um discurso de controle permeado muito pela noção de causalidade. Os enunciados apresentados pelas ciências médica e jurídica são de modo geral reducionistas, pois atribuem à droga a causa de outros fenômenos, como: desorganização social, distúrbios físicos e psicológicos, entre outros.

De modo geral, estes enunciados se limitam a avaliar o fenômeno considerando as causas e as consequências, principalmente no que diz respeito à relação droga e violência. Dois modelos estudados por Brochu (2006), o modelo causal e o causal inverso, apontam relação direta entre drogas e violência (GODSTEIN, 1985).

Se nos pautarmos no discurso causal, ficaremos restritos à análise de um fenômeno tão complexo como o da droga. Por isso, precisamos ir além e apresentar discursos que merecidamente avaliam diversos fatores que interagem com esse tema, tendo em vista a complexidade do fenômeno. A proposta então é considerar o fenômeno da droga tendo como base os discursos próximos de uma perspectiva interacionista, como a de Serge Brochu e de Cândido da Agra.

2.3.1. Entendendo o fenômeno da droga a partir dos enunciados interacionistas

Os estudos realizados por Brochu (2006) e Da Agra (2008) mostram que o fenômeno da droga não deve ser compreendido de modo simplista, ao ponto de considerar apenas uma variável para determinação do problema. Há uma interação de fatores, que combinados podem convergir para o uso abusivo de drogas e/ou dependência e para a violência.

Brochu (2006) propõe que existe uma relação dinâmica ligada ao consumo de droga entre o ator social e fatores de progressão e interrupção. Dentre os fatores de progressão, estão: os efeitos das substâncias psicoativas; características dos modos de vida estigmatizante e a ocorrência de um evento marcante, como uma ruptura social. Como fatores de interrupção, o autor qualificou: pressão dos amigos; pressões internas do tipo consciência moral; pressão organizacional e pressões ligadas ao meio delinquente.

Os fatores citados constituem condições que favorecem a adoção de comportamentos desviantes. É possível afirmar que alguns fatores variam conforme características individuais, culturais e sociais. Desse modo, temos algumas variáveis, sendo de progressão para certas pessoas e interrupção para outras.

Vale destacar que os fatores de progressão e interrupção são diferentes dos elementos de risco inicial. Um importante elemento de risco citado pelo autor é a fase de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Tanto na infância como na adolescência, o contexto e a experiência individual podem ser preponderantes para um engajamento a um estilo desviante.

O modelo de Da Agra (2008) tem uma visão biopsicossociológica do comportamento criminal e tenta compreender a interação de fatores e processos psicológicos, biológicos, eco-sociais e socioculturais decisivos para construção de uma trajetória desviante.

Ambos contribuem para a construção de um enunciado que vem a confrontar com o reducionismo do discurso dominante. Eles só têm a acrescentar para a análise do discurso sobre drogas desta pesquisa, começando pela análise das possíveis relações entre droga e violência.

Tomando como pressuposto o enunciado de Brochu (2006) e Da Agra (2008), podemos retomar o que vinha sido discutido anteriormente referente às possíveis relações entre drogas e violência. Além de propor a consideração das diversas dimensões do fenômeno, as pesquisas realizadas por eles, sobre droga-crime, oferecerão subsídios para análise das possíveis relações entre droga e violência. Parece um pouco confuso, num estudo sobre violência, considerar análises do crime. No decorrer do estudo, veremos que não é, já que as questões das drogas e da violência podem ligar-se a paradigmas criminosos (BROCHU, 2006; GOLDSTEIN, 1985).

2.3.2. A relação droga-violência

Como já explicitado anteriormente, Cândido Da Agra e Serge Brochu oferecem grandes contribuições para estudos relacionados à droga, ao crime e à delinquência. Para promover o debate desta seção, foram selecionados dois trabalhos importantíssimos no estudo sobre a relação droga-crime. A partir destas análises, será possível considerar como vem se construindo, nos últimos tempos, o discurso referente à relação droga-violência e droga-crime.

O enunciado apresentado por Da Agra (2008) foi elaborado a partir de uma pesquisa desenvolvida no Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Universidade do Porto, sobre droga e crime. Para realizar a pesquisa, ele parte de um distanciamento do enunciado, prevalente entre o senso comum, de que a droga causa o crime. Da Agra explica:

Suspendemos a crença no enunciado comum: a droga causa o crime. Em razão, não da filosofia cínica, mas de uma vontade de poder sobre um processo de conhecimento que não se quer determinado senão pelo método científico (DA AGRA, 2008, p. 8).

O trecho apresentado mostra claramente a resistência do autor em considerar as considerações compartilhado no meio científico e entre o senso comum de que a droga causa o crime. E, para confrontar tal verdade, ele utiliza do método científico, um mecanismo de poder, para construir seu argumento. Isso Foucault chama de resistência, ou seja, uma força estratégica que se organiza para contrapor o discurso dominante (CANDIOTTO, 2010).

Poderíamos até considerar o argumento de Velho (1978) de que, em uma pesquisa empírica, certo distanciamento por parte do investigador é necessário para construção do enunciado devido ao fato de valores e normas, compartilhados dentro de uma cultura, influenciarem de modo similar as representações em relação a um determinado fato. Todavia, a argumentação ficaria frágil já que Da Agra deixa evidente sua vontade de poder sobre um processo de conhecimento (DA AGRA, 2008).

Como a questão nesse momento é tratar a relação droga-violência, as análises sobre as resistências serão contidas e ficaram a cargo de serem desenvolvidas em outro momento da pesquisa.

O que importa agora é considerar que a pesquisa realizada por Da Agra tratou de ir de encontro de discursos dominantes para construir uma nova dimensão da relação droga-crime. Para tanto, buscou-se considerar as variáveis do comportamento, dos indivíduos, das trajetórias existenciais, das leis e do que ele chama espaços eco-sociais (fatores econômicos e sociais).

Esta pesquisa confirma a evidência da associação entre droga e crime, contudo, para o autor, essa relação não é simples e linear, mas complexa e múltipla. Para chegar a essa conclusão, foi necessário adotar um ponto de vista pluridimensional do campo interdisciplinar droga-crime. Em outras palavras, seria considerar os diversos discursos entre os diferentes saberes e avaliar as variáveis que se relacionam na trajetória de vida do indivíduo.

Existe uma fragilidade na pesquisa apresentada por Da Agra, uma vez que o público investigado é a população prisional. Considerando o fato de haver um alto consumo de drogas entre a população encarcerada, quando comparada a uma “normal” (DA AGRA, 2008), a tendência é haver relação entre droga-crime.

Todavia, uma contribuição importante da pesquisa está na determinação de uma compreensão para além de uma perspectiva linear. Assim, pensar na relação droga-violência é considerar diferentes variáveis.

Neste sentido, para avaliar a relação droga-violência, é necessário considerar: os efeitos da substância no organismo; as características individuais que predisõem a violência; as características culturais da violência; os contextos socioeconômicos e as trajetórias de vida.

Brochu (2006), ao estudar a relação droga e crime, considera o modelo tripartite, que avalia a relação triangular: a personalidade, o produto e o comportamento. A explicação no que tange o modelo tripartite está na compreensão das características do produto para explicar o seu efeito, o consumo e o contexto (GODSTEIN, 1985).

O estudo de Brochu (2006) consiste em analisar a relação dinâmica existente entre droga e criminalidade, considerando particularmente pesquisas realizadas em *Québec* sobre o tema. Para tanto, o autor parte de uma concepção pessoal e profissional sobre as substâncias ilícitas e das manifestações do comportamento criminal. Dentre as razões que levaram o autor a pesquisar o fenômeno, estão: a ocorrência do abuso de drogas por indivíduos privados de liberdade e a forte ligação criminal dos toxicômanos e dependentes.

Para analisar a relação droga e criminalidade, o pesquisador examina não só variáveis presentes no meio, como fatores econômicos e sociais, que interferem na consolidação da relação entre os fenômenos, mas também propriedades das substâncias psicoativas, traços de personalidade e o contexto de uso das substâncias psicoativas. Ele considera ainda o impacto dessas variáveis para determinação da relação. Brochu (2006) apresenta modelos conceituais (Modelo Causal e Modelo Correlacional) que promovem uma discussão sobre a relação entre drogas e criminalidade, amparados na perspectiva de causalidade.

Dentre os métodos apresentados, está o “Modelo Tripartite” de Goldstein. Ele toma como base de análise os diferentes aspectos da droga e do crime – aspectos psicodinâmicos ou papel da intoxicação; aspecto econômico compulsivo ou papel da dependência e aspectos sistêmicos ou papel da distribuição de drogas ilícitas (BROCHU, 2006).

Por fim, o autor discute o fenômeno pautado na perspectiva interacionista e chega à conclusão de que, devido à complexidade do fenômeno, não é possível atribuir a relação de causalidade droga e criminalidade considerando apenas uma única variável, mas sim os diversos elementos que interagem para a sua concretização. Ele ainda propõe um “Modelo Integrativo” para a compreensão do problema, considerando os fatores de risco, estilo de vida, fatores de progressão e interrupção.

Seguindo as linhas de raciocínio de Brochu (2006) e Da Agra (2008), será realizada a análise dos diversos elementos que interagem com o fenômeno, a fim de considerar as dimensões que embasam os discursos lineares e propor, assim como os autores, resistência ao discurso dominante da relação droga-violência.

2.3.3. Drogas e seus efeitos no organismo

Existem diferentes tipos de drogas que podem agir de modo diverso no organismo. Argumentações em torno do efeito dessas substâncias no organismo são usadas para explicar a causa de atos violentos.

Os estudos apresentados por Brochu (2006) e Da Agra (2008) consideram as propriedades farmacológicas das substâncias psicoativas. O modelo positivista defende a ocorrência de certas formas de crime em consequência dos efeitos das substâncias psicoativas no organismo: depressor, estimulante e perturbador.

As substâncias depressoras da atividade mental são aquelas que causam diminuição da atividade global ou de certos sistemas específicos do sistema nervoso central. Entre as mais conhecidas estão: o álcool, os medicamentos compostos de Barbitúricos e Benzodiazepínicos e os solventes ou inalantes (NICASTRI, 2006).

Dentre as drogas estimulantes apresentadas pelo autor, estão aquelas capazes de aumentar a atividade de determinados sistemas neuronais. São elas: cocaína e anfetamina.

Já as drogas perturbadoras da atividade mental tendem a provocar alterações no funcionamento cerebral, resultando fenômenos psíquicos como delírio e alucinação (NICASTRI, 2006).

O modelo farmacológico apresentado por Brochu (2006) dá ênfase na intoxicação e na violência. Este estudo constrói o argumento de que muitos casos de intoxicação levam ao desenvolvimento de atitudes agressivas. Para chegar a tal conclusão, o método utilizado foi a observação de pessoas intoxicadas por substâncias psicoativas, acusadas de crime e/ou violência. A justificativa usada neste estudo foi de que a pessoa não teria cometido o crime ou agido de modo violento se não tivesse consumido a droga. Ele afirma ainda que as propriedades dessas substâncias modificam o comportamento dos indivíduos, passando de um ato menos corajoso para um aumento de prazer irresponsável.

Tendo em vista o potencial das substâncias psicoativas em alterar o estado “normal” do organismo, acredita-se que elas são capazes de produzir comportamentos agressivos, levando o indivíduo a agir de modo violento.

Brochu (2006) considera esta concepção reducionista ao atribuir o problema ao ator social. Para ele, o modelo ignora a capacidade do indivíduo de ter controle sobre seu comportamento.

Contudo, é partindo destas premissas que o discurso causal é construído e está solidificado tanto dentro do campo científico como entre o senso comum. O discurso causal é estratégico para controlar o consumo de drogas e a disponibilidade do produto no mercado consumidor.

2.3.4. O sistema de distribuição

Além da explicação encontrada para o efeito da substância no organismo, um fator desencadeador da violência, o autor identifica no sistema de distribuição de drogas, ou seja, no tráfico de drogas, a ocorrência de violência. Isto porque o sistema de distribuição decreta suas próprias leis, estabelece obrigações conforme suas normas. Essas leis são pano de fundo para ocorrência de violência, já que o envolvido com o tráfico não pode recorrer às autoridades judiciárias (BROCHU, 2006).

Neste contexto, o autor afirma que a violência é utilizada como método ou estratégia de gestão pessoal, nos territórios da droga, ocorre intimidação, ações violentas contra os maus pagadores, homicídios, assaltos, e outros. Ela é usada também para preservar a ascensão e expansão de mercado.

Os estudos apresentados ainda pelo autor mostram o envolvimento de jovens em atos violentos devido à relação destes com as drogas, seja pelo consumo ou pela venda.

Pesquisas realizadas por diferentes instituições, como o Núcleo de Estudos da Universidade Federal de São Paulo e Secretaria Nacional de Juventude, identificam a população jovem como uma das maiores envolvidas em crime violento nas regiões periféricas dos centros urbanos (WAISELFISZ, 2013). Estes crimes, em sua maioria, organizam-se em torno do tráfico (ZALUAR, 1999).

Ao analisar o tráfico, não há como desconsiderar o crime, visto que o mercado ilegal é uma atividade criminosa (BROCHU, 2006). Outra importante consideração é que, no Brasil, o tráfico organiza uma teia de relações entorno da atividade, estendendo suas normas não só ao mercado de drogas, mas também ao da venda de outros produtos ilícitos, às atividades informais, aos serviços oferecidos em seu território, entre outros (TELLES, 2009). Em síntese, os traficantes que dominam um território utilizam de seu poder nas relações para definir normas e determinar modos de vida. Assim, deparamo-nos com uma organização

violenta que está além da regulação do comércio de drogas, estendendo seu poder a todos aqueles residentes em seu território. Isto acentua o poder da atividade ilegal nas relações, as quais são balizadas às margens da violência.

Uma explicação encontrada para o fenômeno é que, nos últimos tempos, a atividade criminosa desenvolveu-se em uma lógica societária e econômica. O mercado de drogas organiza-se de modo descentralizado, sendo desempenhado por diferentes grupos. Isto faz com que os grupos venham a se articular para lutar por posições privilegiadas no comércio dos produtos ilícitos. Consequentemente surgem as disputas por territórios, ocasionadas pelos grupos rivais, visando à expansão e ascensão no mercado de ilícitos. Estas disputas acentuam a ocorrência de violência nos territórios, porém não são exclusivamente causadas pelo tráfico. Vemos que o Estado, para intervir e tentar manter o controle da situação, acaba também utilizando de estratégias de enfrentamento violentas, acentuando ainda mais a relação drogas-violência (BRITO & SOUZA, 2011; BARCELLOS & ZALUAR, 2014).

Outra importante consideração em relação à violência está em torno da disponibilidade de armas que permite cada vez mais a imposição da força e faz com que as relações fiquem mais violentas. Os grupos organizados estão de posse de forte aparato armamentista e utilizam diversas tecnologias para controle e expansão do mercado de drogas (ZALUAR, 2002).

Em função do exposto, podemos considerar outra importante variável que faz o discurso de causalidade drogas-violência estar solidificado no Brasil, principalmente entre o senso comum: a identificação de um sistema organizado violento.

Da Agra (2008), em relação a essa discussão, afirma que o comportamento violento não está diretamente associado ao consumo de drogas. Para ele, quando a violência surge, não é em função do efeito da substância, mas sim como propriedade do sistema de compra e venda, motivada, na maioria das vezes, por questões econômicas.

A violência é utilizada como um mecanismo estratégico para impor o poder nas relações. Por sua vez, ela está presente tanto em territórios onde prevalece o mercado ilícito, como nas demais relações sociais que estão à mercê dele. Neste cenário, o ator que aparece recorrentemente como protagonista prático do discurso é o adolescente engajado em uma trajetória desviante.

2.3.5. O adolescente e a relação com a droga

Diversas pesquisas apontam para iniciação na adolescência do consumo de drogas e envolvimento com o tráfico. As análises se respaldam nas características dessa faixa etária,

que colocam o adolescente vulnerável a situações de risco. A própria adolescência já é identificada como uma fase de risco (BROCHU, 2006; DA AGRA, 2008). Ela é marcada pelas transformações físicas e psíquicas que ocorrem neste período.

Tendo em vista as modificações ocorridas nessa fase, o adolescente volta-se para experiências diferentes daquelas apresentadas já pela família e passa a experimentar o mundo à sua volta. Devido a esta característica de experimentação, o adolescente torna-se vulnerável a situações de risco. Por isso, muitos estudos, ao defenderem que existem fatores de risco e proteção em relação ao fenômeno da droga, incluem a adolescência como requisito para o risco (BROCHU, 2006).

Par o autor, a socialização destes atores em instituições sociais que defendem discursos contrários aos valorizados pela sociedade pode favorecer o engajamento em uma experiência desviante.

Muitos adolescentes são atraídos pelo tráfico vislumbrando nele a possibilidade de satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e políticas. A influência pode ser passageira, porém aqueles engajados na experiência podem construir uma trajetória desviante (BROCHU, 2006). Da Agra acrescenta ainda:

... é previsível que um adolescente (naturalmente predisposto à experiência desviante), com frágil vínculo social, apresentando dificuldades ao nível do seu meio interno (emocionais, cognitivas, etc), cuja vida decorre em subculturas de consumo e tráfico de drogas, venha a adotar um estilo de vida estruturado pela droga e pelo crime (DA AGRA, 2008, p. 86).

Em função do exposto, podemos pensar que o adolescente, socializado em meio às normas estabelecidas pelo tráfico, tende a naturalizar o comportamento violento. É claro que a naturalização não é regra para todos aqueles que convivem com tal realidade, mas é fortemente determinante para o processo de socialização.

O estudo apresentado por Zaluar (2002) mostra os adolescentes como os maiores envolvidos com a violência devido ao seu protagonismo em atividades criminosas relacionadas ao tráfico e outras modalidades de crime, como assalto.

A explicação plausível encontrada para este fenômeno está calcada na inimputabilidade dos adolescentes. A pesquisa aponta ainda o perfil dos envolvidos sendo adolescentes vulneráveis socialmente, com idade de 12 a 17 anos. As atividades desempenhadas por eles são funções de comércio, além de transporte e armazenamento das substâncias.

Acredita-se que o envolvimento do adolescente com o crime está para além da prestação de serviço para o tráfico. Uma grande parcela desta população entra para o mundo do crime também para saldar dívidas decorrentes do consumo. Desse modo, eles se envolvem em crimes de furtos, roubos e assaltos para pagar traficantes. Estas situações são identificadas muitas vezes por eles como meio que possibilita financiar o vício. Contudo, vale ressaltar que, para toda “regra”, há exceções. Sendo assim, existem jovens que cometem o crime e não são engajados na carreira criminoso (ZALUAR, 2002; DA AGRA, 2008).

É importante salientar que a convivência em contextos de vida associados à droga pode ser determinante para aprendizagem precoce a um estilo de vida desviante. A criança e o adolescente expostos sistematicamente aos valores e comportamentos próprios deste sistema tendem a naturalizar os elementos constitutivos à sua vida cotidiana (DA AGRA, 2008).

Expostos sistematicamente aos comportamentos próprios da formação desviante do consumo de drogas-delinquência, espontânea e normalmente o seu comportamento se vai estruturando segundo a lei que rege toda e qualquer aprendizagem social: observação do modelo seguida de imitação (DA AGRA, 2008, p. 46).

O autor acrescenta ainda que, através da interação permanente da criança e/ou adolescente com o meio, os comportamentos são apreendidos. Desse modo, se, no meio, é naturalizado o consumo de drogas e a manifestação de comportamentos violentos, os jovens aprendem a “normalidade” do comportamento desviante.

Na análise realizada nesta seção, identificamos que o meio potencializa o estilo de vida desviante e que a adolescência é uma fase de risco marcada por experimentações. Para terminar a análise do discurso interacionista, cabe aqui dar atenção à construção da trajetória desviante, com ênfase na adolescência, e aspectos socioculturais do meio que contribuem para determinação do comportamento desviante.

2.3.6. Aspectos socioculturais: fatores condicionantes e determinantes para o consumo de drogas

Vimos até aqui que a relação drogas e violência pode ser explicada a partir da análise do sistema de distribuição de drogas. Outra importante consideração é que o meio interfere na determinação do comportamento desviante. Para compreender melhor como se dá essa influencia do meio, é necessário conhecer quais são os fatores determinantes e condicionantes identificados para tal. Os pressupostos citados nos discursos de autores que analisam tanto o

fenômeno da droga como o da violência podem auxiliar na determinação das variáveis que influenciam esses dois fenômenos.

A proposta desta seção é apresentar alguns pontos importantes no estudo de forma bem sucinta, a fim de mostrar que as variáveis culturais e econômicas são relevantes para o estudo da droga. Pesquisas sobre violência consideram as premissas do território no qual o público alvo está inserido, além das que já foram citadas (ZALUAR, 1999; 2002).

No que diz respeito à variável cultural, não podemos omitir o consumo de algumas substâncias lícitas, naturalizado pela sociedade brasileira, como o álcool e o cigarro. A ingestão de álcool no Brasil faz parte do cotidiano das pessoas e é identificada como elemento cultural de sociabilidade. Estudos realizados no país evidenciam que álcool e o cigarro são altamente consumidos entre jovens para fins de socialização (SILVA *et.al.*, 2012; CAVALCANTE, 2005).

A pesquisa sobre drogas, apresentada por Mariana Adade, investigou as representações em relação ao fenômeno de adolescentes matriculados numa escola pública do Rio de Janeiro e mostrou que 31% dos jovens identificam a pressão social do grupo, fator motivador para o consumo (ADADE, 2012). O uso ocorre principalmente em eventos sociais, onde o álcool está disponível para aqueles que fazem ou não o uso dele (SILVA *et. al.*, 2012).

Na pesquisa, 22% dos jovens entrevistados responderam que diversão e sociabilidade são razões motivacionais para o consumo de “drogas”. Para eles, a droga funciona como “elemento de sociabilidade” na interação, em um determinado espaço social, e como um recurso que intensifica as sensações e emoções.

Outro importante fator de motivação para o consumo apresentado é a curiosidade que teve frequência de 17 % das respostas. A fuga da realidade e/ou aos problemas sociais foi citada por 22% que reconhecem a capacidade da droga em aliviar o desconforto e promover sensações prazerosas.

Em suma, as motivações estão ligadas, em sua maioria, mais aos fatores microsociais do que os macrossociais de acesso à cultura, lazer, fatores socioeconômicos, políticos, entre outros.

Contudo, os fatores socioeconômicos também são identificados em alguns estudos como influentes na relação com as drogas, principalmente na inserção ao mercado ilegal (BROCHU, 2006; DA AGRA, 2008).

Para Zaluvar (1999), a pobreza coloca jovens na formação de círculos viciosos do crime. Como já explicitado, seus estudos sugerem ainda que muitas dessas atividades criminosas organizam-se em torno do tráfico de entorpecentes. No estudo realizado em 2002,

ela afirma ser os pobres as maiores vítimas de assassinatos nas comunidades controladas pelo tráfico de drogas.

O modelo de Hunte (1991), citado por Brochu (2006), discute a implicação criminal econômico-compulsiva considerando as classes menos abastadas. Ele atribui uma relação causal entre a dependência da substância e o envolvimento em uma atividade criminal lucrativa, ou seja, o tráfico. Devido aos altos lucros financeiros, o sistema de distribuição possibilita condições para o consumo e acesso a bens e serviços.

Em função do exposto, observamos a interação de variáveis micro e macro sociais para o engajamento na trajetória desviante. É possível constatar que, apesar de haver uma radicalização nos estudos causais, que torna suas hipóteses engessadas, as variáveis desses estudos devem ser consideradas, não de forma isolada, mas integrada para a determinação da trajetória desviante.

2.3.7. A resistência ao discurso repressivo configura desvio

O engajamento em uma experiência do consumo ou tráfico de drogas demarca uma trajetória de vida desviante. O desvio é marcado pelo rompimento do ator com um discurso dominante, de forma a não se sujeitar mais às relações de poder, impondo uma resistência à verdade.

Para Foucault, a resistência pode ser pensada no âmbito da governamentalidade no manejo de uma conduta, de uma atitude crítica e do que ele chama de an-arqueologia. Ela possibilita um novo deslocamento na articulação entre verdade e sujeito o qual tira o foco das tecnologias de sujeição e propõe pensar nas técnicas de subjetivação. “Enquanto a verdade deixa de ser pensada unicamente como efeito de mecanismos constringentes de poder, a constituição do sujeito desloca-se para um conjunto de domínios que ultrapassa os limites de seu ser sujeito nos discursos de verdade das ciências do homem” (CANDIOTTO, 2010, p. 121).

A resistência dos atores mostra os conflitos e divergências em relação ao discurso dominante que associa a droga a uma experiência degradante (NICASTRI, 2006). Na prática, parece não ser bem assim, como algumas teorias que pregam os malefícios propõem.

A pesquisa já apresentada por Adade (2012) mostra que o consumo de drogas pode ser motivado pelas sensações de prazer propiciadas pelas substâncias. Na análise de Dra Agra (2008) e Brochu (2006), vemos que o tráfico viabiliza ganhos às populações desfavorecidas economicamente. Outra importante consideração refere-se ao fato de que nem todo

consumidor de droga tem uma experiência de vida degradante, devido à instalação da dependência química. Em resumo, são inúmeros os aspectos que desconstruem o discurso de combate às drogas.

A resistência pode ser manifestada através de um contradiscurso, que desmistifica os males causados pela droga ou o combate ao seu consumo. Ela ainda se apresenta através de atitudes e comportamentos contrários ao que propõe o discurso dominante.

Na prática, o discurso pode se reconfigurar a partir da experiência do indivíduo, que se baseia nas vivências positivas ligadas à droga, o que contribui para o engajamento numa trajetória desviante.

2.3.8. A trajetória do consumo

A noção de trajetória do consumo usada aqui é a mesma de Brochu (2006) e representa o processo de construção de identidade do toxicômano. Para tanto, iremos considerar três estágios de consumo: experimentação, consumo regular e adicção.

O estágio de experimentação refere-se àquele em que o consumo da droga é esporádico e não acarreta prejuízos à vida do usuário. Já no consumo regular, percebe-se uma frequência do uso da substância e algum prejuízo na vida do usuário (físico, social, econômico, etc) em decorrência do consumo. Por fim, no estágio de adicção, existe uma dependência da substância psicoativa instalada no organismo e as experiências de vida do usuário giram em torno do consumo da droga (BROCHU, 2006).

O autor ressalta que nenhuma destas etapas conduz inevitavelmente à outra, mas determina uma série de caminhos. Becker (2009), no estudo sobre o desvio, propõe um modelo sequencial para o engajamento na experiência desviante e oferece grandes contribuições ao mostrar que o usuário assume um estilo de vida próprio em relação à droga. Assim, os padrões de comportamento dele devem se desenvolver em uma sequência ordenada.

Para explicar o uso de maconha por um indivíduo, Becker (2009) busca entender como a pessoa chega ao consumo da droga; o que faz com que ela experimente e continue a consumir; como se dá o acesso à substância e qual a disponibilidade do produto. São inúmeros questionamentos que podem nos levar à causa do comportamento.

Para se tornar um toxicômano, a pessoa precisa ter tido acesso à droga, experimentado a substância e continuado o uso. A manutenção do comportamento exige da pessoa um estilo

de vida próprio: interfere no ciclo social o qual a pessoa frequenta, nos costumes destes subgrupos, nas normas de convivência, entre outros fatores (BECKER, 2009).

Tendo em vista os aspectos apresentados, a análise sobre drogas está além da identificação do que motiva o consumo. Ela apresenta também os diversos fatores que interagem para o engajamento em uma trajetória desviante.

2.3.9. A trajetória do tráfico de drogas

O tráfico constitui um importante estilo de vida para os grandes consumidores de drogas ilícitas (BROCHU, 2006), assim como também para não consumidores. Um dos principais fatores que atrai as pessoas para o tráfico de drogas é o ganho financeiro proporcionado pelo mercado do consumo. A grande demanda reflete na ascensão e na lucratividade do mercado tornando a rentabilidade do negócio atrativa para diferentes atores, principalmente os mais vulneráveis. .

Para Brochu (2006), o fator econômico é uma importante variável para a ruptura social, ao passo que a criminalidade é identificada como meio para prover o sustento e as condições necessárias de acesso a bens e serviços.

Nos estudos apresentados por Brochu (2006) e Da Agra (2008), a variável econômica é considerada como uma das influências que interagem para o engajamento no tráfico de entorpecentes. Conforme Brochu (2006), os jovens provenientes de meios econômicos desfavorecidos engajam no tráfico devido à lucratividade da atividade na tentativa de minimizar a precariedade das condições de vida. Em consequência disso, Zaluar (2002) afirma serem eles as maiores vítimas do crime, já que estão na linha de frente de comércio, transporte e armazenamento da droga.

O tráfico captura principalmente dependentes químicos com baixo poder aquisitivo que precisam de meios para financiar o vício ou de exercer a atividade para saldar dívidas (BROCHU, 2006; ZALUAR, 2002).

Utilizando o modelo sequencial de Becker (2009), é possível pensar na existência de etapas para a construção da carreira de traficante, devendo ela começar do transporte e pequenos comércios territoriais até chegar às grandes negociações, nacionais e internacionais, assim como o domínio de um território. Em uma escala de crescimento da atividade, é provável que o dependente permaneça na base, visto que o engajamento nela se dá na maioria das vezes para financiar o consumo ou saldar dívidas.

O tráfico, além de proporcionar desenvolvimento econômico, também altera os padrões de sociabilidade do ator. A venda de drogas contribui para o processo de socialização, já que estimula o conhecimento de pessoas e a formação de novas amizades (BROCHU, 2006). A trajetória desviante é marcada por manifestações de comportamentos violentos e pela tendência à transgressão às normas da vida convencional.

Em função do exposto, concluímos que a trajetória de vida delineada tanto pelo consumo como pelo tráfico rompe com os padrões sociais e com as ideologias que amparam o discurso dominante. Nesses subgrupos, são os contradiscursos que prevalecem. O discurso dominante deixa de ser verdade, torna-se falso e os contradiscursos são validados. Cada um com sua verdade tece as relações de poder nos campos sociais, intensificando as disputas pelo poder.

2.3.10. Seria a adolescência um desvio latente?

O subtítulo é bem sugestivo e confuso ao mesmo tempo. Estaria ele caracterizando a adolescência como uma trajetória desviante? A princípio sim, porém é necessário primeiro entender o que se quer dizer com o termo “desviância latente”.

Este termo foi utilizado por Da Agra (2008) para caracterizar o comportamento desviante ao mesmo tempo funcional e processual, ou seja, constituído de dimensões individuais (biopsicológicas), temporais (evolutivas) e aquelas que interagem com o contexto (psicossociais).

Para caracterizar a desviância latente, levou-se em consideração a frágil organização das dimensões individuais decorrente de mudanças físicas e psicológicas. Os sub-sistemas neuronal, emocional, do pensamento e a ação instáveis apresentam características disfuncionais entre si. No que se refere ao vínculo social, percebe-se uma precariedade, tendo em vista os rompimentos dos vínculos familiares, escolares e laborais (DA AGRA, 2008).

A adolescência é a expressão concreta da desviância latente, tendo em vista que as experimentações comuns a esta fase podem levar a comportamentos desviantes específicos: consumo de drogas, experiências sexuais, indisciplina, comportamentos agressivos, conflitos familiares, vadiagem e outros (DA AGRA, 2008). Vale lembrar que, independentemente do rompimento com um padrão de normalidade, a própria adolescência já é rotulada como uma fase de desvio, devido à inconstância destes atores.

Conforme o autor, o consumo de drogas e a prática criminosa são comportamentos cuja intencionalidade consiste na experimentação de um estilo próprio, na construção de uma identidade.

Por ser uma fase de descoberta e de experimentação, muitos comportamentos desviantes na adolescência são tidos como normais. É natural a busca do adolescente por experiências que ainda não lhe foram apresentadas. Para Da Agra (2008), o problema reside no modo como estas experiências se desenvolvem e evoluem para a consolidação da trajetória desviante na vida adulta.

Outra singularidade da adolescência é a busca por relações com iguais. A participação em grupos contribui para a construção da identidade. Para Da Agra (2008), a adesão em uma subcultura desviante representa a escolha de um mundo próprio. Quando estes grupos têm valores e normas específicos que estimulam a aquisição do produto, acabam por criar justificativas morais para práticas ilícitas (BROCHU, 2006).

Da Agra (2008) afirma que o processo de constituição da “desviância” é interativo. O cenário social, estigmatizado, objeto de exclusão e caracterizado por forte expressão da droga e da violência, no qual habitam populações socialmente marginalizadas, tende a criar indivíduos desviantes.

Para o autor, indivíduos psicológica e comportamentalmente desviantes buscam esses meios para sua adaptação. A manifestação de uma “desviância” latente necessita da adaptação em um meio adequado. Esses meios desenvolvem suas próprias leis que regem o desenvolvimento humano. A interação de características individuais e do contexto favorece a instalação do comportamento desviante.

Em suma, as características próprias da adolescência, acrescidas de traços psicológicos e comportamentais desviantes mais a interação de fatores sociais, são determinantes para a construção de uma trajetória desviante.

2.4. Síntese

A proposta do primeiro capítulo foi de apresentar conceitos que fundamentam a análise do discurso (FOUCAULT, 1999a; 1984; 1987) e, a partir destes, buscar compreender como os discursos se constroem, tornando-se hegemônicos, para posteriormente delinear todo o processo de origem e estruturação do discurso sobre drogas. Desse modo, conforme a análise genealógica do discurso, vemos que este se constrói em meio a relações de poder-

saber difundidas nas práticas sociais, sendo mantido por instituições políticas e sociais que se articulam para manutenção das forças.

O poder é capaz de explicar os saberes. Consolida-se na disciplina dos corpos, para vigiar e controlar as forças de trabalho (FOUCAULT, 1999a), estendendo também a manutenção ou governamentalidade, das situações de risco que venham intervir na saúde do indivíduo e da população (direito de vida e direito de morte), assim como na organização política e desenvolvimento econômico do Estado (FOUCAULT, 1999b; 2008). Ele é exercido por instâncias microssociais e macrossociais que se articulam na sua consolidação. Entendemos por instâncias microssociais: as famílias, as escolas, as prisões, os programas etc. O Estado pode ser definido como instância macrossocial.

As instâncias microssociais e macrossociais, também conhecidas como dispositivos, têm função estratégica dominante (FOUCAULT, 1987). Visam responder a uma urgência que pouco a pouco estabelece controle e dominação sobre os corpos. Em face do fenômeno investigado, consideramos dois importantes dispositivos para articulação e consolidação do discurso: a escola e as políticas sobre drogas.

Apresentamos também os principais aspectos discutidos em torno da droga: acepções médicas e jurídicas que fundamentaram o discurso repressivo; classificação das substâncias psicoativas e seus efeitos; relações entre drogas e violência.

Tendo em vista a complexidade do fenômeno, não é possível analisá-lo sem que haja uma compreensão mais profunda dos elementos que interagem com a droga. Desse modo, a teoria Interacionista subsidiou a construção crítica sobre esse tema, considerando as variáveis que interagem para consolidação do desvio (consumo, tráfico, dependência etc).

Os estudos realizados por dois importantes experts no assunto, Brochu (2006) e Da Agra (2008), subsidiaram o entendimento de que não devemos considerar o fenômeno da droga apenas dentro dos parâmetros de causa e efeito, como proposto pelo discurso dominante, mas também avaliar as variáveis que interagem com estes, de modo a interferir na consolidação tanto do consumo quanto do tráfico.

Brochu (2006) propõe que existe uma relação dinâmica ligada ao consumo de droga entre o indivíduo e fatores de progressão/interrupção. Já Da Agra (2008) tem uma visão biopsicossociológica do comportamento criminal. Ambos consideram a interação de fatores e processos psicológicos, biológicos, sociais, culturais, entre outros, decisivos para construção de uma trajetória desviante. Vale destacar que as perspectivas desses autores foram essenciais para discussão das possíveis relações entre drogas e violência, uma vez que mostraram não

ser possível atribuir uma relação de causalidade direta entre ambos, mas a existência da interação de fatores os quais culminam na eclosão da relação entre eles.

Com base nas perspectivas citadas anteriormente e no que a presente pesquisa se propõe, consideramos as seguintes variáveis: droga x violência; drogas e seus efeitos no organismo; sistema de distribuição; o adolescente e a relação com a droga; aspectos socioculturais; o desvio; a trajetória do consumo; a trajetória do tráfico de droga e a adolescência.

Desse modo, no primeiro capítulo, buscou-se fazer uma análise genealógica do discurso sobre drogas, apresentando o discurso dominante e os enunciados que vieram dar nova configuração para este estudo.

Tendo em vista ao aspecto estudado anteriormente, no segundo capítulo, ampliaremos a compreensão do discurso sobre drogas, dando ênfase, neste momento, à sua estruturação. Para tanto, buscaremos compreender como se estruturou o discurso proibicionista de repressão às drogas no Brasil, aspectos ideológicos deste e as políticas e programas desenvolvidos. Teremos a oportunidade de compreender, na prática, como os dispositivos escolares e políticos atuam de forma a moldar os sujeitos na forma de pensar e agir.

3. ANÁLISE ESTRUTURAL DA POLÍTICA DE DROGAS BRASILEIRA

O terceiro capítulo irá apresentar o discurso atual sobre as drogas, considerando as principais características da política no Brasil. Para tanto, será realizada a análise histórica do combate às drogas, a partir da década de 1970 até os dias atuais, no Brasil e no mundo, considerando o fenômeno do controle do consumo e do narcotráfico, assim como as relações de poder que permeiam o discurso dominante, pautado na lógica proibicionista. Devemos também apresentar as mudanças de paradigmas do discurso sobre drogas, nos últimos 10 anos, e as transformações sociais que respaldaram o desenvolvimento de um novo discurso, ainda assim calcado na lógica proibicionista, porém dando maior ênfase à prevenção ao uso indevido de drogas. As políticas de prevenção ganharam novos contornos com a lógica da redução de danos. Esta é uma política de saúde que visa reduzir os riscos de natureza biológica, social e econômica do uso de drogas, calcada no respeito ao indivíduo e seu direito de consumi-las (MOREIRA, SIVEIRA & ANDREOLI, 2006). Em função do exposto, a escola passa a ter papel fundamental no desenvolvimento de estratégias para promover a saúde dos indivíduos e prevenir situações de risco. Considerando a funcionalidade e o desenvolvimento estratégico dos dispositivos (FOUCAULT, 1984), será possível identificar as diferentes funcionalidades e estratégias do discurso preventivo que está para além da promoção da saúde e da prevenção dos riscos, mas também do controle dos corpos e manutenção da hegemonia dos Estados. Por fim, pretende-se destacar o papel da escola na articulação e produção de um novo discurso, principalmente no que concerne à prevenção ao uso indevido de drogas, questão a ser investigada profundamente. Vale destacar que, desde 1970, quando a estratégia de diminuição da demanda passou a ser considerada uma necessidade mundial, a escola passou a ser um lugar privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, visando à educação para a saúde.

3.1. A política de drogas do Brasil

O presente capítulo pretende apresentar o discurso político sobre drogas no Brasil, considerando os aspectos que interferem na produção deste discurso e avaliar como as mudanças econômicas, sociais, culturais e, principalmente, políticas contribuíram para a sua instituição. Vale ressaltar que a análise não estará restrita à política de combate à droga no

Brasil, já que a necessidade de produzir conhecimento acurado nos leva a uma análise global do fenômeno.

Desse modo, estaremos aqui a discutir não só questões relacionadas à política proibicionista direcionada para o consumo de drogas ilícitas, de forma a apresentar suas bases ideológicas e as particularidades do discurso sobre entorpecentes que ganha centralidade nos debates com a expansão da atividade criminosa e do mercado ilegal.

Fraga (2007) cita que diversos especialistas são unânimes em considerar a política proibicionista responsável pelo crescimento da atividade criminosa. Dentre importantes pesquisadores que comungam da mesma ideia, está Karam (2014). Para ela, a proibição causa a violência, ocasionando danos muito mais graves que o próprio consumo da droga. “A proibição cria crimes sem vítimas, mas a ‘guerra às drogas’, como qualquer outra guerra, é letal. A ‘guerra às drogas’ mata muito mais do que as drogas” (KARAM, 2014, p. 165).

O mercado das drogas mostra-se muito promissor, e acredita-se que tal fato é decorrente da grande demanda por consumo em diferentes populações, cada qual com suas especificidades e costumes de uso. O aumento da demanda pode ter relação direta com a repressão ao consumo e principalmente à produção. Por outro lado, não se pode esquecer que a produção gera demanda, haja vista o aparecimento de novas drogas que se consolidam no mercado, como as drogas sintéticas.

A partir de uma análise estrutural da política de drogas no Brasil, neste capítulo, consideraremos transformações históricas, políticas e sociais da criminalização, sendo assim possível compreender os fundamentos que amparam a atual política de droga e as bases estratégicas da redução de danos.

Para tanto, Garland (2008) e Foucault (1999) fizeram importantes contribuições para este estudo com o método de análise estrutural utilizado por este em “Vigiar em Punir” e aquele em “A Cultura do Controle”. Contudo, terá maior ênfase, neste momento, a pesquisa apresentada por Garland (2008), uma vez que se aproxima mais do que se propõe esta análise.

Como já apresentado no primeiro capítulo, Foucault (1999) focaliza sua análise nos mecanismos de poder compatibilizados em práticas punitivas as quais se articulam com práticas sociais. Ele propõe uma análise multidimensional a fim de abarcar os diferentes sentidos da punição nas sociedades contemporâneas. Objetivando analisar o fenômeno, o autor estudou as transformações das práticas penais na França entre o período Clássico ao século XIX. Considerou, principalmente, a mudança de “significado” dos dispositivos prisionais centrados na disciplina dos corpos, não sendo mais o lugar de suplício ou castigo

simbólico. Sua análise procurou mostrar que a disciplina dos corpos vai muito além das instituições prisionais se estendendo a escolas, hospitais, exércitos, entre outros.

Já Garland (2008) se propôs a apresentar os desdobramentos da resposta social ao crime e das forças sociais, culturais e políticas que reforçaram o controle da criminalidade e da justiça criminal na segunda metade do século XX na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Para tanto, ele realizou um mapeamento das condições sociais que amparam o controle do crime e apresentou os discursos criminológicos que moldaram as políticas e práticas. Apresentou mudanças no campo de práticas, de discurso e de representações.

Os discursos apresentados pelo autor centraram-se em duas perspectivas: o ponto de vista do Previdenciário Penal e Criminologia Correlacionista e o ponto de vista do surgimento de novas criminologias que valorizavam o controle desenfreado, ou seja, as Teorias do Controle. O enunciado das criminologias, na era do Welfare State, da política de Previdenciário Penal, tendia a defender o crime como sendo decorrente de um processo incompleto de socialização e responsabilizava o Estado a assistir os privados de recursos econômicos, sociais e psicológicos, para que eles viessem a adaptar-se socialmente e respeitar às leis.

No que concerne às Teorias de Controle, tendeu-se a não mais responsabilizar o Estado, mas sim o indivíduo pelas práticas criminais, considerando estas como condutas autorreferidas, antissociais e criminais, a menos que os indivíduos sejam impedidos de ter controle. Assim, atribuem à família, ao Estado e à sociedade a responsabilidade de desenvolver mecanismos para a imposição de limites.

Em resumo, a velha criminologia tinha o discurso centrado na defesa do bem-estar e da assistência. Já a nova fundamentava-se no reforço dos controles e na aplicação de penas rígidas e no disciplinamento (GARLAND, 2008).

O argumento do autor é que, na “modernidade tardia”, século XX, os padrões de relacionamento sociais, econômicos e culturais trouxeram um conjunto de inseguranças e problemas de controle social, que acabaram por suceder a demanda por novas respostas ao crime. O clamor da sociedade por políticas mais duras garante a instituição e a “aceitação” dos altos custos destas políticas, o máximo tempo na duração das penas e o aumento das taxas de encarceramento, já que o Estado utiliza técnicas de controle de custos elevados.

O processo de acumulação do capital e as constantes mobilizações pela busca de mercados com maiores lucros e vantagens competitivas deram origem às transformações que fundaram o que Garland chamou de “modernidade tardia”.

A pesquisa de Garland (2008) propõe uma investigação histórica das políticas e debates de controle sobre o crime, a qual procura entender a causa das profundas mutações que sucederam o controle do crime. Ele realiza análise genealógica das forças que originaram as práticas de controle da criminalidade procurando identificar aspectos históricos e culturais sobre as quais elas se construíram. O autor considera as propriedades estruturais do campo, a dinâmica social e a cultural que a produz.

Ele produz um estudo comparativo avaliando as representações em relação ao crime e o discurso disseminado por ele. Ele apresenta as perspectivas comparando as práticas, antigas e atuais, do controle do crime e os mecanismos das políticas alinhados às mudanças sociais. O autor avalia o campo como um todo no intuito de identificar as tendências e características comuns e se propõe a entender as mudanças em relação ao crime à luz dos desenvolvimentos gerais.

Eis aqui um questionamento em relação às pesquisas já citadas. O que isso poder contribuir para os estudos de drogas no Brasil?

Para entender as representações sobre drogas, do público adolescente, é de suma relevância identificar os discursos e as práticas predominantes no contexto social em relação ao fenômeno. Desse modo, cabe aqui uma análise estrutural dos desdobramentos da resposta social em relação ao fenômeno da droga e identificar as forças sociais, culturais e políticas que reforçaram a instauração da política de combate às drogas no país. Além disso, é interessante apresentar as mudanças no campo de práticas, de discurso e de representações, que acompanham um dado momento histórico.

Propomos a compreensão dos elementos globais que interferem na composição do discurso, assim como os aspectos estruturais e as transformações políticas e sociais que eclodiram na instauração da política de combate às drogas. A década de 1970 foi o período em que foi possível verificar maior empenho do poder público em controlar e combater o uso e o tráfico de drogas. Neste período, foi instaurada a primeira lei de controle, reflexo dos tratados e convenções internacionais, até a política atual 11.343/06, que foi reconfigurada no que tange às medidas preventivas (desenvolvimento de estratégias de redução de danos) e ao trato diferenciado entre dependentes e traficantes. Vale ressaltar que, desde 1940, existe uma lei sobre drogas, todavia não havia anteriormente um combate efetivo.

De certo modo, tanto Foucault (1999) como Garland (2008) avaliam as forças que consolidam o discurso e o poder destas nas respostas individuais, ou seja, na representação do indivíduo. As políticas, tanto de controle como prevenção da droga, dependem de um aparelhamento social, não só conferido às instituições estatais.

Tal consideração nos remete ao papel conferido ao dispositivo escolar para a disciplina dos corpos. Podemos conferir atualmente o remodelamento da escola enquanto dispositivo disciplinar que acompanha as transformações da política de drogas e desenvolve estratégias para controle e prevenção do consumo de drogas.

O método comparativo utilizado por Garland (2008) em relação ao crime é também utilizado nesta pesquisa, porém a intenção aqui é comparar as representações dos adolescentes em relação às drogas e o discurso que permeia as relações sociais. A finalidade é apontar as importantes similitudes na representação do adolescente e a prática do discurso sobre drogas, além de considerar que o processo de mudança social e cultural fundamenta a mudança de discurso e, conseqüentemente, a sua prática.

Atualmente, vemos o delineamento de um novo discurso, em relação ao usuário, embasado muito mais na prevenção e redução de danos do que na sua criminalização. No que se refere ao mercado de drogas, o discurso perene ainda é o de controle e combate, o qual estimula o uso de mecanismos de controle para coibir atividades ilegais.

O argumento proposto aqui é o mesmo apresentado por Garland: o de que o discurso produzido na atualidade é permeado por transformações sociais, econômicas e culturais e que, a cada momento histórico, um novo discurso se produz amparado na realidade social existente. Assim como Garland (2008), acredita-se que os discursos atuais, que prezam por maior controle do consumo e comercialização da droga, assim como aqueles que estabelecem relação da droga com a violência, são respaldados no sentimento de insegurança. Vale considerar que as questões de desigualdade social e econômica, assim como a violência do mercado de drogas conferem legitimidade à política de controle das drogas.

A pesquisa tenta estabelecer uma correlação das transformações históricas e culturais e o discurso trazido pelos Estados Unidos, que se transformou em práticas de controle naquele país e posteriormente nos demais países da América Latina até chegar ao Brasil (FRAGA, 2007). Assim como em relação ao crime (GARLAND, 2008), os Estados Unidos têm influenciado, principalmente através das convenções sobre drogas, o problema das drogas no Brasil e na América Latina.

A política para enfrentamento ao consumo de drogas, adotada pelos Estados Unidos, influencia em grande medida países de todo o mundo, uma vez que o EUA instaurou a política global sobre drogas, tendo em vista seu poderio econômico, bélico, assim como sua posição na política internacional. Dentre os inúmeros países (Colômbia, México, Nicarágua etc) na mira do controle dos Estados Unidos, está o Brasil, tendo em vista sua logística de

trânsito das drogas entre países e também por exercer forte influência no mercado final (FRAGA, 2007).

A política de controle às drogas no Brasil é muito influenciada pelas orientações político-criminais dos países centrais, reflexo dos tratados e acordos internacionais (SALO DE CARVALHO, 2010). Contudo, não podemos negar que a conjunção histórica do Brasil de militarização, nas décadas de 1960 e 1970, período ditatorial (1964-1985), reforçou a necessidade de controle social. Este período foi relativamente importante para instituição de uma nova ordem do mercado ilegal e para sua expansão. Na década de 1980, a organização das redes de droga e o aumento da demanda por consumo de cocaína delineiam um novo cenário em face do discurso (MISSE, 2007).

Tendo em vista as considerações anteriores, entende-se que este capítulo possibilitará identificar os elementos estruturais que alicerçaram o discurso sobre drogas, avaliar os enunciados científicos que reforçam a consolidação de um discurso dominante e mostrar as mudanças na política de prevenção às drogas que culminaram na estratégia de redução de danos.

Temos atualmente dois grandes enunciados em relação às drogas ilícitas que acompanham as transformações sociais e culturais, dando sentido ao surgimento de novos discursos: os que dizem respeito à prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas (NICASTRI, 2006) e aqueles que discutem sobre a legalização das drogas (LARANJEIRA, 2010).

A legislação brasileira de combate às drogas, já na década de 1970, reconhecia a questão das drogas não somente como um problema legal, mas também social. Desse modo, a lei nº 6.368, em seu 5º artigo, determina que os programas de formação dos professores devem incluir, na proposta pedagógica, temas referentes às drogas que provocam dependência química e física (BRASIL, 1976).

As ações de prevenção são desenvolvidas na escola com uma perspectiva bem diversa, que não se restringe à informação, mas inclui também o estímulo de atividades de lazer, cultura, esporte, entre outras (GONÇALVES & SPOSITO, 2002).

Em suma, iremos avaliar as transformações ocorridas no campo da droga, considerando os discursos predominantes em cada momento e realizando a análise dos fatores estruturantes do discurso.

3.1.1. Breves considerações da política de drogas brasileira

A política de drogas no Brasil está em conformidade com o modelo internacional de combate às drogas, “proposto” pelos Estados Unidos, com chancela da ONU, que se estendeu a diferentes nações, em especial a países da América Latina, ao qual colocava em risco a segurança política e econômica dos países hegemônicos (FRAGA, 2007; SALO DE CARVALHO, 2010; BATISTA, 2014).

A política atual sobre drogas vigente no Brasil, desde Agosto de 2006, Lei nº 11.343/06, é prescrita de forma a instituir o controle e repressão contra o tráfico de drogas ilícitas. Ela acrescenta dispositivos que dizem respeito à prevenção do uso indevido, à atenção e à reinserção social de usuários e dependentes de drogas e prevê ainda a criação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, configurado nos moldes daqueles criados nos Estados Unidos (BRASIL, 2006).

Ela é uma política fundamentada nos moldes proibicionistas, com ênfase nos programas preventivos ao uso indevido. Para efeito da lei, constituem atividades preventivas do uso indevido “aquelas direcionadas para fatores de vulnerabilidade social e risco e para promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção” (BRASIL, 2006).

Dentre as estratégias para prevenção do uso indevido, está a redução de danos – uma política de saúde que se propõe a reduzir prejuízos de natureza biológica, social e econômica (MOREIRA et. al., 2006). Esta estratégia pode estar centrada na prevenção e/ou na promoção de saúde. “As abordagens preventivas mais promissoras ampliam o campo de intervenção para o ambiente físico e social, enfocando a saúde como um todo, aproximando-se do conceito de promoção à saúde” (MOREIRA *et.al.*, 2006, p. 807). Enquanto a prevenção visa prevenir os riscos de doenças, neste caso os riscos do consumo de drogas, questão esta que será discutida com mais afinco posteriormente, a promoção visa ao aumento da saúde e ao bem-estar, não estando restrita a evitar alguma doença.

Contudo, cabe, momentaneamente, destacar que a lei nº 11.343/06 demarcou mudanças no que tange à instituição de um Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), a prescrição de medidas de prevenção ao uso indevido de drogas e a atenção aos usuários e dependentes de drogas.

Uma importante característica dessa lei é proposição de extinção da pena de prisão para o usuário e o dependente. Em contrapartida, a extinção sugere outras providências, como advertência, prestação de serviço à comunidade e medida educativa para aquele que “adquirir,

guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para uso pessoal a substância...” (BRASIL, 2006).

Nos casos de infração, caberá ao Juiz a interpretação se a droga apreendida destinava-se ao consumo pessoal ou não. Para tanto, ele deverá considerar a quantidade de droga apreendida, o local e as condições em que ocorreu a ação, as circunstâncias sociais e individuais, assim como a conduta e os antecedentes do ator. O juiz poderá ainda determinar ao Poder Público colocar à disposição do infrator um estabelecimento de saúde para tratamento especializado.

Os princípios e diretrizes norteadores das ações preventivas são inspirados em fundamentos de redução de danos, que reconhece o uso indevido como fator determinante para a qualidade de vida do indivíduo.

Dentre as principais características da redução de danos, Moreira et.al. (2006) sintetizam cinco:

- a) É alternativa de saúde pública;
- b) reconhece a abstinência como resultado ideal, aceitando a redução de danos como resultado esperado;
- c) calcada na defesa do dependente, do menor prejuízo; permite acesso aos dependentes a serviços de baixa exigência, mais tolerantes, ou seja, que a abstinência total não é um pré-requisito para aceitar ou permanecer o usuário nele;
- d) baseia-se no princípio do pragmatismo empático versus idealismo moralista (MOREIRA *et.al.*, 2006, p. 813).

Para os autores, a proposta de redução de danos estende-se a todos os trabalhos em campo, do uso ao abuso de substâncias psicoativas, tendo como foco de intervenção o indivíduo, em sua totalidade, a qualidade de vida e um estilo de vida saudável. É por isso que se estende a estratégias de promoção à saúde.

A redução de danos traz uma nova perspectiva para a política de prevenção, contudo vale ressaltar que, já na década de 1970, havia orientação para o desenvolvimento de medidas preventivas.

A Lei nº 6.368, de 21 de Outubro de 1976, propõe medidas de prevenção, repressão ao tráfico e uso indevido de drogas (BRASIL, 1976). Contudo, é na Lei nº 11.343/06 que há maior preocupação com usuário e dependente. Anteriormente, o que se percebe é uma “prevenção” muito mais direcionada para práticas repressivas ao uso de drogas, visando evitar o consumo, do que uma prática que venha reconhecer o consumo como possibilidade e propor estratégias para intervir no uso indevido de drogas, como propõe a atual lei.

Já no que se refere à repressão ao tráfico de drogas, houve maior rigidez com imposição de severo regime de punibilidade, em relação à pena privativa de liberdade, para aqueles que violarem o Art. 33 da Lei 11.343/06³. Vale destacar que a Lei 6.368/76⁴ estabelecia penas mais brandas para tais infrações.

A lei atual prevê tratamento diferenciado para o traficante e o usuário, propondo medidas diferentes para situações caracterizadas como porte e tráfico de drogas (BRASIL, 2006). Esta mudança foi um marco na legislação nacional em meio a muita polêmica, pois as medidas de tratamento e prestação de serviços à comunidade, aplicadas ao usuário e dependente, são consideradas penas alternativas fundamentadas na lógica proibicionista.

Para Salo de Carvalho (2010), a alteração do artigo 28 da Lei 11.343/06 mantém a conduta dos usuários criminalizada, uma vez que prevê sanção para porte de drogas para o consumo pessoal. Ela prevê inclusive sanção nos casos de reincidência.

Tendo em vista tais aspectos, é possível afirmar que a base ideológica da Lei 11.343/06 mantém-se calcada no sistema proibicionista, inaugurado pela Lei 6.368/76. “Neste sentido, a lógica discursiva diferenciadora iniciada na década de 1970 é consolidada no novo estatuto, em detrimento de projetos políticos alternativos (descriminalizadores) moldados a partir das políticas públicas de redução de danos” (SALO DE CARVALHO, 2010, p. 68).

As ações legais e administrativas, principalmente aquelas propostas pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) nas versões dos Planos Nacionais Antidrogas (PNAD), manifestavam o caráter ambíguo dos objetivos e instrumentos adequados à prevenção, já que enquadraram a política criminal de drogas atual à identidade histórica proibicionista apresentada na Lei 6.368/76.

As condições internas da reforma política, que culminou na LEI 11.343/06, foram legitimadas pela consolidação hemisférica da ideologia da diferenciação. Em dezembro de 1996, em Motividdéu, 34 países, incluindo o Brasil, elaboraram o documento de unificação da estratégia de controle e erradicação das drogas no hemisfério, elegendo a redução da demanda como principal estratégia (JOBIM, 1996).

³ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa (BRASIL, 2006).

⁴ Art. 12. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena – reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias de multa (BRASIL, 1976).

O discurso legitimado pela nova estratégia hemisférica defendia a educação, a prevenção e a recuperação e acabava “coincidindo” com as propostas de reforma brasileira, que identifica o usuário como vítima da situação (JOBIM, 1996). Desse modo, percebemos uma sobreposição do discurso médico-jurídico ao jurídico-político, no que tange aos usuários e dependentes.

Todavia, Salo de Carvalho (2010) faz importantes diferenciações entre os dois estatutos criminais. Percebe que, na Lei 6.368/76, há sobreposição do discurso jurídico-político ao médico-jurídico, podendo ser identificado no diz respeito à eliminação do traficante, ao investimento na repressão ao comércio ilícito e ao abrandamento de ações direcionadas para usuário e dependente. Na Lei 11.343/06, ele percebe um nivelamento dos tratamentos penais entre usuários e traficantes, ao qual criou dois estatutos autônomos: a alta repressão aos traficantes, com imposição de severo regime, citado anteriormente, e patologização do usuário e do dependente com aplicação de medidas específicas para estes.

Em resumo, a política brasileira atual orienta para o desenvolvimento de três tipos de estratégias preventivas: a redução de danos, a redução da demanda e a redução da oferta de drogas. As estratégias direcionadas para a redução de danos e para a redução da demanda estão vinculadas às atividades de cunho preventivo, informativo e educativo, focalizadas no usuário e/ou dependente e não deixam de ter um caráter repressivo (JOBIM, 1996; ESPÍNDOLA, 2010; MOREIRA *et.al.*, 2006).

Com relação à redução da oferta, as medidas visam reduzir a disponibilidade da droga ilícita no contexto social. Deste modo, pretende reprimir a produção não autorizada e o tráfico de drogas ilícitas. Para tanto, utiliza de técnicas belicistas a fim de manter a segurança nacional.

As medidas adotadas para esse fim tendem a não considerar as características socioeconômicas e culturais de territórios cujas populações sobrevivem da produção e comercialização da folha de coca e da *cannabis sativa* (FRAGA, 2007).

Devido aos aspectos apresentados, muito se discute entre os *experts* sobre a ambivalência da atual política de drogas no Brasil, pautada pela lógica proibicionista. É contraditória por prever a reinserção social do dependente e do usuário, todavia propõe um tratamento estigmatizado que pune em vez de tratar devidamente o usuário e o dependente.

Para Salo de Carvalho, a lei nº 11.343/06 apenas apresenta mudança na estrutura de punibilidade ao propor medidas substitutivas para os casos de porte da droga para consumo próprio. Percebemos que “tem-se a manutenção de sistema proibicionista estruturado na

reciprocidade punitiva entre as penas restritivas de direitos e medidas de segurança atípicas (medidas educacionais)” (SALO DE CARVALHO, 2010, p. 70).

O autor refere-se à estratégia de prevenção ao uso indevido, à redução de danos, como sendo apenas uma “mera carta de intenções”. Contudo, algumas pesquisas não se mostram tão críticas às práticas de redução de danos (MOREIRA *et.al.*, 2006). Ao contrário, a pesquisa enfatiza que a redução de danos, apesar de estar pautada em lógica proibicionista, converge para a promoção da saúde, estimulando o desenvolvimento de autonomia, ações inclusivas, políticas intersetoriais, etc.

Fraga (2007), apesar de considerar que a lei avançou em alguns aspectos, “como não sendo somente repressiva” (p. 85), coloca-se também de modo crítico em dois pontos, quando compara a política atual às leis mais modernas (Justiça Terapêutica) e à criminalização do traficante. Neste caso, a crítica dele está direcionada para aquela aplicada ao pequeno plantador.

O primeiro aspecto se refere à Justiça Terapêutica, em que há substituição da pena restritiva de liberdade pelo tratamento terapêutico, visando ao abandono do vício. Para o autor, a medida considera todo usuário doente ou uma pessoa que precisa de tratamento. Opõe-se à patologização do usuário e mostra que menos de 10% destes podem ter uma relação patológica com a droga. Fraga (2007) faz uma importante consideração em relação ao tratamento ao destacar a falta de eficiência de um processo terapêutico quando não há consentimento da pessoa envolvida.

O outro aspecto criticado pelo autor está na criminalização do pequeno plantador. Para ele, ainda que seja positivo o tratamento diferenciado para os traficantes, “é fundamental não criminalizar o pequeno plantador, que sobrevive do plantio de substâncias consideradas ilegais, como no caso de determinados plantadores de maconha da região do Submédio São Francisco” (FRAGA, 2007, p. 85).

Além disso, não podemos esquecer as críticas relacionadas aos gastos das políticas de controle que implementaram estratégias repressivas fracassadas (BATISTA, 2014). Isto porque, mesmo havendo a repressão, existe demanda e, se há demanda, tem oferta. Desse modo, não é suficiente reprimir o uso se há um mercado consumidor amplo, que terá necessariamente comerciantes para oferecer essas drogas ilegalmente. Como bem lembra (MISSE, 2010), se queremos a proibição, devemos arcar com os altos custos desta.

A política de drogas do Brasil está calcada em três princípios: no Discurso Ideológico Médico e Jurídico, consolidado com base em um substrato moral; no Discurso Estadunidense

de Segurança Global e na Ideologia de Segurança Nacional e Controle social moldado pelo Militarismo Brasileiro. A tríade está fundamentada na relação Bem x Mal.

Para ampliar a compreensão dos princípios históricos que originaram a atual política de drogas no Brasil, será apresentada a ideia de transnacionalização, calcada no discurso médico e jurídico apresentado por Salo de Carvalho (2010); a Geopolítica das drogas, construída a partir do princípio da segurança global enunciada por Paulo Fraga (2007), e, por fim, a Ideologia de Segurança Nacional e a Militarização do Controle Social, também apresentada por Salo de Carvalho (2010).

3.1.2. Evolução da política de drogas do Brasil

O importante levantamento apresentado por Pierangeli (2004), citado por Salo de Carvalho (2010), mostra que, no Código de 1890, no Art. 159, já era regulamentado o delito para ações relacionadas à venda e administração de substâncias venosas sem prévia autorização.

Contudo, foi no início do séc. XX que aumentou a preocupação em torno da droga devido ao elevado consumo de ópio e haxixe, incentivando a edição de um novo regulamento sobre o uso e a venda destas substâncias (SALO DE CARVALHO, 2010).

O primeiro grande impulso na luta contra drogas no Brasil pode ser encontrado no decreto 780/36 e 2.953/38, que posteriormente culminou na Lei nº 891 de 25 de Novembro de 1938 e que aprovou a Lei de fiscalização de entorpecentes. Portanto, como apresenta Salo de Carvalho (2010) é errôneo dizer que a criminalização das drogas no Brasil ocorreu a partir da década de 40.

Nota-se que as políticas de controle (das drogas) são estruturadas com a criação de sistemas punitivos autônomos que apresentam relativa coerência discursiva, isto é, modelos criados objetivando demandas específicas e com processos de seleção (criminalização primária) e incidência dos aparatos repressivos (criminalização secundária) regulados com independência de outros tipos de delitos (SALO DE CARVALHO, 2010, p. 12).

Conforme o autor, a concretude de um sistema repressivo brasileiro parte da convergência das legislações criminalizadoras (Decreto 780/236 e 2.953/38) e do ingresso do país no modelo internacional de controle (Decreto-Lei 891/38). Na década de 1950, acontece o primeiro discurso coeso sobre as drogas ilegais e a necessidade de desenvolver estratégias de controle.

O ingresso definitivo do Brasil no cenário internacional de combate às drogas ocorreu somente após a instauração da Ditadura Militar, com a promulgação do Decreto 54.216/64 que promulga a Convenção Única de Entorpecentes.

Vale destacar que o debate sobre o consumo problemático emergiu na década de 1950, período em que se instaurou um discurso oficial das drogas, até então chamadas de substâncias psicoativas, e de seus estereótipos. Desse modo, o discurso foi evoluindo conforme as transformações dos hábitos de consumo, da população envolvida e da articulação política interna e externa (ROSSI, 2010).

Nota-se que o consumo de drogas na década de 1960 e 1970 estava muito mais relacionado ao movimento democrático, de uma contra-cultura, que marcava seu estilo de vida e visão de mundo através de seus hábitos (VELHO, 2008). A substância prevalentemente consumida nesta época era a maconha e muito pouco a cocaína, devido a seu alto custo. Vale destacar que a intoxicação era frequentemente realizada pelas elites.

Com o aumento significativo do tráfico de cocaína entre 1979-1981 e a disponibilidade do produto no contexto social brasileiro, as leis ficam mais duras. Todavia, coincidentemente com o endurecimento das leis, o mercado ilícito e as propinas tornam-se atraentes, refletindo na diminuição do volume de incriminações (MISSE, 2007).

Conforme o autor, o recrudescimento das penas acentua-se quando a questão das drogas passa a ser tratada como uma questão de mercado. Tendo em vista a intensa atividade do tráfico na década de 1990 e a facilidade de aquisição da cocaína, devido aos baixos custos, a classe C passa a ter maior acesso ao produto. Conseqüentemente, com o aumento da oferta, elevam-se as demandas e vice-versa.

O tráfico, atividade altamente lucrativa, organiza-se e expande-se na disputa pelo mercado de drogas. A organização de grupos, como “Comando Vermelho” (entre 1984 a 1986), no Rio de Janeiro, determina uma nova relação com a droga, de guerra, não mais restrita ao Estado e ao Tráfico (MISSE, 2007), ou seja, o Bem x Mal, mas também a organizações distintas, porém com o mesmo fim, disputando territórios, ou seja, o Mal x Mal.

Tendo em vista o aumento da demanda nas décadas de 1960 e 1970, o discurso militarizado de repressão às drogas aparece como pano de fundo da Lei 6.368/76. Esse estatuto mostra nitidamente a diferenciação entre usuário/dependente e traficante fundamentado no discurso médico-jurídico e jurídico-político (SALO DE CARVALHO, 2010). Essa diferenciação entre o dependente e o traficante prevê tratamento diferenciado para cada um destes sujeitos que cometem a infração. O tratamento (recuperação) é previsto para o dependente e a privação de liberdade para o traficante.

O primeiro capítulo da Lei 6.368/76 destaca a prevenção como prioridade para o combate às drogas e atribui responsabilidade ao sujeito de colaborar para a prevenção e repressão ao tráfico e uso indevido das substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física e psíquica. Para Salo de Carvalho, esta lei já dá sinais dos efeitos perversos da atual Lei de Drogas: “a aparente preocupação com as ações preventivas densifica o sistema repressivo” (SALO DE CARVALHO, 2010, p. 24). Vale destacar que esta lei está pautada em uma perspectiva sanitarista fundamentada no discurso médico-jurídico enfatizado posteriormente.

Tendo em vista a defasagem conceitual e operacional da lei anteriormente citada em 1991, foi lançado um texto de discussão entre os congressistas, denominado Projeto Murad (Lei 1.873/91), base da Lei 10.409/02, que dispôs sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico de ilícitos, substâncias que causam dependência física ou psíquica (SALO DE CARVALHO, 2010; BRASIL, 2002).

Conforme apresentado por Misse (2007) em 2002, o cenário das drogas até então destacado, na década de 1990, devido às disputas de mercado ilegal articuladas por organizações criminosas, ganha outra configuração com o declínio de comandos, excepcionalmente na cidade do Rio de Janeiro. Este fato deve-se ao aumento da repressão imposto pela política vigente naquela época, que ocasionou queda nas áreas de venda invadidas pela polícia. Isso se ocorreu não só em virtude da repressão, mas também das práticas de extorsão realizadas por maus policiais.

Com a pulverização do tráfico, articulado por pequenos grupos, a disponibilidade bélica associada às outras atividades que foram surgindo com o passar do tempo, como articulação de milícias, o tráfico de armas, entre outras, o tráfico de drogas no Brasil torna-se uma atividade ainda mais violenta.

Misse (2010) faz uma importante ressalva em relação ao tráfico violento. Segundo ele, nem todo tráfico é violento. Existem, em diversos países, mercados ilícitos de drogas que não são violentos. Desta forma, para considerar uma atividade violenta, deve-se levar em consideração os diversos elementos que se relacionam com esta, como fatores sociais, econômicos e culturais.

Em função do exposto, e da “necessidade” por maior repressão ao comércio ilegal de drogas e das atividades paralelas decorrentes do tráfico, foi implementada, em agosto de 2006, a atual lei brasileira de combate às drogas, descrita anteriormente.

3.2. As bases ideológicas da lei nº 11.343/06

3.2.1. O discurso Médico-Jurídico e Jurídico-Político

No capítulo dois, já foram apresentadas as bases ideológicas do discurso Médico e Jurídico sobre drogas. Neste momento, discutiremos como este discurso é reproduzido na legislação de drogas do Brasil. Contudo, vale resgatar as bases da Lei 6.368/76, que culminou posteriormente na criação da Lei 11.343/06.

Como já explicitado anteriormente, a lei 6.368/76 abordou enfaticamente a questão do consumo, prevendo medidas mais rígidas para seu controle. Desse modo, ela regulamentou o tratamento e a recuperação para o adicto, independentemente da prática do delito. Ela tratou o dependente de modo generalizado, propondo medidas muitas vezes incompatíveis com a realidade do caso.

A lei ainda deu brechas para possíveis internações inconstitucionais de dependentes químicos, determinando, no Art. 10, o regime de internação compulsório, obrigatório, conforme o quadro clínico do dependente ou da natureza de suas psicopatologias se assim existissem (BRASIL, 1976).

Essa obrigatoriedade terapêutica evidencia o discurso médico traduzido em lei. Salo de Carvalho (2010) acrescenta ainda que a solidificação do discurso médico-jurídico deve ser percebido na medida em que associa a dependência ao delito, impõe a ideia de obrigatoriedade no tratamento e aumenta a possibilidade de rotulação do usuário como dependente. Ele afirma ainda que a fusão de delito-dependência gera a possível compreensão de uma criminalização da adicção.

A proposta da legislação de 1976, além de ser coerciva, estava distante de um ideal de tratamento para dependentes químicos, pois a obrigatoriedade do tratamento pode não repercutir positivamente na relação sujeito x droga.

A referida lei apresenta medidas mais rígidas se comparada à lei anterior 5.726 e ao Decreto-Lei 385/68, os quais dispõem respectivamente sobre medidas preventivas e repressivas do uso e tráfico de substâncias, assim como medidas punitivas para o tráfico de drogas. Prevê a diferenciação no tratamento punitivo do porte e comércio de produtos ilícitos (SALO DE CARVALHO, 2010). Ela determina o aumento das penas e a ampla margem discriminatória para sua fixação, alterando a pena de reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos para 03 (três) a 15 (quinze) anos.

Nota-se, no decorrer da história política sobre drogas, um recrudescimento acentuado para o tráfico de entorpecentes, impondo, cada vez mais, o aumento de penas restritivas de liberdade e uma diferenciação no trato com o usuário. Entretanto, mesmo com as alterações da lei, no que se refere ao tratamento e reinserção social do usuário e dependente, as medidas ainda sim têm um caráter punitivo baseado na ideologia jurídico-político.

A atual política ainda está impregnada de um atributo moral, que objetiva a abstinência como meta, em face das atividades preventivas desenvolvidas. As medidas de obrigatoriedade ao comparecimento em programas ou cursos educativos, visando à prevenção, têm mais um caráter punitivo do que propriamente preventivo.

Contudo, ainda assim, houve um grande avanço na atual política, ao passo que ela começa a tratar o dependente não mais como criminoso. A controvérsia consiste no tratamento do dependente como doente, porém propõe medidas mais humanizadas, de modo a prever atividades de atenção ao dependente e seus familiares e medidas de reinserção social para usuários e dependentes. A definição de um projeto terapêutico individualizado é outra característica positiva da lei, pois busca tratar os iguais de modo desigual, conforme prevê a legislação de saúde. Todavia, ainda há uma generalização das medidas adotadas, já que nem todo usuário e dependente pode ser considerado um doente.

Tendo em vista estas considerações, acredita-se na necessidade de que a legislação esteja pautada em procedimentos médicos reconhecidos e validados em relação ao dependente químico, já que, em casos agravados da dependência, o indivíduo deve ser tratado como doente, recebendo subsídios necessários para o seu tratamento e recuperação. Contudo, esse tratamento deve ser voluntário e individualizado. Uma vez que a política trata de modo generalizado o usuário e dependente como doente, perde-se a possibilidade de desenvolver estratégias particularizadas e efetivas.

Outra importante consideração está na aplicação de medidas “preventivas” com caráter punitivo. Em relação a este aspecto, questiona-se o fundamento Ideológico Jurídico para política que trata da dependência química. Será necessário se pautar em medidas repressivas para propor diretrizes preventivas? A qualidade de vida vislumbrada pela política deve ser imposta ao indivíduo? Se a resposta à pergunta anterior é sim, onde está o respeito aos direitos fundamentais, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade, previsto na lei? Maria Lúcia Karam considera que a opção bélica, pela guerra às drogas, evidencia o descompromisso da política proibicionista com os direitos fundamentais do indivíduo: “guerra e direitos humanos são naturalmente incompatíveis” (KARAM, 2014, p. 157). Para ela, a Lei

11.343/06 contraria os princípios enunciados nas declarações internacionais de direitos humanos e nas constituições democráticas.

Em função dos aspectos questionados, talvez o ideal de medida para prevenção ao uso indevido não deve estar pautado em Ideologias Jurídicas. Neste quesito, a política ainda tem muito para avançar. Não significa que, em relação aos fundamentos médicos, não haja necessidade de avanço, pelo contrário. Todavia, atualmente entende-se haver maior demanda de avanço das ideologias e práticas jurídicas do que propriamente médicas.

3.2.2. O discurso da segurança global: compreensão geopolítica da luta entre o Bem x Mal

A “proposta” de globalização do controle penal sobre drogas ilícitas teve sua origem na Convenção Única sobre Estupefacientes (da ONU), ocorrida em Viena na data de 1961, que recomendou a adoção de medidas legais e de repressão que deveriam ser ratificadas pelos mais de 100 países signatários (FRAGA, 2007; SALO DE CARVALHO, 2010; KARAM, 2014).

A consolidação desta ocorre com a aprovação do Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas, em Viena, em 1971 (SALO DE CARVALHO, 2010), e posteriormente com a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas de 1988, que aconteceu também em Viena (KARAM, 2014). A autora bem lembra, fato este também citado por Salo de Carvalho (2010), que, ainda no tempo da Liga das Nações, no início do século XIX, já havia sido articulada uma convenção sobre drogas, a primeira Convenção sobre o Ópio, implementada em Haia em 23 de janeiro de 1912. Contudo, a imposição de criminalização só ocorreu após a Convenção da ONU.

Conforme diversos estudos, inclusive o de Karam (2014), observamos que o consumo da droga sempre existiu, desde os primórdios da humanidade. Todavia, a proibição e a classificação de algumas como ilícitas (maconha, cocaína, heroína etc), assim como a criminalização da produção e comércio, passou a ser discutida, em âmbito mundial, apenas no início do século XX.

Na década de 1970, a repressão à produção, comércio e consumo das substâncias ilícitas foi intensificada com a introdução da ideologia de “Guerra às Drogas”, pautada no princípio de segurança global, desenvolvido pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, que declarou a guerra que logo foi disseminada para o mundo inteiro (KARAM, 2014; ROSSI, 2010; FRAGA, 2007).

Conforme Fraga, “a bem verdade, os EUA conduzem e controlam o direcionamento da política global sobre as drogas, amparados em seu poderio econômico, bélico e por sua posição hegemônica na política nacional” (FRAGA, 2007, p.19). Para ele, o que sustenta a legitimidade destas políticas são as Ideologias Médicas e farmacológicas, com a descrição dos efeitos da droga na saúde das pessoas, e a Ideologia Jurídica, que defende a criminalização.

Para os Estados Unidos, as drogas afetam a estabilidade e a segurança global. Por isso elas devem ser tratadas por todos os países como prioridade, objetivando o fortalecimento da “democracia”. No entendimento dos estadunidenses, se a droga não for tratada como uma questão de Estado e, conseqüentemente, não for combatida, pode provocar sequelas na economia individual e na democracia. Devido ao espectro multinacional desse tipo de crime, para o combate, é necessário utilizar diversas tecnologias e formas de enfrentamento, que não estejam restritas àquelas já utilizadas pela segurança pública tradicional, a fim de alcançar êxito no combate à droga e a qualquer tipo de criminalidade ligada a ela (FRAGA, 2007).

Após o fim da Guerra Fria, a guerra às drogas assumiu papel prioritário na agenda política norte-americana (FRAGA, 2007). Especula-se que, ao fim da guerra, com a implosão da União Soviética, a vitória do capitalismo e a ascensão dos Estados Unidos, houve um deslocamento deste país para defender sua liderança mundial, impondo a outros estados princípios considerados universalmente unilaterais, como: “a paz, contanto que seja a paz americana; a democracia em sua versão de democracia formal; a liberdade com sua relação de livre comércio, arautos de economia e sociedades, vão abrindo novos cenários de confrontação” (ROSSI, 2010, p. 33).

Neste cenário, o país precisa construir um discurso solidificado que convença os demais países da existência de ameaças à ordem global que refletem na democracia e na desestabilização da economia mundial. Desse modo, o narcotráfico tem papel relevante para a construção desse discurso (FRAGA, 2007).

A justificativa para o combate está calcada na alta capacidade econômica dos agentes do narcotráfico. “A estrutura organizacional e hierarquizada e a possibilidade de milícias armadas, renovam a (ir) racionalidade beligerante, mobilizando as agências de segurança à nova cruzada” (SALO DE CARVALHO, p.52).

De acordo com Rossi (2010), em meados da década de 1970, houve a primeira declaração do Presidente Richard Nixon, na qual o narcotráfico é associado aos inimigos daquela época, como, por exemplo, o comunismo, acusado de promover o consumo para debilitar Washington.

Foi no governo do Presidente Ronald Reagan, na década de 1980, que a luta contra as drogas e o narcotráfico torna-se centro da política, de forma a considerar o tema como assunto de segurança nacional, o qual eclode no processo de militarização na luta contra as drogas (ROSSI, 2010; FRAGA, 2007).

A América Latina, constituída de países que compõem o “Eixo do Mal”, como definido por George W. Bush, passa a ser concebida como ameaça devido à forte preocupação com a atuação do narcotráfico (ROSSI, 2010). Na década de 1990, o Senado dos Estados Unidos autoriza a invasão das forças armadas contra o tráfico neste território.

Parte significativa dos organismos de repressão e da inteligência especializada estadunidense empenhou-se nesta cruzada de combate ao narcotráfico e ao “terrorismo”. O EUA contava com o apoio de outros países na luta contra as drogas. A falta de engajamento de países que estavam na lista dos 31 apoiados economicamente por ele acarretaria sanções, comprometendo a economia destes no mercado mundial (FRAGA, 2007).

Conforme o autor, a estratégia utilizada pelo EUA para combater o narcotráfico está no emprego da repressão aos países produtores da matéria-prima, como é o caso dos países andinos, produtores da folha de coca, elemento essencial para a produção da cocaína. Esta estratégia desencadeou consequências irreparáveis para países andinos, como Peru, Equador e Bolívia, alvo de intenso investimento dos Estados Unidos para erradicação do plantio.

No que se percebe em relação ao Brasil, a preocupação dos Estados Unidos é com a proximidade geográfica com os países produtores de coca. O país tem-se destacado por ser ponto de trânsito das drogas e por fomentar a oferta, tendo em vista o elevado consumo de droga, especialmente cocaína e maconha.

Contudo, o que se pretende destacar nesta discussão é que, se compararmos o período histórico em que foi instituído maior rigor na política de drogas do Brasil (década de 1970), veremos que é compatível com o período de recrudescimento do EUA e da declara guerra às drogas.

É inegável que os fundamentos ideológicos da política estadunidense vêm se reproduzindo na política de drogas do Brasil. Porém, uma vez que o governo brasileiro adota outras estratégias para intervenção do fenômeno, como a política de redução de danos, ele afasta-se de alguns princípios americanos, já que os Estados Unidos não reconhecem estas medidas como viáveis. Em face da adoção destas estratégias, os EUA vêm acompanhando o Brasil na sua implementação (FRAGA, 2007), para possivelmente intervir caso isso venha a abalar a hegemonia estadunidense.

Em função do exposto, percebemos que as bases da política brasileira de drogas estão calcadas em princípios norte-americanos, contudo, desde 2006, uma nova proposta é esboçada e vem sendo estabelecida.

3.2.3. Ideologia de Segurança Nacional: militarização e controle social

A revisão do conceito de ‘Defesa Social’, o qual tinha como pressuposto a proteção da fronteira nacional contra eventuais ataques externos, sucedeu a Ideologia de Segurança Nacional, cujo desígnio era a luta contra o inimigo, conceito este que emergiu ao final da Guerra Fria em decorrência da bipolarização do mundo (COIMBRA, 2000).

Conforme a pesquisadora, neste período (década de 1950), de um lado, alinhados à democracia, estavam os Estados Unidos e os países aliados a ele, de outro estavam aqueles que defendiam o comunismo: União Soviética, os países satélites e os comunistas. O Brasil estava entre os países aliados aos Estados Unidos, desse modo havia grande temor de tomada do poder nacional por comunistas.

Diante do alarde de setores a uma possível reforma de base que viesse comunizar o país, em 1964, o governo João Goulart foi deposto por um golpe civil-militar (ARAÚJO *et.al.*, 2013). A partir do Golpe de 1964, o Brasil passa a dispor de um modelo repressivo calcado na lógica da Segurança Nacional que visava à neutralização e à eliminação do inimigo (BATISTA, 2014; SALO DE CARVALHO, 2010).

A lógica disseminada pelos Estados Unidos da Segurança Nacional é agregada a paradigmas ideológicos nacionais que sustentam o discurso autoritário da política de drogas no Brasil.

Não podemos omitir que o regime militar, que vigorou entre 1964 a 1985, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de medidas autoritárias e coercivas. A tomada dos militares pelo poder (1964) deu início a uma onda de violência e punições praticadas pelo Estado contra a população, assim como a decretação de Atos Institucionais⁵ arbitrários que criavam condições de funcionamento “legal” para ações ilegais e arbitrárias. Para preservar “o Estado”, valia qualquer coisa, inclusive desrespeitar a autonomia do sujeito e a liberdade de expressão (ARAÚJO *et. al.*, 2013).

⁵ “O AI-5, por exemplo, fechou o congresso nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou estado de sítio; suspendeu o habeas corpus para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer reunião” (ARAÚJO *et. al.*, 2013, p.19)

Segundo os autores, a organização política estava estruturada a fim de manter a ordem. Para tanto, utilizava mecanismos de vigilância e repressão, de modo a recolher informações e afastar o território nacional dos “subversivos”⁶ dentro da ótica do regime militar.

Com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o regime militar consolida sua forma mais brutal, implementando diversas medidas e fortalecendo seu aparato repressivo, calcado na Ideologia de Segurança Nacional. Esse período foi um dos mais violentos de perseguições, sequestros, mortes, torturas e sumiço de opositores políticos. A legislação de Segurança Nacional foi a expressão maior dessa doutrina, associada à prática do regime militar (COIMBRA, 2000).

É nesse mesmo cenário que a guerra às drogas é instituída. “Sob a justificativa de defesa da democracia, forças antidemocráticas constituíram uma complexa rede bélica no cerne da própria democracia” (PASSOS & SOUZA, 2011). O modelo repressivo do Estado contra as drogas evidencia um modo nacional de operar totalmente ligado à globalização da economia e do avanço da lógica neoliberal.

Tendo em vista os aspectos apresentados, não é exagero afirmar que as políticas nacionais e transnacionais comungaram de interesses comuns: a ideologia da Segurança Nacional. Acredita-se que a estrutura militar oferece subsídios para implementação das Ideologias Transnacionais. É como se fosse muito mais fácil implantar uma política de guerra num país que tem como estrutura o regime militar do que em outro com regime realmente democrático.

O cenário brasileiro favorecia a repressão ao consumo e ao comércio de drogas. Não só a este, mas também à liberdade de expressão; à autonomia; ao direito de ir e vir; ao direito de escolha; dentre outros mais. A política ideal, nesse momento, é muito mais aquela que incita a obediência do que propriamente a autonomia e a liberdade de escolha do indivíduo. Neste cenário, prevalece a proibição em detrimento da prevenção, e aqueles que, por ventura, viessem a posicionar-se contra a legislação vigente eram duramente reprimidos. É o que veremos posteriormente, quando discutiremos sobre a política de redução de danos.

Desse modo, construímos aqui as bases que fundamentam a política de drogas proibicionista no Brasil. Contudo, a política de drogas teve alguns avanços, principalmente no que concerne à prevenção. Devido ao agravamento do quadro clínico, psiquiátrico e social da população usuária, é clara a necessidade de se criar novas estratégias para lidar com o problema. Acredita-se que o movimento da reforma sanitária na década de 1980 muito

⁶ O subversivo era todo aquele que pudesse vir a alterar a estrutura do Estado, como no caso do comunismo e do tráfico.

contribuiu para a constituição de uma visão que viesse a condizer com as reais necessidades de enfrentamento ao problema.

Tendo em vista os aspectos apresentados, a prevenção começa a tomar contornos diferentes, preservando seu caráter proibitivo. Para os usuários, a pena privativa de liberdade é substituída pela privativa de direitos. Contudo, a prevenção ganha outros contornos, de modo a propor práticas de reinserção social e conscientização do uso indevido de drogas. Enfim, a prevenção prevista na Lei 6.368/76 deixa de ser apenas discurso, de forma a tornar-se também prática.

3.3. O discurso da prevenção ganha novos contornos: redução de danos

A política de Redução de Danos desenvolvida no Brasil tem como objetivo prevenir e reduzir as consequências negativas à saúde causadas pelo uso indevido de drogas. Desse modo, a Redução de Danos não significa necessariamente a redução da oferta das substâncias, mas propor alternativas para minimizar os danos provocados à saúde (ESPÍNDOLA, 2010).

Com a estratégia de redução de danos, o uso e abuso de drogas é tratado como uma questão de saúde pública. Elas visam propor alternativas para o uso protegido ou para a minimização dos danos para o usuário. Para Cruz (2010):

Redução de Danos (RD) constitui uma estratégia de abordagem dos problemas com as drogas que não parte do princípio que deve haver imediata e obrigatória extinção do uso de drogas, seja no âmbito da sociedade, seja no caso de cada indivíduo, mas que formula práticas que diminuem os danos àqueles que usam drogas e para os grupos sociais com que convivem. (CRUZ, 2010, p. 176)

Durante muitos anos, os EUA condenaram tais estratégias, considerando-as extremamente tolerantes ao uso de drogas ilícitas, devido às medidas adotadas para reduzir os riscos, como distribuição de seringas (FRAGA, 2007). Para Cruz (2010), “a estratégia de Redução de Danos é tolerante, pois refreia a compreensão moral sobre os comportamentos relacionados ao uso de substâncias e às práticas sexuais, evitando intervenções autoritárias e preconceituosas” (CRUZ, 2010, p.177). Elas podem ainda prevenir a exposição a riscos do indivíduo vulnerável.

A redução de Danos tem como princípio contemplar as diversidades de cada indivíduo e sua relação com a substância. A estratégia visa ao bem-estar físico e social do sujeito, estando ela bem distante de uma proposta imposta, ineficaz e excludente.

Tais estratégias, ainda, não são compatíveis com a política norte-americana que prima, historicamente desde o governo de Ronald Reagan, pela repressão ao uso e ao tráfico de drogas. Entretanto, a oratória do governo americano tem mudado nos últimos cinco anos, passando de um enfoque repressivo e militarizado para um enfoque mais voltado para a saúde pública.

Conforme Murta (2010), a mudança de estratégia do governo de Barack Obama divide-se entre prevenção/tratamento e cooperação internacional/repressão. A abordagem proposta pelo presidente, anunciada em Maio de 2010, visa aumentar a prevenção comunitária, dar ênfase à ação policial, expandir tratamentos, atuar juntamente com parceiros globais para o uso de droga e o dano causado por ela.

É importante enfatizar que, antes do posicionamento de Obama sobre as estratégias para intervir no fenômeno da droga, na reunião do Comitê de Entorpecentes da ONU, realizada em Março de 2009, os EUA vetaram a inclusão de estratégia de redução de danos, na política internacional de combate às drogas (SANTOS, 2010). Como é possível perceber, a alteração não representa profunda mudança de perspectiva para intervir junto ao fenômeno.

A prática de Redução de Danos foi implementada no Brasil em 1989, na região de Santos – SP, em meio a um cenário de políticas totalitárias e políticas democráticas. Devido aos altos índices de infecção pelos vírus HIV e Hepatite C, o então secretário Municipal de Saúde, David Capistrano, e o Coordenador do programa DST/AIDS, Fábio Mesquita, instituíram o programa tendo em vista os alarmantes índices de contaminação no município. “Nessa época, Santos era conhecida como ‘capital da AIDS’, cidade portuária, a maior da América Latina, lugar de encontros de todas as ordens, ponto estratégico do tráfico internacional de drogas” (PASSOS & SOUZA, 2011, p. 156). Conforme Mesquita (1991) *apud* Passos & Souza (2011), dados epidemiológicos mostravam que 51% dos casos de contaminação HIV/AIDS eram decorrentes do compartilhamento de seringas utilizadas para o consumo de drogas injetáveis.

Vale destacar que, mesmo tendo em vista os dados apresentados pela epidemiologia, o secretário de saúde, David Capistrano, sofreu fortes sanções em decorrência do desenvolvimento do projeto. Acreditava-se que as estratégias estimulariam o consumo de drogas, devendo, portanto, interromper o estudo (CRUZ, 2010; PASSOS & SOUZA, 2011).

Para Passos & Souza (2011), a ação judicial que Capistrano sofreu pode ser compreendida a partir do encontro de forças conservadoras: aquelas que sustentam a política antidrogas e as forças progressivas pautadas na RD, uma estratégia de defesa pela vida e pela democracia. “A retaliação judicial e policial sofrida por essa secretaria municipal de saúde

pôs em evidência a contradição da própria máquina estatal, na medida em que o poder judiciário suspende o direito constitucional de acesso universal à saúde” (PASSOS & SOUZA, 2011, p.156).

A estratégia de Redução de Danos foi desenvolvida na década de 1970, na Europa, na tentativa de amenizar a violência decorrente do crime organizado e do narcotráfico, além de reduzir os índices de Aids e hepatite C nos usuários de drogas injetáveis (ESPÍNDOLA, 2010).

Em um movimento contrário ao articulado pelos Estados Unidos e os países signatários, na década de 1970, a Holanda toma um posicionamento distinto dos norte-americanos, mais voltado para um cuidado social e clínico dos usuários do que propriamente um proibicionismo (ESPÍNDOLA, 2010).

Tal motivação se deu em função da modificação do estilo de vida e do sistema de valores da população, cujo hábito de fumar maconha em lugares públicos determinou fortemente as mudanças de valores. “A tolerância aos estilos de vida não conformistas e a inserção destes nos âmbitos político social foram fundamentais para a modulação da política pública holandesa das drogas” (MORAIS, 2005, p. 126). O movimento de contra-cultura e a relação com as drogas dos seus participantes, assim como seus comportamentos e práticas desviantes (homossexualidade, prostituição, sexualidade hedonista, entre outras) não foram relegados à marginalidade, muito menos combatido com medidas criminalizantes.

A política de drogas holandesa foi elaborada através de ênfase em aspectos jurídico-criminais e médicos dos problemas, mas com base numa percepção muito mais humanizada. Com base em estudos apresentados por duas convenções, as orientações centrais eram: a não condenação estatal aos estilos de vida; as medidas adotadas aos usuários de drogas ilícitas deveria ser a conscientização dos danos causados pelo consumo das drogas, não devendo haver censura; a estratégia desenvolvida pelo Estado em relação ao uso não deveria pautar-se no combate criminal, devido aos elevados custos da ação militar; a importância de contenção do uso irresponsável; a escolha da educação como meio de exposição dos perigos relativos ao uso de drogas (MORAIS, 2005). Foram essas as orientações que fundamentaram a política de Redução de Danos.

O exemplo de enfrentamento proposto pelos Europeus inspira a atual política de drogas no Brasil. Aqui as estratégias de Redução de Danos ganharam destaque no cenário político em 2002, porém, já na década de 1990, o Congresso Nacional problematizava a lei de drogas 6.386/76, devido à sua defasagem conceitual e operacional, propondo reformulação do texto. Nesse período, o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) destacou a

necessidade de uma política de drogas para além do repressivismo, propondo readequação das figuras criminais e as penas previstas na Lei 6.368/76 e uma abordagem centrada na Redução de Danos. Em 1994, o CONFEN deu parecer favorável à implementação de programas de Redução de Danos, tendo início na Bahia o primeiro programa brasileiro.

Paralela à proposta da Redução de Danos, em 1996, com a criação Programa Nacional Antidrogas (PNAD), o Brasil aplica a estratégia de erradicação e controle da droga, utilizando como recurso a estratégia de redução da demanda, componente chave para as estratégias de enfrentamento (SALO DE CARVALHO, 2010).

Para Salo de Carvalho (2010), o ponto central da política de redução da demanda e da oferta é a erradicação do tráfico de entorpecentes. Contudo, existem pesquisadores que mostram as especificidades de uma proposta que tem também como meta minimizar os danos provocados ao indivíduo (ESPÍNDOLA, 2010; CRUZ, 2010).

Além da estratégia de trocas de seringa, que visa à contaminação de micro-organismos por via injetável ou por via sexual, outras práticas de risco se tornaram foco de ações de Redução de Danos, como: substituição da droga com potencial mais ofensivo para um menos ofensivo; distribuição de cachimbos descartáveis para o consumo do crack; cartilha informativa sobre como utilizar os equipamentos; campanha de combate ao fumo (tabaco), que apresenta imagens e informações dos danos provocados ao indivíduo; proibição de vendas de bebidas alcoólicas em comércio localizado em rodovias e, atualmente, a mais recente: a criminalização para aqueles que venderem bebida alcoólica ao menor de 18 anos.

Vale destacar que existem outras políticas desenvolvidas para intervir indiretamente nos riscos de dano, como aquela que dispõe restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas (BRASIL, 2008). A referida lei altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de estabelecer alcoolemia 0 (zero) para motoristas que dirigem sob efeito de álcool, propondo penas mais severas (CRUZ, 2010).

Neste caso, é possível perceber que as estratégias de redução de danos são aplicadas não só para o consumo de drogas ilícitas, mas também para as drogas lícitas, visando reduzir os riscos e minimizar os prejuízos.

As estratégias de Redução de Danos são utilizadas não só com o objetivo de prevenção, mas também tratamento calcado na redução de danos. No tratamento, a interrupção do uso de drogas é quase sempre um dos objetivos, porém outros avanços também são valorizados, como a redução à exposição a riscos, melhora nos relacionamentos familiares e sociais, entre outros (CRUZ, 2010).

Para o autor, o tratamento que tem a Redução de Danos como estratégia não está preso ao consumo da substância psicoativa, considerando importantes também aspectos emocionais e sociais, os modos como o paciente se relaciona consigo, com a droga e com terceiros.

Um exemplo prático de substituição usado no tratamento é o caso da substituição da metadona no tratamento de pessoas com dependência a opioides, como morfina e heroína. A metadona é também uma substância psicoativa que pode causar dependência, contudo apresenta risco de dano menor ao apresentado pelo opioide. A substituição dessa substância é mais comum na Europa e nos EUA. No Brasil, os casos de opioides não são tão comuns, sendo mais comum a substituição do uso de benzodiazepínicos no tratamento de abstinência alcoólica (CRUZ, 2010).

Como a pretensão do presente estudo não é abordar questões sobre o tratamento, a discussão sobre a temática será contida visando dar maior enfoque para as estratégias de prevenção desenvolvidas a partir do programa de Redução de Danos. Não que as questões sobre o tratamento não sejam importantes para compreender as estratégias desenvolvidas, mas este não é o foco da presente pesquisa.

Deste modo, sabemos que, atualmente, a intervenção no campo da prevenção, que ganhou destaque e vem sendo desenvolvida insistentemente, é a prevenção ao uso indevido de drogas.

Estas estratégias estão calcadas nos objetivos apresentados pela OMS de reduzir a incidência de problemas causados pelo uso indevido de drogas, seja em uma pessoa ou em um ambiente. São desenvolvidos métodos distintos que visam contemplar diferentes públicos e intervir em situação diversa. Visando ampliar a temática acima, discutiremos sobre estratégias de prevenção ao uso indevido e sobre as práticas desenvolvidas até então.

3.3.1. Prevenção ao uso indevido de drogas

Quando falamos em prevenção ao uso indevido de drogas, é necessário fazer uma importante diferenciação em relação às estratégias preventivas. Da Silveira (1993) *apud* Moreira et.al. (2006) apresenta três estratégias preventivas: (1) redução da oferta do produto; (2) redução da demanda por parte do usuário; (3) intervenção nas circunstâncias favorecedoras da oferta e procura.

A primeira implica em ações de repressão cujo objetivo é reduzir a disponibilidade da substância. Já a segunda concentra-se em ações educativas efetivadas por intervenções de caráter pedagógico. E, por fim, a terceira, mais conhecida como intervenção estrutural,

objetiva reduzir ou neutralizar os impactos dos fatores de risco e proteção, agindo prioritariamente na oferta/demanda.

Nesta pesquisa, iremos dar maior ênfase às ações que visam à redução da demanda, uma vez que é de interesse destacar o papel atribuído à escola pela Lei nº 11.343/06 Art. 19-XI, no que se refere à implantação de projetos pedagógicos de prevenção ao uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privada, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos sobre drogas. Vale destacar que, na Lei nº 6.368/76, já estava prevista, no Art. 5º, a formação dos professores em temáticas relacionadas às drogas para que pudessem transmitir as observâncias do assunto. A lei atual reintera a necessidade da formação continuada na área de prevenção ao uso indevido para profissionais nos três níveis de educação

Contudo, antes de adentrar nas estratégias previstas de redução da demanda, cabe aqui fornecer um panorama geral das propostas para intervenções ao uso indevido de drogas.

O consumo de drogas é fruto de uma multiplicidade de fatores que, quando associados a uma predisposição individual ou características sociais, podem levar ao uso indevido de drogas. Existem fatores que convergem para situações do uso abusivo, conhecidos como fatores de risco. Outros que colaboram para que o indivíduo não venha a ter comportamentos de risco, chamados fatores de proteção. Para Zemel (2008, p. 133): “fatores de risco são os que tornam a pessoa mais vulnerável a ter comportamentos que podem levar ao uso ou abuso de drogas; fatores de proteção são os que contrabalançam as vulnerabilidades para os comportamentos que levam ao uso ou abuso de drogas”.

Os fatores de risco e de proteção podem estar: nos aspectos biológicos; na cadeia genética; nas relações interpessoais; nas relações familiares; nas oportunidades de convivência com a droga; nos efeitos da substância; na cultura; entre outros (ZEMEL, 2008).

Para realizar intervenção visando à prevenção, é necessário identificar os fatores de risco e fatores de proteção. É preciso que as propostas de intervenção estejam sintonizadas com as necessidades da população usuária (ZEMEL, 2008). Por isso, devem ser avaliados aspectos individuais e sociais. A partir de análise dos fatores e associação a outros indicativos, podemos encontrar explicações para o uso indevido de drogas de modo a proporcionar a construção de estratégia de prevenção particularizada (ESPÍNDOLA, 2010). Desse modo, as intervenções são construídas de forma singular, observando as características citadas anteriormente.

Existem diferentes fundamentações que categorizam a prevenção em classes e dimensões. Desse modo, temos aquela em que a medida é construída conforme os níveis de

envolvimento do indivíduo com a droga e outra que propõe a intervenção a partir do público alvo em questão (ESPÍNDOLA, 2010).

Com base nos estudos apresentados por Foucault, em “O poder psiquiátrico”, podemos entender que as medidas preventivas auxiliam no gerenciamento de um modo de governança. Isto porque, ao passo que as medidas disciplinam os corpos para o não uso, está havendo uma articulação entre verdade (de que a droga provoca danos à saúde) e poder que se deslocará no espaço e tempo conforme as demandas contemporâneas. E é isso que Foucault mostra naquele livro, ou seja, as verdades foram tecidas em meio a jogos de verdade e poder em torno da loucura e do saber psiquiátrico.

Os enunciados produzidos pelas ciências médicas produzem um processo diagnóstico que qualifica e classifica comportamentos, de modo a instituir certo padrão de normalidade. Conforme Foucault (2003) *apud* por Caponi (2009), o processo de produção diagnóstica é atravessado por condições históricas e políticas, conforme a demanda de seu tempo. Desse modo, podemos considerar as diferentes interpretações dadas ao usuário pelas leis 6.368/76 e 11.343/06, anteriormente tratado como criminoso e atualmente como doente. Conforme a interpretação dada em um determinado momento, os diagnósticos mudam e com eles os critérios de julgamento.

Pensando conforme Foucault, podemos nos questionar: em que medida uma política preventiva pode ser produtora de certo número de enunciados e consequentes representações desenvolvidas a partir desta?

Os enunciados produzidos pelos discursos dominantes sobre drogas são de que o consumo de substâncias psicoativas provoca dano à saúde, prejuízos sociais e econômicos. Sabemos que o desenvolvimento da política de drogas visa à organização do Estado e controle econômico (FOUCAULT, 2008). Desse modo, a estratégia de redução de danos pode ser considerada um enunciado que tem como pano de fundo o controle social e político.

A fim de aprofundarmos sobre os mecanismos de prevenção, retornaremos às categorias de intervenção previstas pelo modelo biomédico. Nelas, a droga é o centro das atividades, causadora da situação de uso abusivo ou dependência. As categorias de prevenção são organizadas do seguinte modo: prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária.

A prevenção primária é dirigida a um público que não teve prejuízo direto com as drogas. Ela é articulada para evitar que o uso se instale. Neste caso, a título de prevenção, a atividade mais utilizada é a socialização de informações referentes ao uso indevido de drogas (ESPÍNDOLA, 2010; ZEMEL, 2008).

As ações da prevenção secundária são utilizadas para evitar a evolução do consumo para usos mais prejudiciais. A estratégia mais utilizada é apresentar informações que possam conscientizar a população do uso, de forma a abordar os “benefícios” e os malefícios.

A prevenção terciária é direcionada para o usuário que apresenta um uso de droga problemático, podendo até mesmo já ter a dependência instalada. A iniciativa tem como objetivo evitar maiores prejuízos ao usuário dependente. Essas medidas visam melhorar a sua qualidade de vida (ZEMEL, 2008; ESPÍNDOLA, 2010). Apesar dessas intervenções não satisfazerem as reais necessidades para intervenção do problema, elas ainda são muito utilizadas.

Existem formas mais atuais para lidar com a prevenção ao uso abusivo de drogas, cujo foco de intervenção se divide em: universais, seletivas e indicadas. As estratégias desenvolvidas de intervenções universais são direcionadas à população e geralmente desenvolvidas em escolas, comunidades e meios de comunicação (ESPÍNDOLA, 2010). As seletivas são direcionadas para pessoas que venham a apresentar alguma pré-disposição ao risco do uso de drogas, como é o caso de filho de dependente químico. Por fim, as intervenções indicadas são para dependentes químicos ou com algum comprometimento em decorrência do consumo de drogas. As ações mais comuns são: reinserção escolar; controle de comportamentos agressivos; depressão; melhoria de autoestima; entre outras.

Como é possível perceber, as propostas de intervenção apresentadas atualmente para Redução de Danos, principalmente aquela relacionada à Redução da Demanda, não têm o mesmo cunho proibicionista como aquela apresentada pela Redução de Oferta. O que vemos é uma articulação política a qual visa aparar todas as arestas do fenômeno da droga desde a prevenção até a repressão.

Neste cenário de Redução da demanda, a lei atribui à escola um importante papel na socialização de crianças e adolescentes em relação às drogas, já que, desde a década de 1970, o ambiente passou a ser considerado espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, objetivando a educação para a saúde (MOREIRA *et.al.*, 2006).

Além de configurar um espaço para a prática educativa e informativa, a escola é também local onde ocorrem as primeiras socializações de crianças e adolescentes, cuja cultura impele a estes pertinências e identidades sociais particulares. Conforme Foucault (1999), é possível afirmar que ela molda o indivíduo de acordo com as necessidades sociais, desenvolvendo pensamentos e padrões de comportamentos compatíveis com as elas.

Em função do exposto, cabe aqui entender o papel da escola no desenvolvimento de estratégias que venham a intervir no uso indevido de drogas e conhecer um pouco o que vem sendo desenvolvido como estratégia de Redução de Demanda.

3.3.2. A escola e as estratégias de prevenção ao uso indevido de drogas

A escola tem sido um importante dispositivo para o desenvolvimento de estratégias de prevenção ao uso indevido de drogas. Isso se deve ao fato de ela possuir algumas características favoráveis ao desenvolvimento das estratégias de prevenção: 1) por ser local que visa à educação de indivíduos; 2) por favorecer a formação e o desenvolvimento da cidadania de seres humanos; 3) por ser lugar onde se concentra um grande número de crianças e adolescentes que ainda não tiveram experiência direta com a droga; 4) por ser um espaço que pode favorecer a construção da autonomia individual em face do consumo de drogas.

De acordo com Barrère & Sembel (2006), a escola é um importante agente de socialização. “Quanto mais um indivíduo é socializado pela escola, tanto mais educado, tanto mais se torna sujeito livre e autônomo, senhor de suas opiniões e consciente de suas obrigações da vida em sociedade” (BARRÈRE & SEMBEL, 2006, p.10). Isso mostra que a escola não só funciona como agente socializador de sujeito autônomo, mas também funciona como agente condicionante de pensamentos e padrões de comportamentos.

Tendo em vista as características apresentadas e a orientação da Lei 11.343/2006, que prevê para a escola o desenvolvimento de projeto educativo de prevenção ao uso indevido de drogas (BRASIL, 2006), a escola torna-se estrategicamente um dispositivo fundamental para o desenvolvimento de políticas com caráter preventivo, já que oferece condições para o desenvolvimento de educação, autonomia e condicionamento dos indivíduos.

Os modelos de intervenção desenvolvidos nas escolas brasileiras são múltiplos, orientados por diferentes ideologias em face do fenômeno. As estratégias interventivas vão desde práticas informativas as quais orientam sobre os efeitos das substâncias no organismo (RIBEIRO, 2005) às estratégias integradas que visam articular ações em diferentes campos: social, cultural, de lazer, entre outros (MOREIRA *et.al.*, 2006).

As estratégias de transmissão de informação seguem um padrão de formação educativo. Dentre estas, as mais comuns são, geralmente, pontuais, como a execução de palestras sobre drogas. Um modelo muito utilizado nas escolas propõe aulas semanais para os alunos matriculados no 5º/6º ano do ensino fundamental, visando estimular o indivíduo a resistir ao envolvimento com drogas (MOREIRA *et.al.*, 2006).

Uma das premissas conflitantes das estratégias de prevenção e programas de educação sobre drogas, desenvolvidas nas escolas, é que muitos destes foram criados a partir de ideologias moralistas e que, durante muito tempo, foram e ainda são usadas como medidas interventivas. É dito que ainda são, porque existem programas⁷ desenvolvidos dentro das escolas em parceria com a Polícia Militar, no estado de Minas Gerais, que são calcados em ideologias moralistas pautados na demonização da droga ilícita. Isto ainda mostra o retrocesso de políticas “preventivas” desenvolvidas atualmente nas escolas, pois elas são pautadas em ideologias proibicionistas.

Todavia, nas escolas, ainda assim, existem estratégias efetivas para a prevenção ao uso indevido de drogas. Elas são orientadas para além da transmissão, pura e simples, de conhecimento. São pautadas na reflexão sobre a realidade global do fenômeno. Pensando de modo prático, nesse caso, professor e aluno são sujeitos ativos do processo de construção do conhecimento e aprendem mutuamente a partir de reflexões sobre determinados assuntos (ADADE, 2013), ou seja, sobre a droga.

Essa premissa está calcada nos fundamentos de Dubet (1994) sobre a sociologia da experiência, o qual considera que o sujeito não está totalmente socializado por normas, mas também pelas múltiplas experiências que ocorrem no curso de sua trajetória, ou seja, ele leva em consideração a subjetividade do ser humano e a liberdade em fazer escolhas.

Considerando que a experiência social é construída, as estratégias preventivas desenvolvidas na escola podem auxiliar na ressignificação da experiência social do sujeito em relação à droga, desde que ela possa ser construída pelo indivíduo, e não imposta como um mecanismo de controle. Mesmo porque, ainda que esta estratégia seja pano de fundo de uma ação repressiva, não podemos esquecer que, conforme Dubet (1994), o indivíduo é capaz de fazer escolhas conscientes conforme sua subjetividade.

Quando o modelo de intervenção é construído a partir da experiência social e individual do adolescente, possivelmente ele poderá distanciar-se em relação a si próprio para refletir e questionar sobre os valores e normas (DUBET, 1994), e assim dar um novo significado à sua experiência.

Conforme levantamento realizado, é possível perceber as estratégias de redução de danos desenvolvidas pelas escolas fadadas ao sucesso e outras ao fracasso (ADADE, 2013; MOREIRA *et.al.*, 2006; GONÇALVES & SPOSITO, 2002). As ações de transmissão de

⁷ Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD. “Tem por objetivo dotar jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência”. <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/proerd>

informações que seguem, em geral, modelo educativo de aprendizado passivo são aqui ditas como fadadas ao fracasso. As consideradas predispostas ao sucesso são aquelas construídas conforme a realidade social e a experiência individual do público em questão.

Ribeiro (2005) salienta que as práticas pedagógicas que visam à formação do aluno devem conceber as pessoas como seres históricos, inacabados e, por isso, passíveis de construções e reconstruções conforme as necessidades dos indivíduos. Para tanto, é necessário uma abordagem integrada que transcende a ordem individual, considerando dimensões para além das áreas médicas e farmacológicas.

Contudo, vemos que as práticas interventivas desenvolvidas nas escolas, atualmente, ainda oscilam entre a construção para a cidadania e o condicionamento repressivo. Porém, como já foi considerado anteriormente, a política de redução de danos vem tomando um novo formato nos últimos tempos: bem menos orientada para a repressão e mais voltada para a prevenção. Para tanto, como percebido aqui, a escola é utilizada como dispositivo estratégico na implantação da política de redução de danos.

Até então, vemos que o discurso sobre drogas parte de um enunciado repressivo, passando para um preventivo e atualmente sendo articulado em maior medida para um clamor de regulamentação das drogas ilícitas e descriminalização.

Constata-se que, conforme as mudanças políticas, sociais e econômicas, a política de drogas toma formas distintas. Todavia, não é possível avaliar apenas as mudanças, mas também a estrutura histórica, a realidade social e o discurso prevalente, que, por sinal, influencia significativamente na articulação política em relação ao fenômeno. Desse modo, cabe, neste momento, entender quais são os enunciados que vêm ganhando força nos últimos tempos e que, em um futuro bem distante, podem determinar uma nova política de drogas.

3.4. O enunciado atual propõe a descriminalização de algumas drogas

Tendo em vista as falácias do proibicionismo, os fracassos apresentados e os elevados custos da política repressiva, o discurso sobre drogas ganha outros contornos no que tange à criminalização das drogas.

Salo de Carvalho (2010) destaca que a proposta de adoção de estratégias descriminalizantes circula desde a década de 1970 em fóruns de discussões visando ao redirecionamento das agências criminais, à redução da incidência penal em condutas de baixo potencial ofensivo e à retirada, do direito penal, do poder de definir comportamentos sustentados em fundamentos morais.

Essas discussões vão ganhando força, no plano teórico, com o posicionamento de teorias críticas da criminologia que destacaram as reais funções dos sistemas penais⁸, cujos altos custos social e econômico da criminalização foram um dos argumentos da crítica (SALO DE CARVALHO, 2010).

Outra importante consideração destacada no plano teórico é o surgimento de postulados interacionistas que redefinem o objeto de estudo da criminologia e, conseqüentemente, da política criminal ao apresentar sua análise centrada na interação de fatores para a definição de fatores desviantes.

O ponto comum identificado, dentre os diversos enfoques, foi o de priorizar a redução dos impactos das agências penais (custos com a criminalização) e propor soluções diferenciadas para os problemas punitivos.

No campo das drogas, inúmeros *experts* no assunto se posicionam criticamente frente à política de drogas do Brasil e apontam soluções viáveis para a sua proibição.

Para Karam (2014), o fracasso da política proibicionista já era previsível, visto que há sempre aqueles que desejam usar substâncias proibidas, e, enquanto houver demanda, a droga vai estar presente no contexto social – a demanda regula a oferta.

A autora afirma ainda que a proibição agrega danos muito mais graves àqueles já provocados pela droga. O maior dano é a violência, resultado de uma política fundamentada na guerra. Destaca ainda que não são as drogas as verdadeiras causadoras da violência, mas sim a proibição. O comércio e a produção de drogas não são atividades violentas em si mesmas.

Para justificar sua argumentação, Karam (2014) cita como era o cenário nos Estados Unidos, na década de 1920 e 1930, quando o comércio de bebida alcoólica não era regulado, estando ele exposto à repressão do estado e devendo articular-se violentamente para o controle do lucrativo mercado de álcool. Atualmente, não há violência na produção e comercialização do álcool, e isto é consequência da regulação deste mercado.

“A proibição cria crimes sem vítimas, mas a ‘guerra às drogas’, como qualquer outra guerra, é letal. A ‘guerra às drogas’ mata muito mais do que as drogas” (KARAM, 2014, p.165).

Diante do cenário desolador, a autora propõe como solução a descriminalização e a regulação do mercado das drogas, devendo afastar as estratégias de intervenção no fenômeno e de medidas repressivas violadoras dos direitos fundamentais. Argumenta que “só existem

⁸ Ver em Salo de Carvalho (2010) em as políticas criminais e as críticas criminológicas.

armas e violência na produção e no comércio de maconha, de cocaína e das demais drogas tornadas ilícitas porque o mercado é ilegal” (KARAM, 2014, p. 164).

Conforme a autora, a violência faz-se nestes espaços devido à falta de regulamentação e conseqüentemente da impossibilidade de acesso a meios legais para a resolução de conflitos. Desse modo, é preciso considerar que a falida política de drogas, cuja pretensão é a de salvar pessoas de si mesmas e de ter um mundo sem drogas, gera demasiada violência, demasiadas prisões, demasiadas mortes e demasiadas doenças. É necessário legalizar e regular a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas para proteger a saúde, já que é utópico acreditar no desaparecimento do mercado de drogas.

Salo de Carvalho (2010) também aponta para soluções fundamentadas na ideologia antiproibicionista e defende a necessidade da retirada do problema da legalidade e a abertura de espaços para políticas preventivas inovadoras.

Em face do tema exposto, Batista (2014) também posiciona-se: “Creio que precisamos repolitizar a questão e abandonarmos corajosamente o paradigma do narcotráfico, do combate, da Segurança Nacional e do crime organizado” (BATISTA, 2014, p. 189). Um sistema social e sanitário em drogodependência deve ser construído a partir de elementos que deem conta da realidade social, estando para além de ideologias utópicas do proibicionismo.

Michel Misse também compartilha da ideia de descriminalização, porém não acredita que é possível conseguirmos a descriminalização do comércio de drogas e também não crê ser possível avançar muito, talvez apenas em nível nacional. Para ele, são um tanto ilusórias tais expectativas.

Para que houvesse a descriminalização, seria necessária uma articulação no plano internacional, assim como sucedeu a criminalização (MISSE, 2010). Isto implicaria no engajamento de países hegemônicos na causa, o que a pesquisadora que aqui escreve acha muito difícil, já que esta ação pode vir a abalar a hegemonia e o poderio desses países. Os movimentos em favor da descriminalização até então realizados geram problemas diplomáticos, problemas de fronteira e problemas de relações entre países.

O fato é que a regulação do mercado de drogas ilícitas poderia reverberar positivamente em face dos riscos e danos provocados pela “guerra às drogas”, tendo em vista a letalidade decorrente da desta (KARAM, 2014). Desse modo, indiretamente, a regulação estaria intervindo na prevenção, já que a consequência seria a possível diminuição da violência, conforme ocorreu com a regulação do mercado de bebida alcoólica.

Contudo, mesmo distante de tal realidade, neste capítulo, é possível perceber que houve um avanço considerável da “nova” lei de drogas, que modificou bastante a política de

drogas brasileira, principalmente no que tange ao tratamento dado ao infrator consumidor e ao traficante. Ainda são necessárias mudanças em relação às práticas punitivas aplicadas ao usuário, chamadas de “medidas terapêuticas”. Todavia, como bem lembra Misse (2010), os avanços apresentados na lei são os que são possíveis no momento.

Eram basicamente esses os aspectos importantes que deveriam ser apresentados sobre a estrutura da política de drogas brasileira, fundamentada no repressivismo e proibicionismo. Nota-se que fatores históricos, políticos, econômicos e sociais estão intrinsecamente associados à forma constitucional dada à lei de drogas e à prática repressiva vista no campo social.

3.5. Síntese

O presente capítulo teve como proposta realizar análise estrutural da política de drogas brasileira. Para tanto, como base para análise teórica foi utilizada a metodologia de análise estrutural aplicada na pesquisa de Garland (2008) e Foucault (1999), para compreender os desdobramentos da resposta social em relação ao fenômeno da droga, identificando as forças sociais, culturais e políticas que instauraram a política proibicionista.

Desse modo, propusemos a reconhecer os elementos globais que interferem na composição da política repressiva, assim como os aspectos estruturais das transformações políticas e sociais,

A partir daí partimos para caracterizar o discurso atual sobre drogas, principalmente no que tange a política de prevenção do uso indevido e sua estratégia de redução de danos.

Considerando que a política de drogas brasileira está calcada em três princípios basilares, aprofundamos sob as bases ideológicas da Lei nº 11.343/06, discutindo sobre: o discurso ideológico médico-jurídico; o discurso estadunidense de segurança global; e a ideologia de segurança nacional de controle social (SALO DE CARVALHO, 2010).

Tendo em vista o levantamento histórico realizado e o destaque dado às mudanças desde a implementação da política, abordamos também os novos contornos dado a política de prevenção com a estratégia de redução de danos (MOREIRA, et. al., 2006).

Vale destacar, que a estratégia de redução de danos foi desenvolvida na Europa na década de 1970 e no Brasil em 1989 em meio a muita crítica. Entretanto, só em 2006 que ela é consolidada com a criação da Lei nº 11.343/06.

A política de prevenção ao uso indevido de drogas estende-se a estratégia de redução da demanda e redução da oferta, visando não só reduzir o consumo individual, como também o controle de substâncias ilícitas (MOREIRA, et.al., 2006).

Por fim foram discutidos aspectos sobre: a escola como um importante dispositivo para o desenvolvimento estratégico da política de prevenção; aspectos do enunciado atual que clama por descriminalização.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: COM A PALAVRA, OS ESTUDANTES

Após uma breve apresentação da cidade de Cataguases será realizada a caracterização do campo para posteriormente se apresentarem as representações dos adolescentes identificadas por meio de grupos focais. Estes, por sua vez, foram articulados para investigar as representações, tendo em vista quatro eixos temáticos: informações sobre drogas; experiência direta e indireta com drogas; relação droga e violência, além de políticas e ações de drogas desenvolvidas.

4.1. Caracterização do universo pesquisado

4.1.1. A cidade de Cataguases: notas breves

Com base na proposta de Brochu (2006) e Da Agra (2008) de que as investigações sobre o fenômeno da droga devem ser analisadas em sua complexidade, ou seja, considerando as diversas variáveis que interagem para a consolidação do problema, coube aqui, antes de expor as visões e representações dos adolescentes sobre a droga, apresentar características peculiares da cidade de Cataguases, que interagem com o fenômeno da droga, como: desenvolvimento econômico, social, educacional, político, dentre outros. Ainda que não façamos uma análise mais aprofundada da relação entre essas variáveis e a questão das drogas. O intuito aqui é, apenas, esboçar melhor o cenário.

Conforme os dados apresentados pelo IBGE (2010) ⁹Cataguases é um município que está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, situado aproximadamente a 125 km de Juiz de Fora. Com população estimada, em 2014, de 73.712 pessoas, a cidade tem área territorial de 491, 767 km², incluindo os distritos de Itamari, Santana de Cataguases, Cataguarino, Sereno e Vista Alegre, que compõem a base territorial do município.

Muito conhecida também na região por suas indústrias, Cataguases conta com diversificado pólo industrial, sendo sua economia baseada nesse tipo de produção¹⁰. Para a população local¹¹, as principais indústrias que se destacam são: Companhia Industrial de

⁹ Estimativas da população (IBGE, 2010). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf> Acesso em: 03 mai. 2015.

¹⁰ Dados obtidos no site <<http://www.cidades.com.br/cidade/cataguases/001396.html>> Perfil da cidade de Cataguases. Acesso em 03 mai. 2015.

¹¹ Informação apresentada na pesquisa a partir de dados fornecidos por pessoas residentes no município.

Cataguases; Cataguases de Papel; Companhia Manufatora; Grupo BAUMINAS; Grupo Energisa; entre outras.

Devido ao grande número de indústrias alocadas no município, este tem forte expressividade econômica na região. Os dados apresentados pelo IBGE (2012),¹² sobre o Produto Interno Bruto, reforçam que a atividade mais expressiva no município está classificada no componente de serviços industriais. O desenvolvimento econômico reflete na média salarial da população, sendo esta, a mais elevada da região¹³.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁴, Cataguases apresenta o melhor IDH quando comparado aos outros índices da região. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação da Básica (IDEB)¹⁵ da cidade, não é tão significativo quando comparado ao de outras cidades limítrofes. Contudo, vale destacar que a escola investigada apresenta o melhor IDEB do município. Desse modo, temos regular IDH da população geral e bom IDEB da população investigada (IBGE, 2010; QUEDU, 2013¹⁶).

Ainda conforme dados apresentados pelo IBGE (2012) a rede de ensino do município de Cataguases conta com quarenta duas escolas de Ensino Fundamental, sendo nove particulares, nove Estaduais e vinte e quatro municipais. Já com relação ao ensino médio, na mesma data, a cidade possuía onze escolas, de modo que seis pertenciam à rede privada de ensino e cinco à rede pública estadual. O município contava, em 2010, ainda com 8.514 pessoas matriculadas no ensino fundamental, 2.585 no ensino médio e 1.302 no ensino pré-escolar.

As variáveis apresentadas até o momento são para destacar que Cataguases é uma cidade de pequeno porte com significativo desenvolvimento econômico, regular desenvolvimento humano e educacional. Estas variáveis, por sua vez, refletem na organização e desenvolvimento da população, assim como no modo de vida.

¹²IBGE (2012). CIDADES. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=311530&search=minas-gerais|cataguases>. Acesso em 05 Mai. 2015.

¹³ Região (Astolfo Dutra, Leopoldina, Miraf e Itamarati de Minas)

¹⁴O IDHM (Índice do Desenvolvimento Humano Municipal) é uma medida constituída de indicadores (longevidade, educação e renda) adequados à realidade brasileira, para avaliar o desenvolvimento dos municípios. Ele expressa as especificidades e desafios regionais ao alcance do desenvolvimento humano (PNUD, 2015. Disponível em http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM. Acesso em 23 de Maio de 2015).

¹⁵ O IDEB (Índice Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador que mede a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações. Ele agrega enfoque pedagógico dos resultados das avaliações à possibilidade de um resultado sintético. Serve de indicador para traçar metas da qualidade educacional para os sistemas (INEP, 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>. Acesso em 23 de Maio de 2015).

¹⁶ Dados obtidos em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/1284-cataguases/ideb>>. Acesso em 03 de Mai. 2015.

No que se refere às manifestações das variáveis, drogas e violência, não obtivemos dados que pudessem mensurar a ocorrência dos fenômenos no município. Apenas relatos, de pessoas da comunidade escolar, propriamente da direção da escola, de que eram recorrentes casos relacionados ao envolvimento com drogas e violência. Não foi possível ter dados mais fidedignos, de fontes confiáveis e seguro sobre drogas, mesmo no setor de segurança pública.

4.1.2. A unidade de ensino e o entorno

A escola estadual pesquisada está localizada na região sudeste de Cataguases, próxima aos bairros Izabel Tavares, Miguel Rocha, Morro da Serra, Leonardo, Ana Carrára, Sereno e Carijó. Ela foi fundada há 50 anos no município e oferece ensino fundamental do 1º ao 9º ano. No total, são 26 turmas de ensino, sendo: do 1º ao 5º ano, cinco turmas (uma de cada ano); seis turmas de 6º ano; cinco turmas de 7º ano; quatro turmas de 8º ano e seis turmas de 9º ano. Atualmente, há 809 pessoas matriculadas na escola.

Com relação à equipe técnica, a escola possui em média 56 servidores. Destes, 11 auxiliares de serviços gerais; cinco secretárias; um assistente financeiro; uma diretora; uma vice-diretora; três supervisoras; e aproximadamente 35 professores. Vale destacar que a atual gestão está há três anos gerenciando a escola.

A instituição apresenta estrutura física considerada boa por alguns técnicos com 12 salas de aulas de 40m² e duas de 20m²; uma biblioteca; uma sala de informática de 20m²; uma cozinha; uma secretaria; uma sala de direção; uma sala de supervisão; uma sala de prestação de contas e uma sala dos professores, além de um depósito. Conta com uma quadra grande de atividades poliesportivas, além das áreas em torno que são utilizadas como pátio. As salas são distribuídas em dois andares da escola, sendo que os banheiros femininos e masculinos para os alunos estão localizados no 1º andar. O banheiro para uso dos professores está localizado dentro da sala reservada para estes.

Os recursos tecnológicos utilizados para preparar e desenvolver as atividades de ensino são computador; datashow; retroprojeter; TV/DVD; impressora; copiadora; telefone; entre outros.

Além das atividades do ensino regular, a escola desenvolve um projeto de tempo integral para alunos matriculados do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O projeto só é oferecido aos alunos com baixo rendimento escolar, que se enquadram no perfil de risco social e/ou recebem bolsa família.

Outras atividades paralelas são articuladas com outras instituições da rede socioassistencial, como a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG (Projeto Antidrogas PROERD); Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa (Palestra sobre Água); Alcoólicos Anônimos – AA (Palestra sobre Álcool e Drogas). As atividades desenvolvidas visam à prevenção de situações que geram prejuízos à vida do indivíduo.

As ações sobre uso indevido de drogas fazem parte das atividades curriculares da escola, não só em função da normatização orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, como também da Lei nº 11.343/06 de drogas, mas também devido à realidade enfrentada pela escola. Os temas sobre entorpecentes são incluídos no plano de ensino das disciplinas, assim como elaborados projetos pedagógicos de prevenção. Outras atividades como palestras e filmes também são apresentadas aos alunos.

As manifestações de violência e consumo de drogas fazem parte do cotidiano escolar, ocorrendo tanto dentro da escola quanto no entorno. Dentre os tipos de violência mais recorrentes estão: violência patrimonial; violência verbal; violência física; bullying; tráfico de drogas violento; violência virtual.

No bairro de periferia onde está instalada a escola, o tráfico de drogas exerce intensa atividade, de modo a interferir na rotina da comunidade, uma vez que ele é violento. Desse modo, além dos problemas internos de indisciplina e violência entre os alunos, há problemas externos causados pela violência e tráfico de drogas. Vale destacar que a escola está instalada de frente a uma praça, cenário de manifestações violentas e consumo de drogas por parte da comunidade local.

A escola enfrenta desafios financeiros devido à restrita disponibilidade de verbas para a manutenção das atividades. Contudo, mesmo diante dos problemas, é uma instituição de ensino que apresenta ensino de qualidade e bom desempenho do IBED.

4.1.3. A relação empírica da pesquisadora com o universo pesquisado

Nesta seção, propõe-se apresentar breves percepções em relação ao universo pesquisado, de forma a agregar informações sobre a escola. Desse modo, cabe destacar a receptividade dos técnicos da escola e a expectativa percebida, tanto deles quanto da pesquisadora, em relação à pesquisa. Já os alunos, por verem pessoas diferentes na escola, ficaram curiosos para saber quais as intenções da pesquisadora na escola.

As primeiras visitas a campo objetivaram reconhecer o território, agregar informações sobre o universo pesquisado e estreitar relações com a equipe técnica. Já no primeiro contato,

foi possível perceber a preocupação da diretora e da professora que participaram da pesquisa em torno do consumo e tráfico de drogas ocorrido na praça localizada em frente à escola. Contudo, durante o trabalho de campo, não foi possível constatar a ocorrência e o consumo de drogas lícitas, muito menos o consumo e o tráfico das ilícitas. Isto porque a observação direta ocorreu esporadicamente em curtos períodos (manhã e tarde), impedindo assim de ratificar os fenômenos.

Foi possível perceber apenas uma movimentação de pessoas que passavam e conversavam na praça, considerada normal pela pesquisadora. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada no turno da manhã e, segundo os relatos, a ocorrência do movimento em torno da droga acontece geralmente à noite. Devido à vulnerabilidade do local e à dificuldade de acesso, não foi possível visitar o local à noite.

Dentro da escola também não foi visualizado nenhum tipo de consumo de drogas, nem mesmo daquelas substâncias classificadas como lícitas. Já o que chamou atenção foi a naturalização de comportamentos tidos como violentos (chutes, xingamentos, tapas, apelidos, entre outros). O modo como muitos se tratam é violento, todavia muitas vezes não é considerado como tal.

Devido ao fato de a pesquisa aqui apresentada fazer parte de outra pesquisa, a primeira intervenção no campo, para coletar informações, foi através de aplicação de questionário. Neste momento, percebemos colaboração dos professores e disponibilidade para ajudar na aplicação dos questionários. Os alunos mostraram-se eufóricos e demonstraram necessidade de discutir sobre os assuntos ali perguntados, principalmente quando foram questionados sobre drogas. O ato de apontar para um possível usuário de drogas foi recorrente nesse momento, entre os alunos pesquisados, mesmo que, em muitos momentos, a afirmação era falsa.

Outro fato curioso percebido é que muitos alunos, durante a aplicação do questionário, indagaram o que era “Ecstasy e LSD”. Provavelmente porque essas drogas são usadas em ocasiões específicas por um público seletivo não estando disponível em qualquer contexto. Algumas drogas são demarcadores sociais, definindo estilos de vida e visões de mundo (VELHO, 2008).

A euforia esteve presente também no momento em que foi questionado se havia relação entre drogas e violência. Nesse momento, alguns alunos lembraram-se de uma tentativa de homicídio ocorrida em frente à escola, em fevereiro de 2014 que tinha relação com o tráfico de drogas na localidade.

Em face da experiência tida no campo, foi possível perceber que o grupo focal seria ideal para compreender e descobrir as visões e representações dos alunos frente ao fenômeno da droga, além de possibilitar a identificação do discurso prevalente entre aquele público.

Desse modo, foram promovidos quatro grupos focais, organizados conforme o perfil dos alunos: meninos; meninas; meninos e meninas, conforme composição familiar (com formação tradicional – pai, mãe e irmãos; adolescentes e composição distinta). Vale destacar que houve o desejo de articular um maior número de grupos, porém não foi possível, uma vez que o encerramento do período letivo e a necessidade de cumprimento de cronograma por parte da escola acabou inviabilizando a articulação de outros grupos.

Os alunos escolhidos estavam matriculados no 8º e no 9º anos e tinham idade entre 13 e 15 anos. A escolha dos alunos para participação no grupo focal foi realizada em conjunto com pesquisadores da pesquisa “Diagnóstico, Prevenção e Capacidade no Enfretamento na Violência na Escola na Zona Da Mata” ao qual pertencia neste grupo uma professora da escola, que auxiliou na coleta de dados.

Vale destacar que um dos critérios da FAPEMIG, para financiamento da pesquisa, era a participação na execução da pesquisa de um (a) professor (a) da escola. Não podemos deixar de considerar que o fato de haver uma professora da escola participando da pesquisa, mesmo não estando diretamente no grupo focal, apenas na aplicação do questionário, pode interferir na exposição das representações de adolescentes, visto que em muitos casos há medo de retaliações

É importante lembrar, que esta pesquisa sobre drogas é parte da pesquisa que aborda a violência na escola, sendo a questão das drogas um dos tópicos discutidos na pesquisa. Desse modo, a presente pesquisadora, em determinados momentos, não conseguiu controlar algumas variáveis como uma escolha mais apurada dos alunos que participaram dos grupos focais. Por mais que a pesquisa da temática “drogas” tenha ficado sob responsabilidade da presente pesquisadora, houve certa limitação desta no estabelecimento de critérios e métodos, mas que não comprometeram os resultados finais da pesquisa.

Retornemos aos critérios de seleção dos adolescentes para participação do grupo focal. As características dos discentes escolhidas foram: tímidos; participativos; com baixo rendimento escolar; com bom desempenho escolar e alunos que apresentam recorrentes problemas de disciplina, devido à violação de normas. Para classificação de desempenho escolar, utilizou-se como parâmetro o desempenho, ou seja, nota acima da média (sete). Vale destacar que estas características foram definidas com ajuda da professora participante do grupo de pesquisa.

O primeiro grupo realizado foi o de meninos e meninas, que contou com a participação de 12 membros. Nesse, no geral, não houve resistência e receio do grupo em discutir sobre os assuntos propostos.

O segundo foi realizado com sete meninas. Inicialmente, percebeu-se algum receio destas em se exporem, contudo, no decorrer da entrevista, elas foram se soltando e expondo de modo incisivo as opiniões. É claro que no grupo havia aquelas que falavam mais e outras que ficavam um pouco mais contidas. A experiência indireta com a droga existente dentro das famílias ficou mais evidente nesse grupo.

O terceiro grupo foi realizado com sete meninos. Nele houve uma maior dificuldade dos garotos em expressarem suas opiniões. Foi difícil estimular a fala dos adolescentes, sendo que apenas dois entrevistados foram mais participativos, relatando inclusive suas experiências diretas com a droga. Apesar de ter sido um grupo mais difícil de articular, devido à resistência dos garotos, foi o único grupo que apresentou membros que verbalizaram ter experiência direta com droga ilícita.

O quarto e último contou com a participação de dois meninos e cinco meninas. A intenção inicial era articular um grupo de alunos que residiam com os pais e irmãos (composição familiar tradicional) e um grupo de alunos que tinham uma composição familiar diversificada. Todavia, não foi possível a articulação desses dois grupos, ocorrendo apenas um com alunos que tinham essas características. Nele o que mais se destacou foi a relação atribuída, por alguns membros, entre drogas e violência.

Em decorrência do encerramento das aulas, não foi possível articular mais grupos. Vale ressaltar que a proposta inicial era realizar sete grupos focais, contudo acredita-se que os dados apresentados poderão subsidiar uma boa análise das representações.

De modo geral, percebeu-se certa desconfiança ou até mesmo preocupação dos alunos em expor suas percepções no decorrer dos grupos focais. Isto pode ter sido acarretado por distanciamento entre pesquisadora e pesquisados, uma vez que a pesquisadora pode ser qualificada “outsider”¹⁷ naquele contexto. O fato de haver um membro da escola participando da pesquisa pode ser também explicação para conduta dos adolescentes, devido ao medo de represália. Entre as meninas acredita-se que houve certo receio em expor as representações quando o assunto tratado era as manifestações do fenômeno na comunidade. No caso dos meninos acredita-se que a preocupação esteve em torno de expor suas experiências.

Sabe-se que o distanciamento da pesquisadora com o universo investigado acaba por limitar a pesquisa na exploração da temática e exposição dos resultados.

¹⁷ O mesmo que desviante.

4.1.4. Perfis dos estudantes

Antes de apresentar os dados sobre perfil dos estudantes, é preciso fazer uma ressalva sobre o método utilizado para apresentar as informações. Mesmo sabendo que não estamos trabalhando com amostra, escolhemos recursos gráficos a fim de apresentar os resultados de modo mais claro e promover análises concretas.

Dentre os 33 entrevistados, houve maior disponibilidade de participação do público feminino. Contudo, na seleção de alunos, buscamos o equilíbrio do número de participantes conforme o gênero. As meninas mostraram-se mais disponíveis e participativas no decorrer das atividades. Em contrapartida, os meninos foram mais resistentes em participar dos grupos e até mesmo durante a discussão de determinados assuntos, como ocorreu com o tema violência. Vale destacar que os alunos foram convidados a participar do grupo focal, não havendo nenhuma obrigatoriedade de cooperação.

As atividades foram realizadas no turno de estudo dos discentes. Para tanto, a direção liberou os alunos para participação do grupo focal. A maioria das atividades foi realizada dentro da escola. Entretanto, teve uma que ocorreu em outro espaço para não prejudicar a atividade da instituição. Vale destacar que os participantes do grupo de pesquisa possibilitaram o deslocamento dos adolescentes da escola para o outro espaço.

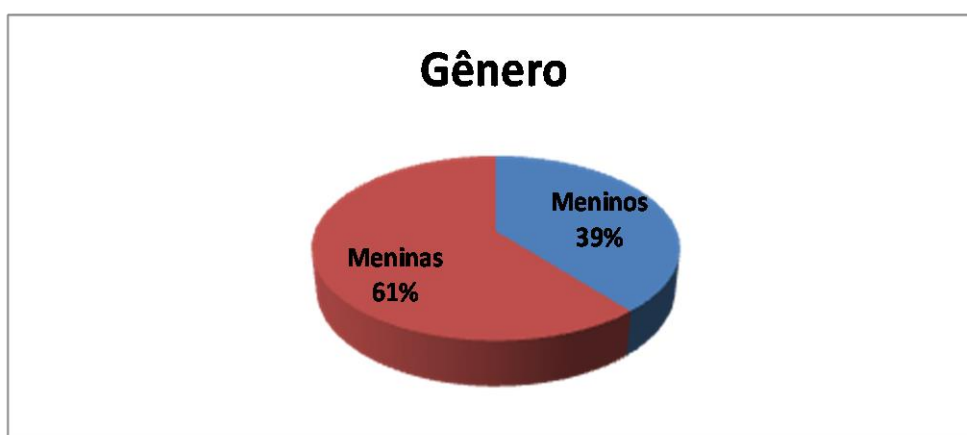


Gráfico 1 - Distribuição de entrevistados conforme o gênero

Observe que mais da metade dos entrevistados eram do sexo feminino. Mesmo tendo selecionado igual quantidade de participantes conforme o sexo, a participação dos meninos ainda sim foi menor. Isto se deve a resistência dos meninos em face da participação nos

grupos focais. E ainda sim em alguns casos, daqueles que participaram do grupo, houve dificuldade de exposição das percepções.

As entrevistas foram realizadas com alunos de idade entre 13 a 15 anos. Como ainda existem muitos tabus em nossa sociedade para tratar de temáticas sobre drogas, optou-se trabalhar com um público mais maduro para evitar eventuais conflitos entre escola e família. Outra consideração importante, referente à faixa etária, está calcada na justificativa de que o público maduro consegue produzir um discurso mais conciso sobre o assunto, em virtude de uma maior bagagem de informação e experiência. A distribuição conforme a faixa etária ficou da seguinte forma:



Gráfico 2 – Distribuição de adolescentes entrevistados conforme a idade

Na seleção de participantes, buscou-se captar uma média aproximada de adolescentes conforme a idade. As turmas que concentravam um maior número de alunos com idade entre 13 e 15 anos eram as do 8º e 9º ano do ensino fundamental. Devido ao maior grau de instrução, foram selecionados alunos dos dois anos.

Neste caso, houve maior participação dos alunos do 9º ano, em virtude da indisponibilidade dos alunos 8º ano. Cabe ressaltar que o impedimento de igual participação do 8º ano ocorreu devido ao fato de ter coincido atividade acadêmica no mesmo dia em que era realizado um grupo focal.

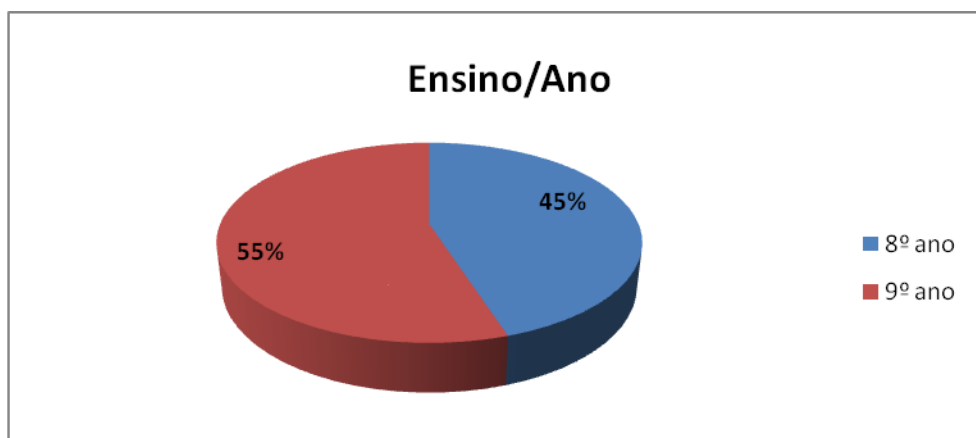


Gráfico 3 – Distribuição de entrevistados conforme o ano de ensino.

Os estudantes afirmaram, com maior frequência, que residiam com família que foge aos padrões tradicionais (pai, mãe e irmãos), mas constituída por diferentes pessoas com algum grau de parentesco (avó, tio, primo, etc).

Com relação à renda, não foi possível identificar a realidade dos adolescentes, muito menos das famílias. O que foi possível perceber é que aproximadamente 15% dos entrevistados trabalhavam, contudo não foi destacado o tipo de atividade desenvolvida.

Não houve maiores informações sobre o perfil dos alunos.

4.2. Percepção dos alunos sobre o universo escolar

Parcela significativa dos alunos considera que estuda numa boa escola, que oferece ensino de qualidade e tem bons professores, além da direção também considerada boa. Quando questionado a eles o que a escola tem de melhor, responderam: o ensino, a merenda, os amigos, a diretora, os professores e as aulas de educação física.

Em contraponto, ao questionar o que tem de pior, as respostas foram: alguns alunos, algumas aulas, as aulas de inglês, a praça, as pichações e a proibição do uso de celular.

Dentre os aspectos positivos, o que teve maior ênfase foi o ensino de qualidade oferecido pela escola. No início desta análise, foi possível constatar que a instituição tem considerável índice de desenvolvimento do ensino (IDEB, 2015).

Alguns alunos elogiaram de modo veemente o trabalho desenvolvido pela direção e reconheceram o empenho desta em oferecer merenda de qualidade para eles.

O principal problema da escola, que leva a comunidade escolar a qualificar o que a instituição tem de pior, é a violência que ocorre contra a escola e entorno dela. A principal queixa é a de que o consumo e o tráfico de drogas, que ocorrem na praça localizada em frente

à escola, são os maiores problemas enfrentados pela instituição. Outra reclamação é acerca da insuficiência de verba para arcar com a merenda escolar.

A comunidade escolar se queixa ainda do vandalismo contra o patrimônio. Conforme os relatos, aos finais de semana, moradores do bairro entram na escola para usar a quadra e depredam o patrimônio. Se os portões da instituição ficarem fechados, maior pode ser o dano causado pelos vândalos. Além das depredações, os furtos são recorrentes.

Em função exposto, observamos, já na percepção destes alunos em relação à escola, que o fenômeno da droga e da violência é parte do cotidiano destes adolescentes. Todavia, vejamos as demais representações.

4.3. As representações dos adolescentes sobre drogas

4.3.1. Informação

Tendo em vista o tema abordado no primeiro capítulo, este eixo foi pensado com o objetivo de conhecer as representações dos adolescentes sobre drogas e identificar o conjunto de práticas discursivas em torno da droga que produz subjetividade.

Os discursos sobre drogas, principalmente aqueles produzidos pelas ciências médicas e jurídicas, conformam subjetividades e objetivam assim a constituição da segregação e exclusão social do sujeito (FOUCAULT, 1984). Isto porque aquele que prima pela manifestação de sua subjetividade, de modo incompatível com a exterior, está sujeito às interdições sociais, as quais, por vezes, justificam a utilização de procedimentos de diferente natureza, como o caso da privação de liberdade, para interferir na subjetividade dos sujeitos como forma de alterá-las e moldá-las, destacando assim a docilidade dos corpos que colocam em prática estes discursos. Vale lembrar que, muitas vezes, as medidas, cujo objetivo é a “prevenção”, desenvolvidas nas escolas, em alguns casos podem ser classificadas também como mecanismo de coerção que visa moldar os indivíduos para o não uso.

A intenção é avaliar se estes adolescentes reproduzem os discursos apresentados anteriormente, assim como caracterizar a sua prática.

Neste momento, cabe analisar as representações do universo investigado, visando avaliar o que se propõe. Para conhecer as representações, foram realizadas duas perguntas: 1) O que os adolescentes consideram drogas? e 2) Quais são as drogas que eles conhecem?

Ao expor o que consideram drogas, alguns participantes que apresentaram suas opiniões, de três grupos focais, associaram droga às substâncias capazes de provocar algum

dano ao indivíduo. Vinte e um por cento (21%) associaram à droga tudo aquilo que viesse a condicionar algum vício. Já seis por cento (6%) classificaram “droga” com base na relação droga x violência ou droga x crime. Os demais participantes, sessenta por cento (60%), procuraram descrever os tipos de drogas conhecidas, não se importando em definir “droga”, mas sim em expor os tipos de entorpecentes. As drogas apresentadas pelos participantes foram: crack, cocaína, maconha, “entorpecente¹⁸”, “baseado¹⁹”, café, álcool, remédio, “loló²⁰”, chocolate e coca-cola.

Percebe-se que o tipo de droga reconhecido é aquele que faz parte do convívio social. Em outras palavras, podemos afirmar que o tipo de substância usada e o modo como é consumido dependerá dos estilos de vida e das visões de mundo da população investigada (VELHO, 2008). Portanto, a população só reconhecerá aquela substância que é parte de seu cotidiano.

O tipo de substância consumida irá variar também conforme o contexto social e a tendência do momento, ou seja, a substância que está “em alta”. Nas décadas de 1960 e 1970, a maconha era a substância mais consumida pela classe média e classe alta (VELHO, 2008). Com a expansão do mercado ilícito, o consumo de cocaína aumenta (MISSE, 2010), passando então a ser ela uma das substâncias mais consumidas na década de 1980.

Atualmente o crack, juntamente com a cocaína, tem sido bastante consumido, principalmente nos grandes centros urbanos. Tendo em vista os aspectos apresentados, é natural que alguns adolescentes não reconheçam certo tipo de substância. Retomemos aos relatos dos entrevistados.

Com a palavra, os participantes do grupo focal com as meninas. Para a primeira pergunta, os participantes responderam:

“Acho que toda química é vício” (G2, MENINA).

“É tudo quanto é tipo de vício” (G3, MENINA).

“É igual ela falou: é tudo quanto é tipo de vício” (G4, MENINA).

Entrevistadora: Qualquer vício?

Todas as três balançaram a cabeça que sim.

¹⁸ Termo criado pelas Ciências Jurídicas para definir drogas.

¹⁹ Nome informal dado ao cigarro de maconha.

²⁰ Nome informal dado ao inalante, éter etílico (Nicastri, 2006).

Ao responder à segunda pergunta, foi possível perceber, entre algumas participantes, certa dificuldade em nomear as substâncias. Contudo, acredita-se que tal dificuldade não foi por falta de informação, mas por vergonha, receio, ou outro tipo de sentimento que impediu a verbalização.

“É aquele negocinho que você fuma lá” (G3, MENINA)

Entrevistadora: Maconha?

“É maconha”! (G3, MENINA)

“Aquele negócio que você cheira lá; em pó” (G4, MENINA)

“Cocaína” (G2, MENINA).

“A pedrinha lá”! (G3, MENINA)

Entrevistadora: Qual pedra?

“O crack” (G3, MENINA).

“Bebida, cigarro”... (G3, MENINA)

“Até coca cola” (G2, MENINA).

Como no grupo de meninos a pergunta estimulou um debate, optou-se aqui em transcrever o teor da discussão em torno da pergunta. Nota-se uma descaracterização da maconha como droga por três dos participantes.

“Drogas para mim é as sintéticas feitas em laboratório” (H1, MENINO).

Entrevistadora: “Então Maconha para você não é droga”?

“Não, maconha para mim não é droga” (H2, MENINO).

“Não, maconha é um remédio; tem até um remédio de maconha” (H1, MENINO).

Podemos pressupor, neste caso, que a maconha passa a ser mais associada aos efeitos benéficos, devido ao seu fim terapêutico, do que associada às drogas e seus efeitos negativos.

O uso da *cannabis* para fins medicinais, já há alguns anos, é permitido em alguns estados americanos e em países como Bélgica e Holanda, para aliviar sintomas relacionados ao tratamento do câncer, AIDS, esclerose múltipla e síndrome de Tourette, que causa movimentos involuntários (HONÓRIO & SILVA, 2006).

Outros estudos constataram também que o canabidiol tem sido utilizado para fins terapêuticos em tratamentos de doenças psiquiátricas. Ele tem potencial terapêutico, como

antipsicótico, ansiolítico, antidepressivo, entre outras condições (CRIPPA, ZUARDI & HALLAK, 2010).

Em função do exposto, a *cannabis* não é considerada, por leigos no assunto, droga. Entretanto, devemos lembrar que, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é todo tipo de substância que tem a função de alterar um ou mais sistemas do organismo (NICASTRI, 2006).

Quando questionado a outro participante que estava em silêncio o que, na sua opinião, era droga, foi possível perceber que o mesmo teve dificuldade em responder. Ficou se perguntando “Droga?” e pensando sobre a pergunta. Quando a entrevistadora foi mais incisiva, perguntado a ele: “Então... maconha é droga para você?”, ele apenas responde que sim (H3, MENINO).

Houve retaliação de um participante ao colega que classifica a maconha como droga.

“Ele nem conhece droga não!” “É gente que não conhece assim acha que é droga. Porque tem esse pessoal que fica aí na rua assim... fica procurando. Aí gente que não conhece acha que é droga” (H2, MENINO).

O adolescente faz uma diferenciação do usuário que já é dependente da substância daquele que não é e, com base nisso, classifica a droga. Subtende-se que droga para ele é quando o vício está instalado.

“É pó²¹, pedra²². É... pedra. Elas matam os outros. Faz os outros correr atrás assim... Assalta os outros no meio da rua para comprar as coisas” (H2, MENINO).

Um dos participantes acrescenta:

“É, rouba na casa dos outros” (H4, MENINO).

“É, rouba na casa dos outros. Rouba a senhora aí. Outro dia tinha um moço roubando a senhora lá em frente à malhação; roubando a senhora lá; é, de noite já” (H2, MENINO).

Uma vez que dois dos participantes sugerem que alguns usuários, dependentes químicos, cometam atos violentos como o roubo, com a finalidade de comprar droga,

²¹ Nome dado à cocaína.

²² Nome dado ao crack.

questiona-se a eles se esses comportamentos são cometidos para custear o consumo da drogas, e as respostas são:

“É, tudo para comprar droga”. (H2, MENINO)

Aqui vemos claramente a diferença de representação para estes adolescentes. Analisando os relatos, é possível perceber que, para eles, a substância só pode ser considerada droga quando a dependência leva o indivíduo a ter comportamentos desviantes (roubo, assalto etc).

Neste caso, vemos que os enunciados dos participantes estão fundamentados nas acepções médicas que criaram a noção de dependência, vinculando a imagem das substâncias, principalmente as ilícitas, à imagem diabólica (BERGERON, 2012). Todavia, no caso da maconha, vemos que o enunciado de alguns adolescentes não é compatível com o discurso externo.

Podemos conceber tal pensamento em Foucault, como uma atitude crítica expressa através do modo de pensar, dizer e agir, numa dada sociedade, cultura, entre outras. A crítica é um aspecto característico da liberdade subjetiva de valorar mais seus conhecimentos e seus limites, além de dar menos valor àquilo que se empreende. Nesse momento, o sujeito pode descobrir sua própria autonomia e não mais se colocar na condição de obediência ou ter a obediência fundada em sua própria autonomia (FOUCAULT, 1990 *apud* CANDIOTTO, 2013). Veremos à frente o exemplo prático da escolha fundada na autonomia, quando discutiremos a experiência social com a droga.

No grupo de adolescentes “conforme o núcleo familiar”, também foi possível perceber que a substância é classificada com base na instalação do vício. Os fundamentos dos alunos estavam calcados em acepções médicas, mas também nas acepções jurídicas. Vejamos os enunciados:

“Droga pra mim é um vício. Assim vício mal, vício bom. Tem essa teoria (MX 2, MENINO).

No trecho acima, o próprio adolescente afirma que seu enunciado está fundamentado em teoria. Neste caso, acredita-se nas ciências médicas. Já no que se refere às acepções jurídicas, alguns alunos, ao citarem os tipos de drogas, fazem a diferenciação conforme a classificação proposta pelas ciências jurídicas: lícitas e ilícitas (BERGERON, 2012).

“Tem as drogas que são proibidas e tem as liberais. As liberais são as bebidas alcoólicas, os remédios e o cigarro. Aí tem as não liberais, que é: maconha, cocaína, heroína, crack, beta-anfetamina” (MX5, MENINO).

No grupo de meninos e meninas, também surge a classificação conforme aquela definida pelas ciências jurídicas. Nele, quatro participantes manifestaram-se de modo crítico com relação à atenção dada ao fenômeno, pautada na classificação da droga. Para os adolescentes, atualmente, dá-se muita atenção às drogas ilícitas e pouca às lícitas, sendo que esta pode apresentar maior prejuízo ao sujeito. Com a palavra, os adolescentes:

“Agente conhece as drogas que não são lícitas; e deixam de falar um pouco mais das drogas lícitas” (EM7, MENINA).

“Eu acho que álcool e cigarro é tão droga como as outras coisas. Mata do mesmo jeito. Se bobear até mais” (EM3, MENINA).

“Remédio em excesso é também droga” (EM7, MENINA).

“Tem remédio que é muito forte que você só consegue comprar com receita médica” (EM3, MENINA). – Aqui a adolescente se refere ao medicamento controlado.

“Ice tem álcool. Só que é também. Muita pessoa que eu já vi usando e também já vi beber uma pessoa de sete anos” (EM1, MENINA).

O último estudo realizado pelo CEBRID (2005) com a população brasileira, que, entre outros objetivos, visou estimar a prevalência do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, medicamentos psicotrópicos, esteróides/anabolizantes e Orexígenos, apontou o tipo de uso destas substâncias, de forma a mostrar que o álcool e o tabaco apresentaram os maiores índices para uso na vida, no ano e no mês²³: álcool, com 74,6% na vida, 49,8% no ano e 38,3% no mês; tabaco, com 44,0% na vida, 19,2% no ano e 18,4% no mês. No que se refere às drogas ilícitas, aquela que apresentou o maior índice foi à maconha, com 8,8% na vida, 2,6% no ano e 1,9% no mês.

²³ Dentre os parâmetros de referência utilizados pelo CEBRID (2005) para avaliar o uso de substâncias psicoativas, estão: *uso na vida*, *uso no ano* e *uso no mês*. 1) *Uso na vida* – quando a pessoa fez o uso de qualquer droga psicotrópica na vida. 2) *Uso no ano* – quando a pessoa fez uso de droga psicotrópica pelo menos nos doze meses que antecederam a pesquisa. 3) *Uso no mês* – quando a pessoa usou droga psicotrópica pelo menos nos últimos trinta dias que antecederam a pesquisa.

Outra importante informação apresentada pela pesquisa refere-se à distribuição de entrevistados conforme a dependência. O álcool lidera novamente o ranking: álcool 12,3%, tabaco 10,1%, maconha 1,2%, benzodiazepínicos 0,5%, solvente 0,2% e estimulantes 0,2%. Acredita-se que atualmente podemos encontrar informações um pouco diferentes do que foi apresentado, já que se fala no aumento do consumo de crack e cocaína entre a população brasileira. Contudo, em relação ao álcool e ao tabaco, provavelmente estes devem estar ainda liderando o ranking.

Os dados da pesquisa acima mostram que realmente o consumo de substância lícita é maior que o das ilícitas. Acredita-se que até mesmo a regulação possa interferir nisso, pois a substância fica mais acessível às pessoas. Contudo, não é possível afirmar que há maior investimento na repressão do consumo de substâncias ilícitas do que lícitas. Nos últimos 10 anos, como já apresentado no primeiro capítulo, foram grandes as mudanças na política brasileira no que tange ao comércio, à produção, à comercialização e ao consumo de substâncias lícitas. Acredita-se que as inúmeras estratégias preventivas contribuíram para a mudança do cenário social. Atualmente, vemos a população mais informada sobre os tipos de drogas existentes e seus efeitos. Na própria fala dos entrevistados, é possível identificar o nível de conhecimento e a associação que eles fazem com as medidas utilizadas para prevenir. Os alunos citaram estratégias para intervir na prevenção do consumo de drogas e álcool. Supomos que o desenvolvimento das políticas os auxiliou a colocarem-se de modo crítico frente à situação, como foi possível constatar nos relatos.

Ainda considerando o enunciado dos adolescentes, o éter etílico também foi lembrado por um membro de um dos grupos e classificado como droga. Isto acabou por gerar um debate dentro do grupo, pois outro adolescente não classifica a substância como tal.

Como a pergunta gerou debate acalorado, optou-se também aqui transcrever o teor da discussão. Note que os adolescentes tentam defender seus pontos de vista, cada um considerando um modo para a classificação da substância. Vale destacar que a substância foi lembrada quando houve relato de consumo de loló dentro da escola. Com a palavra, os adolescentes:

Entrevistadora: Vocês acham que Loló é droga?

“Não” (H4, MENINO)

“Loló é droga, rapaz. Deixa os outros assim com o olho arregalado rapaz! (H3, HOMEM).

“Mas, passa o efeito rápido” (H4, MENINO).

“Mas, é álcool feio. Cê é doido rapaz (H3, MENINO)?

“Dá um monte de coisa junto” (H4, MENINO).

Cê fica quase dois dias, um dia. Cê vira a noite com negócio lá. Cê é doido! (H3, H3, MENINO).

“Tem graça rapaz cê colocar o negócio na latinha e ficar cheirando? Não tem graça. Graça nenhuma”! (H3, MENINO).

Além de ser possível perceber que os alunos partem de princípios distintos para classificação da substância, houve certa crítica àquele que consome a droga. Subentende-se que os alunos estiveram fundamentando seus discursos em experiências diretas com a droga, pois cada um descreveu o efeito que a substância causa como se a tivesse experimentado. O usuário do éter etílico saberá descrever, com riqueza de detalhes, os efeitos da substância. Isto ficou subtendido nas falas. Cada experiência foi vivida de um modo, o que torna os discursos distintos. As experiências do consumo de drogas e seus efeitos são muito singulares. Elas dependerão do tipo de substância consumida; dos efeitos desta substância no organismo; da variável de pessoa para pessoa; do modo como é consumida; do tipo de investimento de consumo; entre outros fatores.

Becker (2008) evidencia esta diferenciação do que estamos discutindo ao investigar a história da experiência da pessoa com maconha, buscando mudanças significativas em relação à atitude do sujeito e seu uso efetivo. No livro, ele apresenta as diferentes formas de experiência tendo em vista o estilo de vida e o tipo de investimento ao consumo da substância.

Quando o autor discute aspectos que definem a “carreira” do usuário, ele destaca que o indivíduo só será capaz de consumir por prazer quando atravessa um processo de aprendizagem para concebê-la como objeto que deve ser usado de certa maneira.

Retomando os dados coletados na pesquisa, dos 33 entrevistados, 67% expressaram que a droga causa algum prejuízo ao indivíduo, seja físico, psíquico, social, entre outros. Destes, 19% relativizaram a possibilidade de prejuízo considerando características individuais essenciais para definição do problema e 14% não opinaram.

Da Agra (2008) e Brochu (2006) também defendem a relativização do dano causado ao sujeito, já que devemos considerar uma série de fatores que interagem para a consolidação do fenômeno. No caso do indivíduo, não só aspectos comportamentais e de personalidade devem ser mensurados, mas também os efeitos das substâncias no organismo, o contexto social em que ocorre o consumo, fatores culturais que contribuem significativamente para ele,

a conexão estabelecida em torno dos atores sociais, níveis de permissividade da situação, entre outros.

Tendo em vista os dados apresentados, constatou-se a reprodução dos discursos médicos e jurídicos. Trinta e nove por cento (39%) dos entrevistados reproduziam o discurso jurídico sobre drogas, considerando as violações da lei. Em alguns casos, foi possível identificar até a utilização de termos técnicos, como “entorpecentes”, “lícitas” e “ilícitas”.

Conforme os enunciados apresentados, é possível perceber a reprodução, também, do discurso médico entre os entrevistados. Trinta e seis por cento (36%) associaram o consumo aos danos provocados no organismo. Alguns acrescentaram ainda informações das classificações das substâncias relativas aos efeitos no corpo.

Em função do exposto, os discursos construídos pelas instâncias médicas e jurídicas são discursos verdadeiros instituídos por uma relação de poder. Eles constroem subjetividades impregnadas de censuras e tabus (FOUCAULT, 2013). O discurso sobre drogas foi consolidado a partir do reconhecimento dos prejuízos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos. Bastou às ciências médicas qualificar a dependência química como doença e às ciências jurídicas instituir padrão de anormalidade, ou seja, o desvio, articulado junto a outras instâncias sociais, para que o discurso viesse a ser solidificado e reproduzido por parcela significativa da sociedade. Todavia, consideramos os danos causados na experiência do indivíduo desde que haja a compreensão da totalidade de variáveis que interagem para a sua consolidação. Outra importante ressalva a se fazer está na compreensão de que não é possível generalizar a ocorrência de danos para todos os consumidores de drogas tanto lícita como ilícita. Com a palavra, a entrevistada.

“Se você vicia, quando a pessoa está viciada ela não sabe o que faz” (EM3, MENINA).

No relato acima, a adolescente refere-se à perda de consciência em decorrência do consumo excessivo e compulsivo de droga. Esta representação complementa o que os participantes do grupo de meninos dizem sobre: “pó e pedra faz os outros roubarem, assaltar”; “ficar correndo atrás, assim”...

A fim de agregar conhecimento, seria interessante retomar o conceito apresentado por Bergeron (2012), dando ênfase aos efeitos das substâncias no organismo e conseqüentemente às reações provocadas. Brochu (2006) e Da Agra (2008) discutem também as hipóteses desenvolvidas por outros teóricos, como Goldestein, que defendem que a intoxicação é um

fator determinante para o surgimento de determinados comportamentos, como é o caso da agressão.

Em alguns momentos da pesquisa, foi possível notar a intenção dos participantes em desmistificar o conceito que só as substâncias ilícitas provocam danos ao organismo. Subentende-se que a grande preocupação com as substâncias não reguladas tira o foco das legalizadas. Contudo, entraram na pauta da discussão as medidas, desenvolvidas pelo governo brasileiro, usadas para reduzir o consumo e a exposição a riscos pela população.

“Eu não tenho nada contra as pessoas que fumam, mas se você pega um maço de cigarro vê que já vem atrás o quê que causa” (EM3, MENINA).

O trecho acima mostra o quanto têm repercutido positivamente, entre os jovens, as medidas desenvolvidas para reduzir o consumo de cigarro. Cabe aqui destacar que, mais uma vez, o discurso médico predomina.

Conforme Simões (2008), nos debates sobre drogas, na maioria das vezes, as discussões giram em torno do consumo de substâncias ilícitas, ressaltando os danos provados ao indivíduo e o desejo de serem extintas do convívio social. O termo “droga” é associado àquelas substâncias usadas por “viciados” e “dependentes”, que provocam graves problemas de ordem pública e pessoal. Esse viés de ameaça à saúde, à família e ao indivíduo estimula o apoio da população à “guerra contra as drogas”.

Contudo, apesar de, na pesquisa, o termo “droga” ser associado, pelos participantes, às substâncias usadas por viciados e dependentes, o que se vê, nestes relatos, é algo diferente do apresentado por Simões (2008). As questões sobre as substâncias lícitas são mais discutidas por alguns adolescentes. Vemos uma preocupação em desmistificar que só os entorpecentes ilícitos provocam algum prejuízo. Em contrapartida, houve casos em que a crítica foi direcionada para o enquadramento da maconha e do éter etílico como droga.

Tendo em vista a possibilidade de explorar um pouco mais o assunto, visando enriquecer a pesquisa, no grupo de meninos e meninas e no grupo conforme o núcleo familiar, foi possível saber como os adolescentes aprenderam sobre “drogas”, se as informações detidas são suficientes e se é importante as pessoas terem informações desde a infância. As respostas para o primeiro questionamento foram: internet, filme e desenho (MX5, MENINO); PROERD (MX3, MENINA).

Para a segunda pergunta, se a informação sobre drogas é suficiente, uma das críticas apresentadas é o fato de haver um número maior de abordagens para as drogas ilícitas do que

para as lícitas. Cinco participantes do grupo de meninos e meninas criticaram as medidas adotadas e sete não opinaram. Discutiremos o caso posteriormente. Já no que se refere à instrução desde a infância, seis participantes acham que as informações devem ser transmitidas mais cedo, na infância, e seis adolescentes não opinaram.

Tendo em vista os fatos relatados, uma das questões para serem pensadas é o modo como as informações sobre drogas são transmitidas, e a outra é qual o tipo de conteúdo informado. Existem diferentes formas de intervir e prevenir o uso indevido de drogas, porém Moreira *et. al.* (2006) mostra que os resultados são modestos. Isto se deve ao modo como as pessoas e/ou instituições abordam o tema. O estudo deixa evidente que ações de transmissão de informação que seguem um modelo de aprendizado passivo tendem a apresentar ineficiência nos resultados. Acredita-se que o uso de medidas preventivas calcadas na repressão ao consumo e na demonização da droga tende a não atingir os objetivos desejados, visto que a utilização de substâncias psicoativas não é de todo ruim, pois oferece situações de bem-estar e prazer. Deste modo, as intervenções neste estilo acabam não transmitindo credibilidade ao adolescente.

O método de oferecimento de alternativas é desenvolvido de modo mais próximo da realidade a ser discutida, pode estimular o desenvolvimento socioafetivo e a adoção de um estilo de vida saudável (MOREIRA, *et.al*, 2006).

Acreditamos que o medo efetivo é aquele que se aproxima da realidade do adolescente, dando a ele autonomia para posicionar-se criticamente em face do fenômeno e fazer escolhas conscientes sobre qualquer tipo de envolvimento com substância psicoativa. Para tanto, seria necessário propiciar um espaço seguro e confiável para o adolescente manifestar suas dúvidas, seus conflitos e suas questões. Já com relação àqueles responsáveis por transmitirem a informação e promover o diálogo, seria importante oferecer uma escuta acolhedora, sem julgamentos morais, buscando orientar a partir das dúvidas dos jovens. Contudo, para qualquer forma de intervenção, não é garantido eficiência. Vejamos:

“Você tem um monte de pessoas que desde pequena tinha a instrução dos pais e viraram um viciado; imagina quem não tem” (EM3, MENINA).

“Eu acho que tem escutar na escola, pois tem lares que os pais que não ensinam muitas coisas” (EM9, MENINA). – A adolescente afirma que em alguns lares os pais não educam sobre drogas.

Neste momento, surge, dentro do grupo, a questão referente ao papel de educar sobre drogas. De quem é a responsabilidade? Com a palavra, os entrevistados:

“Eu acho que quem tem que ensinar são os pais, porque são eles que estão sempre com você” (EM10, MENINA).

“Eu acho que não é só obrigação dos pais; da escola também”! (EM11, MENINA).

Muito se discute de quem é a responsabilidade de educar crianças e adolescentes. Em alguns casos, os pais atribuem essa tarefa à escola, e os professores qualificam a responsabilidade como sendo dos pais. Em meio ao conflito, ocorrem situações em que nem um nem outro exerce suas respectivas responsabilidades. Na concepção adotada por Barrère & Sembel (2006), cabe à escola e à família, por meio de atitude complementar, integrar os alunos na sociedade, levando-os a assimilar valores, princípios, normas e comportamentos sociais. Desse modo, ambos têm responsabilidade de informar sobre entorpecentes.

Entrevistadora: Vocês acham que os pais têm informação suficiente sobre drogas? – Alguns alunos respondem que sim outros que não.

“Alguns sim alguns, outros não” (EM1, HOMEM).

“Teve uma vez que eu vi uma reportagem o pai era usuário. Aí, ele estava devendo na boca droga. Aí, ele mandou o filho dele de seis ou sete anos, lá pra comprar drogas. Aí, o cara deu a droga o menino e acompanhou. Veio o traficante e deu sete tiros no cara” (EM5, MULHER).

O adolescente teve a intenção de mostrar que o pai da criança não tinha condições de educar sobre drogas. Foi possível perceber que alguns alunos acham que os pais são detentores de poucas informações sobre drogas, não sendo suficientes para o processo de educar.

Antes de encerrar esta discussão, cabe lembrar que Foucault (1999) dá ênfase ao papel das instituições na manipulação dos corpos, destacando, para estas relações de poder, a materialização de elementos exteriores. Desse modo, tanto a família quanto a escola têm a função de disciplinar os indivíduos, estabelecendo coerção sobre eles, de modo a buscar a reprodução dos discursos dominantes. Em seguida, serão apresentados os gráficos que representam as principais informações.

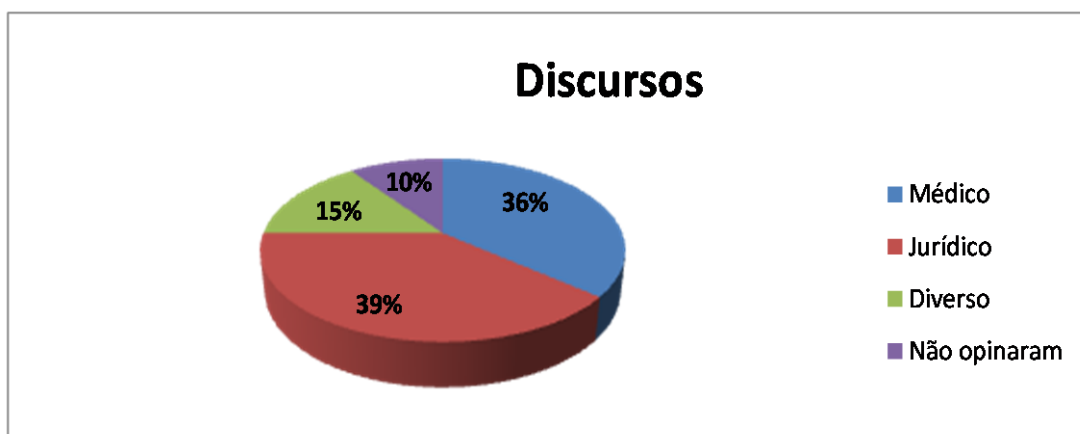


Gráfico 4 – Distribuição do discurso: Médico/Jurídico/Diverso – Representação dos alunos sobre o discurso sobre drogas.

Com base nos resultados, apresentados podemos afirmar que as representações dos adolescentes, em sua maioria, são construídas pelos enunciados Médico e Jurídico. Desse modo, é possível supor que houve reconhecimento e validação da maioria dos adolescentes com enunciados elementares do discurso proibicionista. Contudo, boa parte dos entrevistados se posicionou criticamente diante destes enunciados, devido à sua parcialidade na concordância e na discordância sobre qualificação, efeitos e prejuízos das substâncias.

O fato de eles terem posicionamento crítico pode ser pensado em termos de resistência, um manejo no âmbito da governamentalidade (CANDIOTTO, 2010). Acredita-se que muita dessa resistência se constitui devido ao fato de que os enunciados dão ênfase aos efeitos negativos provocados em alguns casos de consumo de entorpecentes, desqualificando ou dando menor destaque para os efeitos “positivos” do consumo de drogas, como sensação de prazer, felicidade, bem-estar, entre outros. Isto faz o discurso afastar-se um pouco da realidade vivida entre os jovens, ocasionando a perda de credibilidade em relação ao conteúdo do enunciado. Não podemos perder de vista os argumentos um tanto generalistas produzidos pelas ciências médicas e jurídicas.

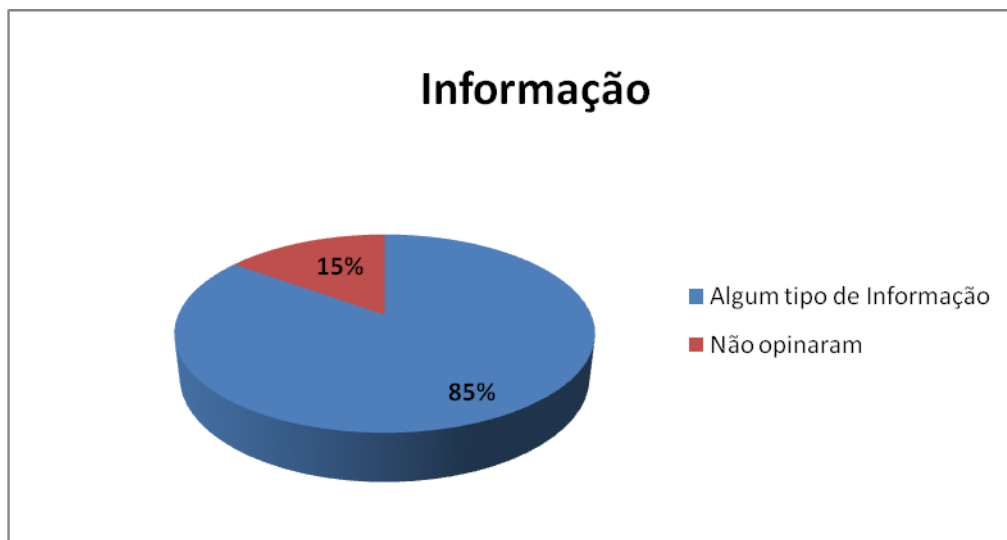


Gráfico 5 – Distribuição de adolescentes que detinham algum tipo de informação sobre drogas

Constatamos também que considerável número de entrevistados possui algum tipo de informação sobre substâncias psicoativas. Acreditamos que esse já seja um resultado das mudanças nas políticas nos últimos anos, com a valorização da política de prevenção ao uso indevido de drogas.

A pesquisa apresentada pelo CEBRID (2010), que compara os resultados com pesquisas realizadas anteriormente, aponta mudanças no padrão de consumo e no tipo de substância consumida. Um dado curioso apresentado pela pesquisa é a redução do número de adolescentes que declaram ter consumido álcool *na vida* e *no ano* e o aumento de declarações de consumo de maconha e cocaína. Os resultados apresentados pelo CEBRID (2010) ratificam a hipótese de mudança no cenário social do fenômeno da droga.

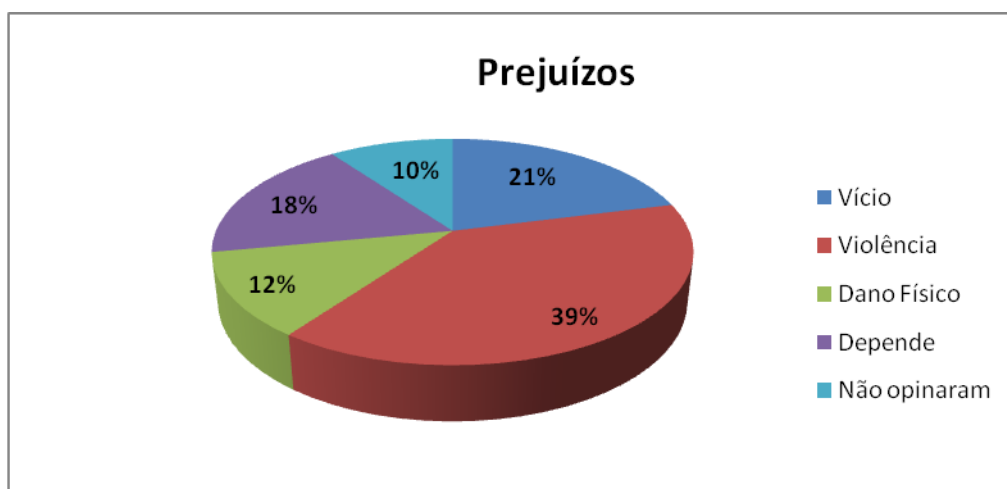


Gráfico 6 – Distribuição da representação que a droga provoca algum prejuízo

Expressivo percentual de jovens atribui relação entre drogas e violência, e poucos relativizaram a existência de ligação entre os fenômenos. Isto mostra, mais uma vez, que o discurso dominante prevalece. Apesar de ser um percentual baixo, alguns jovens já relativizam esta relação.

Nosso posicionamento está calcado nos enunciados de Dra Agra (2008) e Brochu (2006). Apesar de algumas perspectivas defenderem a relação de causalidade Goldstein (1985), não é possível afirmar que o consumo leva à violência ou vice-versa. Contudo, discutiremos, mais adiante, que é possível afirmar ser o tráfico de drogas brasileiro violento (ZALUAR, 1999, 2002). Vejamos os resultados sobre experiência social dos adolescentes com drogas.

4.3.2. Experiência social com drogas: Direta e Indireta

A proposta de avaliar a experiência tem a finalidade de explorar a relação dos jovens com a droga, seja de modo direto ou indireto. Consideramos experiência indireta aquela que é vivida pelo adolescente devido ao consumo de drogas por terceiros, presenciado na família, na escola, na localidade etc. Neste quesito, 72% dos entrevistados avaliaram ter algum tipo de experiência com a droga.

A droga faz parte do cotidiano das pessoas desde as culturas mais primitivas (GUARINELLHO, 2008). Desse modo, não é de se assustar a constatação de que todos os entrevistados relataram que conheciam algum consumidor de um tipo de droga ou alguém que está envolvido em alguma atividade ilícita.

Vale ressaltar que, em diferentes culturas, o consumo de tais substâncias faz parte do cotidiano das pessoas e é utilizado para diferentes fins: curativos, religiosos, cerimoniais etc. Podemos ver os extremos do costume.

As especificidades culturais do consumo e da produção de drogas ainda é um aspecto negligenciado, todavia a cultura tem papel preponderante para compreensão do fenômeno, uma vez que os costumes moldam a experiência de nossa conduta. Os hábitos culturais estabelecem normas e definem padrões de comportamentos (GIL & FERREIRA, 2008).

No Brasil, o consumo de álcool é um preponderante marcador de socialização entre a população. O álcool e o cigarro são substâncias altamente consumidas entre jovens e muito utilizadas como agente socializador (SILVA *et.al.*, 2012; CAVALCANTE, 2005; WHO, 2014)

O consumo de outras drogas, no país, como maconha e cocaína, expandiu em meados da década de 1950 e 1960, com o surgimento do estilo de uma contracultura. Em face das mudanças históricas no cenário político e do processo de democratização, o consumo de maconha e cocaína serviu para demarcar estilos de vida e as visões de mundo entre a classe média e alta da cidade do Rio de Janeiro (VELHO, 2008).

Atualmente, o consumo de substâncias ilícitas está disseminado entre a população brasileira e em Cataguases não é diferente. Nos relatos apresentados tanto pelos alunos quanto pela equipe técnica, observamos que o consumo e o tráfico de drogas fazem parte do cotidiano daqueles que frequentam a escola.

As experiências indiretas são em maior número, se comparadas às experiências diretas. Apenas 12% declaram ter tido alguma experiência direta com drogas, sendo que 6% foram com maconha e 3% com cigarro. Já em relação à experiência indireta, 60 % declaram conhecer ou ter vivenciado alguma situação que envolvia droga, tanto lícita como ilícita, sendo 21% presenciado na família e 48% presenciado na comunidade. As experiências indiretas são mais marcantes no primeiro grupo, com destaque para a ocorrência do consumo infantil. Com a palavra, os adolescentes:

“No bairro tem muito ponto de drogas, depois de 17h tem muita gente que vende. Lá tem pessoas que vendem drogas; aí as pessoas que compram e não querem pagar eles correm atrás deles com facão, machado” (MH1, MENINO).

“Teve uma vez... que tinha um cara que mora lá na minha rua, ele casou há pouco tempo, a mulher dele ganhou um monte de coisa e ele trocou tudo a troco de droga” (EM5, MENINA).

“Eu acho que isso começa em casa, desde que a criança é pequenininha e o pai vai lá e coloca o bico na espuma da cerveja e dá para a criança”. (EM3, MENINA)

“Para droga chegar à sua mão, não precisa ter idade, pode ser criança ou um velho adulto” (EM2, MENINA).

Diante do exposto, é possível constatar que o consumo de drogas lícitas e ilícitas, assim como o tráfico de drogas, faz parte do cotidiano dos entrevistados. Não nos surpreende o fato, pois atualmente o consumo de substâncias ilícitas não é tão escondido, como foi apresentado por Velho (2008) na década de 1960. Nos dias atuais, alguns usuários de maconha mantêm um consumo velado e outros parecem não se preocupar em esconder. Devido à mobilização social para liberação do uso da maconha, principalmente para fins

terapêuticos, há uma mudança de postura dos usuários, sendo considerada uma afronta para as pessoas mais moralistas. Continuemos a apresentação dos relatos.

Os bairros Leonardo, Ana Carrara e Taquara Preta foram bastante caracterizados pelos alunos, do segundo e terceiro grupo, como bairros onde há grande consumo e comércio de drogas. Vale destacar que o tráfico na periferia é mais atuante, e isso provavelmente se dá por existir condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento. A desigualdade social, a baixa distribuição de renda, o crescimento desordenado do espaço urbano, a segurança, em suma, todos estes elementos e outros não citados constituem situações que podem favorecer a instalação de atividades criminosas (ZALUAR, 1999; ADORNO & CARDIA, 1999).

“Lá no Ana Carrara é o que eu mais vejo” (G2, MENINA).

“Nossa no Leonardo, nossa senhora! De manhã, de tarde e de noite. Faz uma visitinha ao Leonardo pra você ver”! (G4, MENINA).

Entorno da escola, o tráfico só foi citado quando questionado. Porém, as meninas responderam com poucas palavras: “tem, na pracinha” (G1, MENINA). Na tentativa de explorar a percepção das garotas em relação ao fato, buscou-se saber se interferia na escola. As respostas foram:

“Eu acho que não” (G2, MENINA).

“Eu nunca vi ninguém usando droga aqui na porta da escola não. Pode usar, né?! Tem gente que usa. Os moleques que usam ficam na porta da escola, mas eu nunca vi (G5, MENINA).

A adolescente quis dizer que nunca viu alguém usando a droga, contudo sabe, por conversas de terceiros, que ocorre o consumo de entorpecentes na praça. Ainda com base na fala anterior, a adolescente acrescenta:

“mas, eles ficam aqui na frente da pracinha” (G5, MENINA).

“Mas eles não chega a mexer. Igual quando eu era do sexto ano, eu conhecia muita gente que usava. Era tranquilo assim, entendeu? Eles faziam as doideiras deles pra lá e não prejudicavam ninguém” (G1, MENINA).

O discurso apresentado pelo grupo de meninas foi um pouco distante do apresentado por funcionários da escola e pelo grupo de meninas e meninos. Para estes, o consumo e comércio de drogas é recorrente no entorno da escola, e isso acaba interferindo dentro da escola, principalmente no que tange ao horário de funcionamento, que fica limitado, pois os funcionários evitam desenvolver atividades extracurriculares no turno da noite, horário em quem ocorre maior movimentação na praça.

Acreditamos que pode ter havido receio por parte das meninas em expor a situação ou elas realmente terem percepção distinta dos demais. Já no grupo de meninos, o que percebemos foi a resistência inicial para falar sobre violência. Quando o assunto era entorpecente, eles participaram ativamente.

Além de presenciar a existência do consumo de drogas nas comunidades, no grupo com as meninas, foi relatada a ocorrência do uso de droga lícita dentro das famílias. Tendo em vista a relevância do conteúdo, foi transcrito o diálogo entre as adolescentes. Com a palavra, a adolescente:

“Eu nunca usei não, mas tipo assim a minha mãe, meu pai até que não, mas minha mãe bebe demais. Então tem vezes dela chegar a casa e falar que quer separar do meu pai. Chegava em casa não sabia o que estava fazendo, ia gritando, chegava uma, duas horas da madrugada gritando, eu já tava dormindo. Eu acostumei a ficar assim, ficava em casa de madrugada sozinha, porque ela saía. Aí eu chegava perto dela , e ... mãe não grita já tá tarde; o pessoal tá dormindo! Já foram três vezes que ela chegou a me agredir, entendeu? Aí sempre eu saía. Aí na terceira eu saí de vez e fui para casa da minha tia. Aí ela foi para casa da minha tia também lá e ficamos um tempo. Ficava uns dias para ver se ela acalmava e tudo. Aí até o ponto que chegou a acontecer na casa da minha tia também. A sorte que minha tia tava em casa. Aí ela pegou as coisas dela e saiu. Eu não sei para onde ela foi. Acho que ela foi para a casa de uma outra tia minha, que morava perto da minha antiga casa. Aí foi um tempo depois, que ela conversou com o meu pai e aí voltaram. Mas, assim ela não parou de beber, mas maneirou um pouco, entendeu? Mas, até hoje, vai fazer quase um mês que agente tá lá, mas não aconteceu isso mais não. Agora a questão de eu beber, eu não gosto não. De bebida, cigarro, não gosto dessa coisas não. Acho por eu ter vivido isso, peguei nojo de droga, de cigarro, bebida (G6, MENINA).

“Tem gente que bebe para se divertir” (G2, MENINA).

“Já a minha mãe não, ela bebia para esquecer os problemas. Só que o problema é o seguinte, ela bebia, mas não tinha consciência do que estava fazendo. Aí chegava a descontar,

com gritaria e tudo, eu tentava chegar junto para tentar fazer ela acalmar, aí ela já ia agredir” (G6, MENINA).

No trecho acima, fica evidente uma relação concreta entre droga e violência. Tendo em vista o relato apresentado, verificamos que a mãe de G6 fica violenta devido ao consumo de drogas. Todavia, não tem como identificar se é o consumo que predispõe a violência, se é a personalidade dela ou se é ambos. É evidente também que a menina é vítima da violência da mãe.

Devido ao fato de as propriedades dos entorpecentes ativarem o sistema nervoso central, modificando emoções, cognição e comportamentos, algumas teorias causais (GOLDESTEIN, 1985) discutem o papel da intoxicação no desenvolvimento do comportamento agressivo (BROCHU, 2006). Ao analisar as teorias de causalidade, Brochu (2006) destaca a complexidade do fenômeno e a necessidade de se avaliar as multiplicidades de interações e contingências.

No caso acima, não é possível avaliar o que predispõe a agressividade, se é a droga ou características da personalidade da pessoa. O contexto social e as relações familiares também não foram expressos. Para Brochu (2006), a compreensão só poderá ser possível se considerarmos os fatores que exercem influência preponderante na trajetória desviante.

Retomando os relatos, no grupo com os meninos, além das experiências indiretas, ocorridas na comunidade, surgem as diretas, qualificadas pelo consumo de drogas ilícitas. Em virtude de os adolescentes expressarem suas opiniões sobre o assunto com riqueza de detalhes, optou-se por transcrever as falas a fim de transmitir a informação com maior clareza. Com a palavra, os estudantes:

Entrevistadora: alguém aqui conhece alguém que já usou crack?

“Lá onde eu moro um monte de gente usa” (H3, MENINO).

“No meu bairro eu conheço”.

Entrevistadora: em qual bairro você mora?

“Guanabara” (H4, MENINO).

“Eu moro no Ana Carrara” (H3, MENINO).

Entrevistadora: Ouvi falar que no Ana Carrara tem muita droga, né?

“É porque tem um homem que ta morando lá agora; ele tem mais coisa né!” – O adolescente se refere a um traficante que reside no bairro que parece ter mais produtos (H3, MENINO).

Entrevistadora: E aqui na escola, vocês já viram droga aqui?

“Não, aqui na escola direto nego trazia assim dentro da mochila. Inclusive teve um dia até que eu vi lá no banheiro” (H3, MENINO).

Entrevistadora: Maconha?

“É” (H3, MENINO).

“Loló também já” (H4, MENINO)

Apesar de o consumo de entorpecentes, entre alunos, não ter sido identificado como um problema interno por funcionários da escola, mas sim o consumo e o tráfico de drogas que acontecem no entorno da instituição, por pessoas da comunidade, vemos que há um consumo velado dentro da instituição, o qual pode estar passando despercebido pelos funcionários, já que não foi citado. Conforme a apresentação das representações, é possível constatar também que o fenômeno da droga faz parte do cotidiano da população de outras periferias.

As características dos espaços sociais associadas às variáveis individuais, familiares, comportamentais, entre outras, contribuem para o processo de desenvolvimento da desviância. “A sociedade, ao criar espaços ambientais e sociais estigmatizados como marginais, está ao mesmo tempo, a criar o meio natural necessário à realização efectiva de tendências desviantes” (DA AGRA, 2008, p. 77).

No grupo conforme a organização familiar, quando questionado se algum adolescente conhecia alguém que havia tido experiência com drogas, quatro responderam “Sim”, um respondeu “Não” e dois responderam nada. Já com relação à experiência direta, apenas um respondeu “Sim” e especificou que foi consumo de cigarro.

“Eu já!” (MX5, MENINO)

Entrevistadora: E aí? Como foi para você?

“Foi horrível! Mas, é muito difícil respirar depois disso, porque eu usei cigarro. Minha mãe fuma, aí eu tive curiosidade”! (MX5, MENINO). Uma colega pergunta: Ela que te deu? (MX6, MENINA). Ele continua falando: “não... se ela me pegasse eu tinha perdido três dentes” (MX5, MENINO).

O convívio com o consumo e o tráfico de entorpecentes pode levar à identificação dos adolescentes com tais condutas. Neste contexto, o uso e o empreendimento em atividades ilícitas podem ser naturalizados, tendo em vista a realidade que se apresenta. Para Da Agra (2008):

[...] meios restritos das subculturas desviantes geram, pelas próprias leis que regem o desenvolvimento humano, indivíduos cujo meio interno ou sistema psicológico se constitui a partir da experiência vivida (desde a infância, como se observou), nas interações com seu meio externo naturalmente desviante: assim se reproduz a desviância latente, que emerge desde muito cedo, e espontaneamente se irá traduzir em comportamento anti-social (DA AGRA, 2008, p. 78).

As experiências com familiares também foram lembradas e, diferentemente do caso anterior, em que o consumo era de droga lícita, desta vez o destaque foi para o consumo de entorpecente:

“Quando eu era pequeno, meu pai fumava perto de mim. Aí ele fumava e eu ficava ‘noiado’.²⁴ Ele fumava aí jogava aquela fumaça, aquele cheiro” (MX4, MENINO)

Entrevistadora: Ele fumava o que?

“Maconha. Só que hoje ele parou. Aí ele não faz essas coisas mais não (MX4, MENINO).

“Eu tenho um tio, que eu não sei se ele fuma agora” (MX3, MENINA).

Entrevistadora: Maconha também?

“Acho que é droga... essas coisas. Aí quando eu ia para casa da minha avó, minha avó abria a cama dele e aí estava cheio de sacolinhas. Aí teve um tempo que ele falou que ia parar e foi para um centro para parar” – A garota se refere a uma clínica de recuperação – “Aí depois de uma semana ele voltou porque não estava aguentando mais. E ele mesmo, quando ele fuma, ele fica agressivo, fica com olho todo vermelho. Tipo ele, já aconteceu isso. Eu tava numa festa, de São Cristovão, ele foi me buscar me pegando pelo braço me falando para ir embora. Aí ele foi falar com minha mãe. Aí depois ele sumiu, não foi lá na minha mãe não. Acho que a pessoa fica meio... fora de si” (MX3, MENINA).

Mais uma vez, os comportamentos violentos são associados à droga como consequência do consumo. Contudo, esse aspecto será discutido um pouco mais adiante.

“Meu primo era uma pessoa normal, aí ele foi se meteu com as drogas lá, aí ele foi preso, aí depois ele falou que nunca mais ia usa. Aí ele prometeu pra minha avó, aí depois ele sumiu. Aí depois foram achar ele, ele tava lá no morro do alemão. Agora ele tá morando lá. Agora ninguém sabe dele. Deve estar morando lá ainda” (MX6, MENINA).

²⁴ Gíria usada para se referir a doido; fora de “si”.

Brochu (2006) destaca a importância de se considerar três fatores para o engajamento do consumo: as propriedades e os efeitos das substâncias; o contexto social estigmatizante e, por fim, a aparição de um evento marcante. A manutenção do uso, ou o que o autor chama de progressão, é determinada conforme a quantidade utilizada, o modo de utilização e a frequência do uso. Dois fatores favorecem a progressão do consumo e a adoção de um estilo de vida desviante: tolerância e modo de consumo.

Em função do exposto, é por isso que há certa diferenciação dos adolescentes para a classificação da droga e a problematização do consumo. Cada caso deve ser avaliado em sua particularidade. Uma droga que causa dependência em um indivíduo pode não causar dependência em outro. Os efeitos são distintos, tornando a experiência diversa.

Visando representar graficamente os resultados apresentados, posteriormente será esboçado um breve resumo das representações.



Gráfico 7 – Distribuição de adolescentes e suas experiências com drogas.

Grande parte dos entrevistados declaram ter tido alguma experiência indireta com as substâncias psicoativas. Atualmente é difícil encontrar alguém que não tenha um vizinho, um amigo ou um familiar consumidor de droga.

A expansão do mercado de drogas contribui para a mudança no cenário social em face do consumo e tráfico de entorpecentes. Inicialmente, por volta 1960, nos centros urbanos, o *movimento*²⁵ se articulava em torno das *bocas de fumos*²⁶, geralmente localizadas em periferias, para venda e consumo da maconha. Com o passar do tempo, o *movimento* foi aumentando em função da ampliação da demanda e da oferta do produto (MISSE, 2007).

²⁵ O *movimento* é a gíria usada por vendedores e consumidores para definir diferentes aspectos do mercado (MISSE, 2007).

²⁶ Sinônimo de *movimento* (MISSE, 2007).

Na década de 1970, o consumo de cocaína começa a se expandir entre as camadas médias e baixas, tornando o mercado de ilícitos atraente devido à alta lucratividade gerada com a comercialização do produto. Desse modo, a atividade organiza-se, e, entre 1984 e 1986, aproximadamente, o tráfico se consolidará, nas capitais, especificamente no Rio de Janeiro, passando a ser controlado por quadrilhas, neste caso, o Comando Vermelho²⁷. A experiência dessas quadrilhas com o crime, principalmente assaltos a bancos, levou a uma melhor organização com a transferência de conhecimento para o mercado de drogas a varejo (MISSE, 2007).

A atividade ilícita se expande em todo o país, paralelamente à relação de oferta e demanda. Nos dias atuais, a disponibilidade dos produtos ilícitos não está restrita às bocas *de fumo* ou periferias, entretanto, como esse lugar oferece condições para a expansão da atividade, devido à organização, à proteção e à disponibilidade de mão de obra, acaba por concentrar intensa atividade do tráfico. Acredita-se que este é um dos fatores que justificam o considerável índice de experiências indiretas.

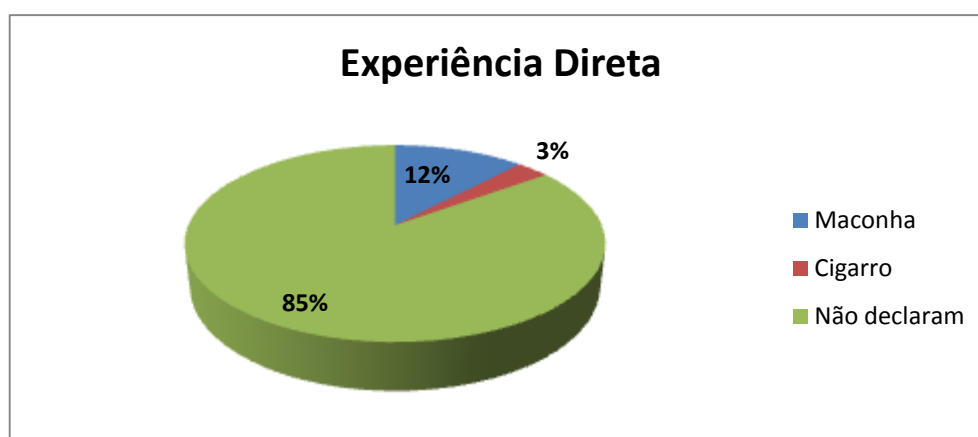


Gráfico 8 – Distribuição da experiência direta conforme o tipo de consumo

No que tange ao consumo de substância ilícita, vemos apenas a maconha sendo referida. Como mostramos anteriormente, sabemos que o uso de cocaína entre os jovens, atualmente, é considerável, contudo ele é menos aceito socialmente, e isso pode interferir na exposição do usuário. Já a maconha não. O seu consumo, apesar de ser proibido, já é menos velado, mais discutido entre a população.

²⁷ Denominação dada pela imprensa à quadrilha organizada (MISSE, 2007).

Outro dado curioso está nas declarações de consumo de substâncias lícitas. Apenas o consumo de cigarro foi citado entre os jovens. Não obstante, os índices apresentados pelo CEBRID (2010) evidenciam o elevado consumo da substância entre jovens. Como o álcool é uma substância socialmente aceita, muito usada em convenções sociais para estimular a sociabilidade, ele acaba não sendo qualificado como droga por muitos indivíduos. Isso pode interferir na representação do usuário no que se refere à experiência direta com droga.

Os resultados da pesquisa de experiência direta e indireta com substâncias psicoativas foram expressos anteriormente. Vejamos a seguir as representações destes sobre drogas e violência.

4.3.3. Droga x Violência: possíveis relações

Conforme Da Agra (2008), para considerarmos a possibilidade de relação entre droga e violência, é necessário avaliar o fenômeno não de forma simples e linear, mas de maneira complexa e pluridimensional, como foram apresentadas duas vertentes para as possíveis relações, aquela focada no indivíduo e no tráfico.

No que diz respeito às dimensões do tráfico, é possível considerar a realidade social que interfere na sua organização violenta. Sabemos, como já discutido anteriormente, que o tráfico no Brasil se organiza de modo violento (ZALUAR, 2014). Assim, iremos ver adiante que a realidade apresentada por Cataguases não é muito diferente da brasileira. Aspectos econômicos, sociais e culturais interagem para a constituição do fenômeno. Conforme relatos dos técnicos da escola, os bairros cuja ocorrência do consumo e comércio de drogas é expressiva são aqueles localizados na periferia do município.

Entre os alunos da escola, já foi possível perceber uma cultura de violência, em que atitudes, como agressões físicas, agressões verbais, violência virtual, xingamentos, entre outros são naturalizadas entre ao público pesquisado. Estas características podem ter origem na cultura social e na cultura familiar, estando, portanto, o adolescente apenas reproduzindo algo apreendido no contexto familiar. Conforme Brochu (2006) e Da Agra (2008), o contexto tem papel relevante na construção de comportamentos.

Quando a droga é elemento constitutivo do cotidiano das pessoas, estas tendem a aprender o estilo de vida desviante do contexto de vida associado à droga.

Expostos sistematicamente aos comportamentos próprios da formação desviante consumo de drogas-delinquência, espontânea e normalmente o seu comportamento se vai estruturando segundo a lei que rege toda e qualquer aprendizagem social:

observação do modelo seguida de imitação. E no contato ativo e permanente com os adultos, as crianças e os adolescentes cedo aprendem a 'normalidade' do comportamento desviante (DA AGRA, 2008, p. 46).

Já conforme as dimensões da experiência individual, os adolescentes têm mais condições de atribuir causalidade para o fenômeno percebido. Pode ser que a relação estabelecida por estes com a violência não seja exclusivamente causada pela droga. Contudo, acredita-se que aqueles que estabeleceram relação têm fundamentos concretos da experiência para tal, podendo ser insuficientes nas justificativas científicas.

Para investigar as representações dos adolescentes e as possíveis relações entre drogas x violência, a pergunta foi elaborada com base nos aspectos: a) violência individual, entendendo esta como sendo aquela em que o indivíduo fica violento em função do consumo de droga; b) violência do tráfico, pressupondo que este se articula deste modo. Para tanto, perguntamos: do ponto de vista individual, existe relação entre drogas e violência? O tráfico tem alguma relação com a violência?

Nas respostas a seguir, será possível avaliar qual a representação dos adolescentes sobre o fenômeno. As respostas obtidas com o questionamento foram: "Sim", para aqueles que acham que existe relação entre drogas e violência; "Não", para aqueles que não acham que existe relação entre drogas x violência; "Não responderam", para aqueles que não quiseram expor sua percepção e "Depende", para aqueles que relativizaram a resposta.

No grupo de meninos e meninas, quando questionados sobre a existência da possibilidade de haver alguma relação entre drogas x violência, tomando por base o tráfico, cinco responderam "Sim", dizendo que o tráfico é violento e sete "Não opinaram". Tomando por base o indivíduo, cinco responderam "Sim", dois responderam "Depende" e cinco "Não opinaram". As perguntas provocaram exaltação na população entrevistada e fomentou um debate acalorado.

Com a palavra, os alunos:

"Acho que gera violência, porque a pessoa quando usa ela sai de si. Quem usa sai e não fica em seu estado normal". "Igual o álcool quando a pessoa ingere muito, a pessoa não fica em seu normal". "Quando a pessoa ingere muito é igual à droga o que diferencia é que ela te mata mais rápido ela é mais cara e dá efeito mais rápido" (EM3, MENINA)

"Eu acho que esse negócio de droga, a maioria das pessoas que usam, quando ela chega em casa ela bate nas pessoas, ela fica agressiva normalmente". "Acho assim, qualquer tipo de droga, mesmo se eu beber alguma coisa aqui, eu acho assim induz a violência mesmo.

Ela é agressiva verbalmente, eu acho que a droga, qualquer tipo de droga induz a violência mesmo” (EM2, MENINA).

Note que, nos dois relatos a cima, a violência individual é considerada a partir da mudança de comportamento do usuário, a qual afeta as relações interpessoais. Para avaliar se o consumo de uma substância provoca comportamento violento, é necessário considerar outras variáveis, como: característica da pessoa; personalidade; tipo de substância e os efeitos da substância (BROCHU, 2006). Como bem lembra Da Agra (2008), não é possível atribuir relação de causalidade linear.

“Tipo, no casco da cerveja não tem a foto de um acidente de coisas que aconteceram por causa da bebida, não tem” (EM7, MENINA). – Neste caso, a entrevistada se refere à ocorrência de violência no trânsito causada pela ingestão de bebida alcoólica. Aqui a adolescente já se refere a outro tipo de violência, nesse caso, aquela que afeta o trânsito.

Além da violência no trânsito causada pelo consumo de bebida alcoólica, também foi citada a violência patrimonial que acontece, na maioria das vezes, quando os dependentes químicos começam a dispor de bens para financiar seu consumo. Atente-se também para esta, pois é o terceiro tipo de violência que acomete ao patrimônio.

“Teve uma vez... que tinha um cara que mora lá na minha rua, ele casou há pouco tempo, a mulher dele ganhou um monte de coisa e ele trocou tudo a troco de droga” (EM5, MENINA).

A violência aquisitiva, abordada por Da Agra (2008), é muito comum entre usuários com baixo potencial aquisitivo ou restrito acesso a bens e recursos. Nestes casos, tanto o furto²⁸ como roubo²⁹ são possibilidades para aquisição e manutenção do consumo de drogas.

Para a população que respondeu “Depende”, a justificativa para o fato está embasada no princípio ativo da substância.

²⁸ Art. 155 - Subtrair para si ou para outrem coisa alheia móvel (BRASIL, 1940).

²⁹ Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante ameaça ou violência, ou depois de havê-la, por qualquer meio reduzi-lo a impossibilidade de resistência (BRASIL, 1940).

“Depende da droga. Cocaína é uma coisa que você pode usar e ficar chapado rápido, mas é uma coisa que você pode viciar. Se você vicia, quando a pessoa está viciada, ela não sabe o que faz” (EM6, MENINA).

Conforme Bergeron (2012), a droga atua no Sistema Nervoso Central alterando o funcionamento do organismo. As alterações variam conforme as características das substâncias: as depressoras deprimem a função do sistema nervoso; as estimulantes intensificam as atividades orgânicas e as perturbadoras alteram as funções normais do organismo. Algumas, devido ao potencial de modificação, alteram de modo acentuado o organismo. Vale destacar que cada organismo reage de um jeito em face da ação da droga, por isso não é possível defender que toda droga estabelece relação com a violência. Ela varia conforme ao tipo de substância consumida, características da personalidade do indivíduo, contexto, frequência do consumo etc (DA AGRA, 2008; BROCHU, 2006).

Ao considerar o tráfico, a violência aparece em decorrência de dívida do usuário com o comércio ilegal e violência no trânsito devido à direção perigosa ocasionada por perseguição policial.

“Lá tem pessoas que vendem drogas, aí as pessoas que compram e não querem pagar eles correm atrás deles com facão, machado. Um dia eu estava chegando na escola e não pude nem passar porque eles estavam correndo atrás de um garoto com um machado e enxada” (EM1, MENINO).

“As pessoas que vendem drogas, a maioria são com histórico de violência, são violentas; e... a maioria das pessoas que vendem não usam” (EM2, MENINA). – A garota tem interesse em mostrar que o traficante geralmente não faz o consumo.

“Lá na minha rua de vez em quando têm velozes e furiosos. Teve um dia que eles passaram correndo na minha rua, passaram na praça, na calçada, quase me atropelaram (EM7, MENINA). Acrescenta outra adolescente: “não; é porque teve um dia que os caras pegaram drogas lá em baixo. Aí a polícia estava lá em baixo esperando eles. Aí eles subiram correndo para o Ana Carrara. Esses caras tava de moto. Eles subiram em cima da pracinha, passaram na calçada da minha casa, quase entrou dentro do botequim” (EM5, MENINA).

No grupo citado anteriormente, foram mencionados três tipos de violência: comportamento agressivo, violência patrimonial e crime violento motivado por acerto de contas.

A criminalidade aquisitiva é uma das explicações encontradas por Da Agra (2008) para justificar o envolvimento do dependente químico com o crime. “Em situações que o estado de dependência é de tal ordem que quase anula as dimensões biopsicossociais do indivíduo, as características ambientais e os seus valores existenciais” (DA AGRA, 2008, p. 71).

O grupo com as meninas foi um pouco mais econômico para discutir possíveis relações entre drogas x violência. As respostas apresentadas foram as seguintes: tomando por base o tráfico, cinco responderam “Sim”, há relação, e dois “Não opinaram”; tomando por base o indivíduo, três responderam “Sim” e quatro “Não opinaram”. As respostas para o questionamento foram as seguintes:

“Acho que deixa a pessoa mais violenta” (G3, MENINA).

“Tem umas pessoas que usam e têm controle. Tem umas que não, a droga tira o controle da pessoa. Aí faz você fazer coisas... Aí chega no outro dia, você fica assim há... O que que eu fiz? Aí você agride as pessoas” (G6, MENINA).

“Agride o próprio amigo”! (G2, MENINA)

Novamente, o comportamento violento é apresentado por parte do público entrevistado. Neste caso, não houve relatos de outros tipos de violência no que tange aos aspectos individuais. Analisemos o tráfico:

Entrevistadora: E com relação ao tráfico, vocês veem alguma relação?

“Eu já vi violência de um grupo³⁰ aqui em Cataguases. Quando tem festa na rua, aí junta Guanabara e Taquara Preta” (G2, MENINA).

“Grupos ficam brigando na rua. Todo sábado tem briga na rua. Quando tem festa, aí vem um monte de gente correndo” (G1, MENINA).

“Aí tem bairro que não bate com outro, aí dá em briga, tiro” (G2, MENINA).

“No carnaval também teve tiroteio” (G3, MENINA).

As garotas estão se referindo aos casos ocorridos de brigas entre grupos rivais que, conforme citado por elas, têm ligação com o tráfico de drogas. Vale destacar que, a partir dos relatos, é possível supor, neste caso, que as gangues têm algo incomum, ou seja, a experiência com droga, contudo a motivação para a violência é a rivalidade entre os grupos.

³⁰ Termo usado para se referir a grupo grande.

Como já expressei anteriormente, o tráfico de drogas no Brasil é violento. Para Misse (2010), isso se deve às condições sociais a partir das quais os comércios se organizam e à maior ou menor competitividade e desigualdade daqueles que operam o mercado. A disponibilidade de armas também é outro fator que influencia na organização violenta. Tendo em vista a ilegalidade da atividade, as disputas de territórios e os acertos de contas são realizados pelos envolvidos na atividade a seu modo, ou seja, violento. Contudo, há de se considerar os aspectos individuais que levam a um comportamento violento.

Mais uma vez, no grupo dos meninos, também foi possível constatar o entendimento de que há ligação entre droga e violência. Contudo, este deu maior ênfase para a violência do ponto de vista individual, não deixando de considerar o tráfico violento.

As respostas foram as seguintes: Relação droga x violência considerando o indivíduo, quatro responderam “Sim”, dois disseram que “Não”, não há relação e um “Não opinou”; Relação droga x violência considerando o tráfico, três responderam “Sim”, um respondeu “Não” e três “Não responderam”.

Aqui, no caso da relação violência x indivíduo, os adolescentes dão destaque para o crime violento motivado para a obtenção de recursos que possibilitem manter o consumo da droga.

Entrevistadora: “Vocês estão falando de violência. Vocês acham que tem relação droga e violência?”

“Tem ué! A droga igual ele falou o crack faz a pessoa fazer a pessoa querer; a pessoa viciada faz pra ter” (H4, MENINO). – A intenção do adolescente é enfatizar que o dependente se envolve com o crime para manter seu consumo de droga. “Quem usa droga muda o comportamento geral, isso faz com que a pessoa fique mais agressiva (H1, MENINO).

Como o participante não considera a maconha droga, perguntou-se a ele: e a maconha?

“A maconha, assim... deixa a pessoa alegre, você fica rindo assim oh... eu vou falar porque eu já usei esse negócio já”. “Eu também já usei”! (H5, MENINO). “Aí dá muita fome” (H2, MENINO). Acrescenta H5: “sede”.

Entrevistadora: e ela faz ficar violento?

“Ela te alegra; você fica brincando, brincalhão assim oh” (H2, MENINO).

“Ou então você fica parado” (H5, MENINO).

“É, ou então você fica quietinho assim ué... aí você fica rindo. Aí chega em casa dá um sono. A pessoa quando quer emagrecer usa pedra, quando quer engordar usa maconha” (H2, MENINO).

O adolescente quer dizer que a maconha não provoca comportamentos violentos. Ele fala: “Só pó, crack” (H5, MENINO).

Entrevistadora: Agora vocês falaram da relação de quem usa a droga com a violência. E o tráfico vocês veem alguma relação com a violência?

“Não” (H5, MENINO).

“Eu acho que sim, porque você vê muita gente, no jornal, pessoa que não paga, aí o traficante vai e manda um matar ou ele mesmo vai e mata” (H1, MENINO).

“É; quando pegar ele mata” (H3, MENINO)

“Ou se não machuca ele” (H4, MENINO)

“Aqui acontece isso aí direto. Morre gente; some pessoa que nunca mais volta” (H3, MENINO).

Entrevistadora: Porque fica devendo?

“É. Tá morrendo gente aí direto” (H3, HOMEM).

Fica evidente que, além de achar que o tráfico é violento, os adolescentes participam indiretamente do cotidiano violento do tráfico, e, pelo que foi exposto, o crime violento é motivado pelo acerto de contas com aquele que ficou devendo ao traficante.

Misse (2011) cita as principais causas violentas no mercado ilícito brasileiro: 1) em função retaliação entre fornecedores e usuários e entre eles e o capitalizador local, tendo em vista a falta de pagamentos e atrasos. O mercado do varejo funciona num sistema de consignação permeado por situações de risco e desconfiança recíproca. Tendo em vista a não regulação do mercado, o recurso utilizado para controle e manutenção da atividade é a lógica retaliativa; 2) devido às disputas por territórios entre diferentes quadrilhas e enfrentamento da polícia que visa ao controle de acesso da clientela e 3) tendo em vista a presença, nos territórios, de policiais que oferecem armas e outras mercadorias políticas ao mercado do varejo. Neste caso, o autor declara:

A lógica violenta alimenta-se assim da sobreposição de dois mercados, um que oferece drogas e varejo baseado num precário sistema de consignação de vendas, outro que oferece armas e outras mercadorias políticas ao primeiro, retaliando com violência quando a extorsão não é aceita (MISSE, 2011, p.03).

No decorrer das apresentações, veremos que os entrevistados citaram a ocorrência destas três causas. Quando relatam ocorrência de disputas no município entre gangues por causa de droga: “eu já vi violência de um grupação aqui em Cataguases quando tem festa na rua, aí junta Guanabara, Taquara”... (G2, MENINA). Ao referirem à atuação policial nas periferias: “tem polícia que vê e não faz nada (MX3, MENINA). “Tem uns que vão e pegam dinheiro e vão embora” (MX1, MENINA). E quando citam a retaliação do tráfico por causa de dívidas: “tá morrendo gente aí direto” (H2, MENINO). Vejamos as representações do último grupo (conforme composição familiar).

Nele percebemos maior ênfase à violência ligada ao tráfico. Tomando por base os fatores individuais, quatro responderam “Depende” e três “Não opinaram”. Já com ênfase no tráfico, cinco responderam “Sim” e dois “Não opinaram”.

“Depende do efeito que causa na pessoa. Porque tem pessoas que não são agressivas e tem pessoas que são agressivas. Varia, depende do efeito que a droga causa em você” (MX5, MENINO).

Os bairros Guanabara, Taquara Preta, Leonardo e Ana Carrara foram lembrados quando discutimos a questão da relação entre droga e violência: “existe, se eles não pagarem, matam” (MX1, MENINA). “Tem umas pessoas que têm família, eles falam que vão matar o filho, a mãe, essas coisas” (MX3, MENINA). “Ou sequestram” (MX5, MENINA).

Em função do exposto, fica evidente que, para os adolescentes investigados, há relação direta entre droga x violência, tomando por base o tráfico, assim como o indivíduo. A grande maioria dos participantes que contribuiu com suas percepções enfatiza total relação do tráfico com a violência.

O fato apresentado na pesquisa empírica já havia sido apresentado nos referenciais teóricos, que apontavam para a consolidação da relação, principalmente no que diz respeito à atuação do tráfico. Percebemos, na prática, a certificação do enunciado teórico. No que tange aos aspectos individuais, também não houve surpresa com os dados encontrados. Nota-se que, na prática, o enunciado, tomando como base de referência a teoria de causalidade (GOLDSTEIN, 1985), apresenta relação direta entre consumo de drogas e violência. Há aqueles que visualizam a relação de causalidade e outros que relativizaram o fato, considerando a variedade de fenômenos que podem interferir no ajustamento violento (DA

AGRA, 2008; BROCHU, 2006), como aqueles citados por alguns participantes (personalidade, problemas emocionais etc).

As representações apresentadas neste eixo podem ser expressas graficamente da seguinte forma:

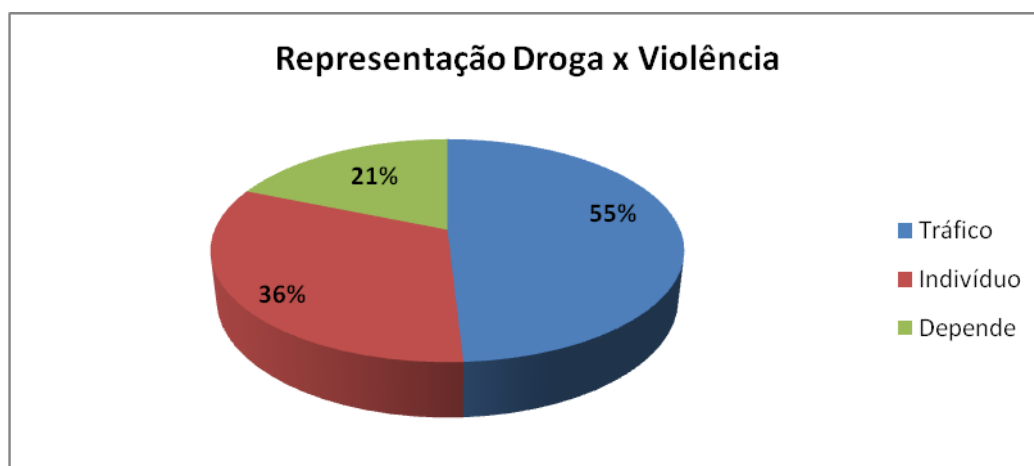


Gráfico 9 – Distribuição de representações conforme relação drogas x violência

No gráfico acima, a variável “depende” se refere à relação droga x indivíduo.

As representações dos entrevistados sobre droga x violência, considerando o tráfico como base de análise, imperam sobre as demais. O fato deve-se à falta de regulação da atividade, levando esta a organizar-se de modo violento. Em Cataguases, a realidade não se distancia daquela apresentada em todo o território brasileiro. A ausência do Estado na regulação da atividade dá margens para o sistema organizar-se de modo violento. Em contrapartida, a presença de agentes estatais orientados pela política repressiva e proibicionista também contribui para a elevação significativa da violência. O consumo de drogas deve ser tratado não apenas como um problema de saúde, mas também econômico, social, político etc.

É possível considerar os danos individuais em face do consumo, podendo até mesmo identificar, em alguns casos, a droga como uma das responsáveis pelo desencadeamento do comportamento violento. Contudo, não podemos ficar restritos à explicação reducionista de que ela é a única responsável pela ocorrência do fenômeno. Como a todo o momento citamos aqui as perspectivas de Brochu (2006) e Da Agra (2008), é necessário considerar a diversidade de fatores que interagem para a consolidação da violência.

A violência não está restrita aos efeitos que as substâncias desencadeiam nos indivíduos, mas também aos efeitos que a falta de regulação de mercado desencadeia na população, aos efeitos das insuficientes políticas sociais na redução das disparidades, aos efeitos do baixo desenvolvimento educacional, aos efeitos da falta de qualidade e acesso a saúde, entre outros.

Em função do exposto, podemos afirmar que a população é violentada em decorrência da realidade a que se apresenta e em decorrência também: da perda da liberdade de ir e vir; da ocorrência de crimes; de disputas entre as quadrilhas; da ação de agentes estatais; da falta de política que trate o problema de modo efetivo; enfim, de uma infinidade de situações que evidencia a complexidade do problema.

4.3.4. Políticas e ações de prevenção ao uso de droga

Em virtude desta pesquisa ser parte da pesquisa “Diagnóstico, prevenção e capacidade no enfrentamento na violência na escola da Zona da Mata Mineira” optou-se por abordar a temática para conhecer as percepções dos alunos das políticas desenvolvidas ligadas a prevenção de drogas e oferecer subsídios para o desenvolvimento da pesquisa citada anteriormente no que tange as políticas e ações de prevenção ao uso indevido de drogas.

Uma vez que, no segundo capítulo, já foi apresentada a atual política de drogas brasileira, seus princípios, objetivos, regulação do crime, entre outros, devemos, nesta seção, ater-nos às medidas previstas na lei, principalmente as medidas de prevenção no que couber. Contudo, vale recapitular a orientação dada pela política em alguns casos.

A atual política de drogas brasileira, referendada pela Lei nº 11.343/06, propõe ações de prevenção ao uso indevido de drogas, tendo como objetivo a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco para promoção e fortalecimento dos fatores de proteção.

A lei propõe, ainda, maior rigor e controle da produção e comércio de drogas, prevendo medidas diferenciadas para o tratamento do usuário e traficante, entretanto deixa a cargo do judiciário a interpretação para a qualificação deste (BRASIL, 2006). As estratégias previstas para o usuário que portar a droga em desacordo com a lei são: advertência, medidas educativas e prestação de serviço à comunidade. Uma das estratégias previstas para o indivíduo que já tem o vício instalado é a internação.

Considerando as relações entre indivíduo e droga, podemos distinguir três tipos de estratégias: 1) diminuir a oferta do produto; 2) diminuir a demanda por parte do usuário e 3) interferir nas circunstâncias favorecedoras da oferta e procura. As ações articuladas na

primeira estratégia são: repressão ao cultivo, à produção e à comercialização do produto. No segundo caso, as estratégias desenvolvidas são direcionadas para a informação que visa à conscientização do indivíduo. Já no terceiro caso, as estratégias são para a mudança estrutural no contexto onde a saúde é produzida e reproduzida (MOREIRA, et. al., 2006).

As estratégias desenvolvidas pela escola são aquelas que têm caráter pedagógico. Elas podem ser pautadas no amedrontamento moral, cujas ações são de transmissão de informação, de forma a promover o aprendizado de modo passivo, “treinando” o indivíduo a resistir. Tendo em vista as ações desenvolvidas, talvez aquela que venha a proporcionar melhores resultados deva ser pautada nos princípios da “Sociologia da Experiência” de Dubet (1994).

Para o autor, a experiência social é um modo de construir de maneira subjetiva e cognitiva o mundo social. Se incluirmos, na experiência social dos adolescentes, práticas informativas construtivas, a partir de suas próprias experiências, poderemos favorecer a construção subjetiva dos aspectos positivos e negativos do consumo e comércio de droga. Assim, o adolescente torna-se capaz de fazer escolhas conscientes frente ao fenômeno.

Optou-se por recapitular as orientações da lei, devido ao fato de os alunos terem se posicionado criticamente sobre as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

Para conhecer as representações em relação ao assunto, foram elaboradas as seguintes perguntas: quais ações e políticas para prevenir o uso de drogas que os adolescentes conhecem? O que eles pensam sobre as medidas? Quais estratégias consideram relevantes para prevenção?

Devido à grande repercussão da temática, surgiram outros assuntos ligados ao tema, sobre o papel da família e da escola na prevenção e a suficiência de informação dos pais. Vejamos as percepções dos entrevistados.

a) Ações e políticas conhecidas

Os grupos destacaram uma gama de ações existentes, porém deram maior ênfase para as ações desenvolvidas na escola. Vinte e cinco por cento (25%) palestras; dezoito por cento (18%) repressão policial; dezoito por cento (18%) Programa da Polícia Militar PROERD; dezenove por cento (19%) Política de Redução do Consumo de Cigarro; seis por cento (6%) Política de inibição do consumo a condutores de automóveis; onze por cento (11%) “Não opinaram”; três por cento (3%) “Nunca viu”.

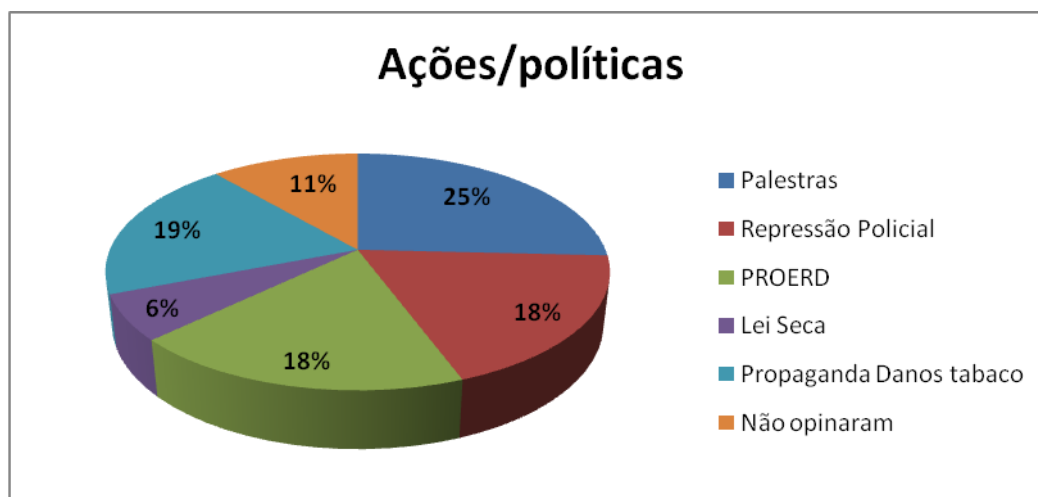


Gráfico 10 – Distribuição de ações e políticas conhecidas

As estratégias desenvolvidas para reduzir o consumo de cigarro e proibir o consumo de bebida alcoólica no trânsito foram lembradas. O grupo que mencionou estas ações se posicionou até criticamente frente à inexistência da mesma medida utilizada para o cigarro e também para a cerveja.

“Atrás do maço tem o que é que causa. Sempre tem anúncio na televisão álcool cerveja, se beber não dirija” (EM2, MENINA).

A lei nº 12.770/12, conhecida vulgarmente com “Lei Seca”, propõe alterações no código de trânsito, no que se refere ao condutor que dirige sob efeito de álcool. As punições reguladas no art. 306 são para os casos que apresentam: “I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora” (BRASIL, 2012).

Conforme a lei nº 9.294/96, os produtos derivados ou não à base de tabaco (cigarro, cachimbo, charuto, e outros) devem conter advertências, sempre que possível, e informações dos malefícios causados no organismo (BRASIL, 1996).

Outras estratégias locais também foram citadas, como: ações desenvolvidas pela escola, palestras e atuação repressiva policial. “Aqui dentro da escola tem muita palestra” (G6, MENINA). O PROERD foi lembrado pelos participantes, mas não houve relatos sobre o programa. Os alunos apenas citaram a atividade.

“E também de vez em quando tem polícia” (G3, MENINA). “A polícia fica passando lá na rua, pra ver se tem alguém fumando. Tem polícia que vê e não faz nada” (MX3, MENINA).

A ação policial é mencionada com certa crítica por parte de alguns adolescentes. No caso acima, a adolescente se queixa da falta de ação policial. Uma das participantes do grupo acrescenta: “Eu não sei se tem alguma ação que eu nunca vi. Eu nunca vi nenhuma ação contra isso. Política deve existir, mas eu nunca vi” (MX5, MENINA). Outra relata ainda: “Tem uns que vão e pegam dinheiro e vão embora” (MX1, MENINA).

Devido à falta de regulação de mercado, a ilegalidade torna-se um problema, já que não há controle sobre as mercadorias (KARAM, 2014). Ao visarem ao controle dos pontos de venda do varejo para garantir o monopólio da venda e sobre o lucro, tendo em vista a falta de regulação do Estado, algumas milícias se organizam com o intuito de obter benefícios e vantagens da atividade ilegal. O último relato refere-se a uma dessas situações que compõem o cenário da droga no Brasil.

Além da crítica da ação policial, surge também um comentário em tom de crítica de uma adolescente sobre a regulação da quantidade de substância entorpecente considerada para o consumo próprio ou não. “Se você tiver com maconha, com 25 gramas você não é preso, que é para consumo próprio” (MX1, MENINA).

Neste caso, a adolescente é a favor da repressão e se coloca contra a possibilidade de o indivíduo portar a droga, para consumo próprio, e não ser punido. Aqui cabe o que já foi exposto anteriormente. Como a lei estabelece medidas abstratas para diferenciar o usuário do traficante, fica a cargo do judiciário tal interpretação.

Em suma, foram estas as ações apresentadas pelos adolescentes, vejamos agora o que eles pensam sobre as políticas existentes.

b) O que os adolescentes acham sobre as ações e políticas existentes

Num segundo momento, investigamos o que os adolescentes pensam sobre as medidas já existentes. Novamente, alguns participantes se colocam criticamente em face de algumas medidas. No grupo de meninos e meninas, alguns participantes consideram haver muita preocupação com as drogas ilícitas e pouca com as lícitas.

“A gente conhece as drogas que não são lícitas, e deixam de falar um pouco mais das drogas lícitas o que elas causam em você. Eu acho que tem que melhorar bastante” (EM7, MENINA).

“Eu acho que tinha que ser mais rígida. Igual esse negócio de vender bebida para menor de idade. Um monte de lugar vende. Tem bares ali no Granjaria que é o ponto para jovem comprar. É só ter dinheiro que você consegue comprar” (EM3, MENINA).

Recentemente, em 17 de Março de 2015, foi sancionada, pela presidenta Dilma Rousseff, a criminalização da venda de bebidas alcoólicas a menor de 18 anos. Conforme a Lei ° 13.106/15, quem praticar a conduta ficará sujeito à detenção de dois a quatro anos, mais multa. Essa medida poderá alterar a realidade vivida pelos adolescentes no município de Cataguases, no que concerne ao livre acesso à bebida alcoólica.

Retomando a exposição das representações, no grupo com as meninas, houve questionamento sobre as medidas restritivas de liberdade, principalmente aquelas oferecidas para o tratamento do dependente químico.

“Eu sou contra você pegar e querer obrigar. Igual à polícia, às vezes pega a pessoa que usa e leva presa. E, quê que tem, a pessoa está só usando! A pessoa não precisa ser presa. Ela precisa de tratamento. Isso aí eu acho errado. Quer prender... prende quem está vendendo. Mas, agora, eu só contra isso, pegar e prender a pessoa que só tá usando” (G6, MENINA).

Vale destacar que talvez, por falta de informação, a adolescente fez uma colocação errônea em relação à falta de diferenciação entre o usuário e traficante. É possível até que ela saiba da sua existência e expõe de modo crítico a insuficiência de parâmetros para tal caracterização. Sabemos que a lei nº 13.43/06 dá brechas para interpretações calcadas em julgamento moral, contudo não podemos afirmar que não há diferenciação entre usuário e traficante.

De acordo com a colocação anterior de “G6”, acrescenta uma colega: “Mas é porque é uma coisa proibida” (G1, MENINA). Ela quer dizer que a polícia prende devido ao fato de ser proibido.

“É uma coisa proibida, mas ela não tem que ser presa. Ela tem que ser tratada. Porque se ela for presa, amanhã ou depois, ela vai sair da cadeia e vai fazer de novo. Se bobear vai usar mais ainda do que já usava. Tem que mandar para uma clínica para ser tratada” (G6, MENINA).

Para o caso acima, três participantes do grupo com meninas propõem a internação como medida viável para o tratamento. Contudo, como nosso foco não é esse, deixaremos para investigar sobre isso em outro momento.

Apresentaremos a seguir as propostas apresentadas pelos adolescentes para a prevenção ao uso indevido de drogas. Note que as estratégias visam desde à intervenção, voltada para a redução de demanda, até à redução de oferta

Percebemos a tendência dos adolescentes em dar maior ênfase às estratégias repressivas. Isso se deve ao fato de as representações serem construídas a partir de enunciados médicos jurídicos. A propensão é a reprodução do discurso apreendido. Desse modo, quando o consumo não é tratado como doença, ele é entendido como violação.

c) Proposta de ações para prevenção do uso indevido de drogas

Dentre as propostas apresentadas para prevenir o consumo de drogas entre jovens, está a educação de crianças e adolescentes sobre substância psicoativa. Acreditamos que a abertura ao diálogo sobre o tema pode promover posicionamento crítico sobre o assunto e assim interferir na experiência social do adolescente. Isso não quer dizer que a informação evitara a exposição do adolescente ao consumo ou tráfico, mas poderá ajudá-lo a fazer escolhas mais conscientes no decorrer de sua trajetória.

No entanto, existem diferentes estratégias que visam à inibição ao consumo (MOREIRA, et. al., 2006). Tendo em vista que a adolescência é uma fase de experimentação em que é comum o investimento em situações desconhecidas, eles acabam estando mais expostos à experimentação e ao consumo de drogas (DA AGRA, 2008; BROCHU, 2006). Não é possível afirmar que não haverá consumo entre os jovens, nem devemos naturalizar que todo adolescente irá consumir drogas, devido a sua fase de experimentação. Tratar a situação como uma possibilidade que tem chance ou não de vir a acontecer e, com base nisso, desenvolver estratégias interventivas é a melhor solução.

Concordamos com o posicionamento de alguns dos entrevistados ao defender a necessidade de haver intervenções desde cedo, ou seja, a partir do momento em que a criança ou o adolescente já consiga compreender questões relativas ao consumo de substâncias psicoativas.

Quatro adolescentes do grupo com meninas e meninos enfatizaram a necessidade de transmitir a informação sobre drogas desde cedo, acreditando assim alcançar maior efetividade na prevenção.

“Eu acho que é desde pequeno. Você vendo por repetição, você sempre lembra” (EM3, MENINA).

“Desde pequeno você tem que ter a informação do que a droga pode lhe proporcionar” (EM1, MENINO).

Apesar de haver uma parte dos entrevistados que concordaram com intervenção junto a adolescentes desde cedo, outros mostraram que a orientação não é garantia de prevenção ao envolvimento com entorpecentes.

“Você tem um monte de pessoas que desde pequena tinha a instrução dos pais e viraram um viciado, imagina quem não tem” (EM3, MENINA).

Realmente, o fato de haver orientação desde o momento em que a criança tenha capacidade de entendimento sobre a situação não poderá impedir o seu engajamento em uma trajetória desviante. Até porque devemos lembrar-nos da capacidade subjetiva de cada indivíduo de dar significado à sua própria história (DUBET, 1994) podendo, assim, construir uma trajetória desviante.

Referente ao desenvolvimento das medidas a família e a escola foram consideradas importantes na sua concretização. Contudo, sabe-se que muitos pais são limitados em relação ao assunto, seja em função da dificuldade de acesso à informação, ao baixo nível intelectual ou à incapacidade para realizar orientação. Em algumas situações, o próprio responsável tem problemas com o vício da droga.

Para Da Agra (2008), no contato interativo e permanente de adultos (desviantes) com crianças e adolescentes, o desvio pode ser apreendido com normalidade, tornando um risco para estruturação precoce de trajetória de vida desviante. “Os estilos desviantes são ecologicamente potenciados” (DA AGRA, 2008, p. 46).

Tendo em vista a incapacidade de alguns pais, abre-se o debate de quem deve ser o papel de transmitir informação.

“Eu acho que quem tem que ensinar é os pais, porque são eles que estão sempre com você” (EM10, MENINA).

“Eu acho que não é só obrigação dos pais. Da escola também” (EM11, MENINA).

“Eu acho que tem escutar na escola, pois tem lares que os pais não ensinam muitas coisas” (EM9, MENINA).

Além da limitação dos pais, devido ao seu envolvimento com a droga, devemos lembrar que muitos não têm informação suficiente sobre o assunto e nem capacidade cognitiva para promover uma “discussão”. Nesta situação, a escola tem papel preponderante na educação dos adolescentes. Sabemos que a responsabilidade de educar não é só da escola, mas também das famílias, porém, quando a família não oferece condições de formar jovens cidadãos, a escola deve assumir esse papel. O que queremos defender na passagem anterior é: se a família não tem condições de orientar sobre as drogas, caberá à escola realizar isso.

No grupo com os meninos e no grupo organizado conforme composição familiar, alguns adolescentes relataram que a aprendizagem sobre assunto aconteceu por meio de palestras e programas desenvolvidos pela escola em que estávamos realizando a pesquisa. Outro modo de aprendizagem sucedeu conversando com a família. Eles citaram ainda o que aprenderam sobre o assunto: assistindo a filme e desenho; pesquisando na internet; participando da experiência de terceiros, seja na família ou na comunidade; e assistindo a programas de televisão.

As medidas sugeridas pelos adolescentes visando à prevenção foram: 10% intervenção da escola, com palestras e programas; 21% intervenção da família, através do diálogo; 18% liberação da maconha; 3% proibir o cigarro; e 3% proibir todo tipo de consumo.

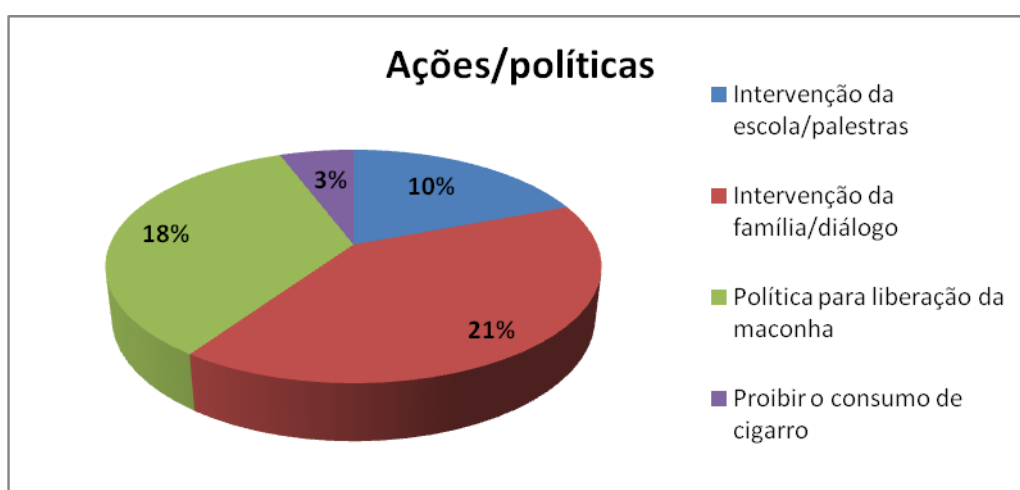


Gráfico 11 - Distribuição de ações sugeridas para a prevenção do consumo de drogas

Alguns dos adolescentes acham que as estratégias adotadas têm que ser mais rígidas. Anteriormente vemos até como sugestão a proibição do consumo de cigarro e de todo tipo de droga.

“Eu acho que tinha que ser mais rígida. Igual esse negócio de vender bebida para menor de idade. Um monte de lugar vende. Tem bares ali no Granjaria que é o ponto para jovem comprar. É só ter dinheiro que você consegue comprar” (EM3, MENINA).

Acredita-se que a repressão pura e simples não é a melhor medida para tratar o problema. Para Karam (2014), a proibição não é apenas uma política falida, ela é muito mais que isso, pois adiciona danos muitos mais graves. O dano mais dramático da proibição é a violência. Para a autora, não são as drogas que causam violência, mas sim a própria proibição. “A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas” (KARAM, 2014, p.163).

Paulo Fraga, numa exposição sobre o assunto, em sala de aula, afirma que a melhor medida para tratar o problema é a regulação de mercado, visando reduzir a demanda e a oferta dos produtos ilícitos. Em relação às drogas lícitas, algumas medidas já têm sido desenvolvidas e têm alcançado importantes resultados.

É preciso pôr fim a essa falida e danosa política que, além de não funcionar em sua inviável pretensão de salvar as pessoas de si mesmas e construir um inviável mundo sem drogas, produz demasiada violência, demasiada mortes, demasiadas prisões, demasiadas doenças. É preciso legalizar e conseqüentemente regular a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas (SALO DE CARVALHO, 2010, p. 172).

Contrários à proposta anterior de recrudescimento, alguns adolescentes entrevistados propuseram a legalização da maconha. No grupo com os meninos, foi sugerida a legalização da maconha e a proibição do cigarro, uma vez que, para eles, o cigarro provoca maior dano à saúde.

“Estão falando que vão liberar a maconha no Brasil. Se liberar a maconha, aí não vai ter essas coisas mais, pedra... Aí o pessoal vai comprar só maconha só” (H3, MENINO).

Entrevistadora: Você acha que a liberação pode ajudar?

“Pode ajudar na diminuição do tráfico” (H1, MENINO). Igual tem gente falando que se legalizar qualquer um vai poder comprar. Mas, se eu sei onde que vende? Se eu quiser comprar eu vou. Eu não preciso ir numa padaria para comprar maconha. Hoje se eu quiser

comprar a droga eu compro. Eu acho que questão de vender em qualquer lugar não vai fazer diferença pra pessoa comprar. Eu acho que poderia fazer uma Lei de menor de idade” (H1, MENINO).

Entrevistadora: Igual é o álcool?

“É igual é o álcool. Ele não pode comprar... e vende em qualquer lugar. Tem lugar que vende para menor, mas é proibido. Se a polícia pegar aí vai prezo” (H1, MENINO).

Uma questão importante a ser pensada no que diz respeito à liberação da maconha é que não vai ser a liberação que irá acabar com os problemas desencadeados pelo consumo e comércio de drogas. A questão está muito além da pura e simples legalização. Até mesmo a questão da regulação não é tão simples assim, pois irá mexer com questões culturais. Conforme podemos concluir com as considerações de Misse (2007), a ilegalidade está enraizada na cultura brasileira, porém nem todas provocam a mesma reação moral, como no caso do fenômeno da droga. Se atualmente vemos a regulação como possibilidade para o “tratamento” do problema, amanhã pode ser que nossa posição seja contrária à atual. Contudo, acredita-se que, para haver qualquer tipo de mudança no que tange à legalização, devem ser desenvolvidas concomitantemente políticas econômicas, sociais, culturais e outras. A pergunta é: será que o país está preparado para isso?

Estamos certos de uma coisa. Assim como a proibição dessas drogas, ou seja, a colocação delas no plano da ilegalidade ocorreu através de convenções internacionais, também o movimento de descriminalização deve vir de convenções internacionais (MISSE, 2010).

Retomamos os relatos para continuar conhecendo as representações dos entrevistados sobre o assunto:

“Se liberasse algumas drogas, mas cortassem outras? Vão supor; o cigarro faz mal fumar, e a maconha não faz tanto mal assim quanto o cigarro, ou seja pode muito bem, tirar o cigarro e colocar a maconha. É algo a menos que estraga a vida de você. E as pessoas usam demais isso, porque em tudo quanto é lugar você acha fácil (MX5, MENINO).

“Tipo tem um lugar lá nos Estados Unidos que a maconha é liberada. Tem até uma loja pra comprar, só que são pra tratar doença. Aí tem umas que é pra comprar mesmo pro uso” (MX3, MENINA).

“Em vários países já é legalizado até porque a maconha pode ser usada até para remédio” (MX6, MENINA).

Em relação ao que se apresenta sobre o uso da maconha, destacamos estar crescendo nos últimos o número de pesquisas referentes ao potencial curativo presente nas substâncias da *cannabis sativa*. Segundo o jornal Gazeta do Povo, de 18 de novembro de 2012, o uso da droga já é permitido em 19 estados dos Estados Unidos (SCOZ, 2012).

No Brasil, o debate tem se intensificado em virtude de ser necessário tratar transtornos com medicamentos à base de substâncias derivadas da maconha. A matéria apresentada pela Veja, em 14 de janeiro de 2015, informa que a Anvisa autorizou o uso do *canabidiol* – substância derivada da *cannabis sativa* –, passando ele a integrar a lista de medicamentos aprovados para uso terapêutico, porém sujeito a controle (VEJA, 2015).

Contudo, ainda há muita resistência em face da legalização da maconha, devido à falta de argumentações que justifiquem a liberação de algumas drogas e a proibição de outras, já que qualquer uma delas consumida em excesso pode provocar danos à saúde, à vida social, econômica, entre outros.

“Eu não concordo em legalizar a maconha, mas também eu não concordo em algumas drogas serem liberadas e outras não. Aí, num sei né, mas eu acho que tinha que cortar tudo. O quê que adianta poder beber, fumar cigarro e outras coisas e as outras coisas não”? (MX1, MENINA).

As resistências não são só devido à falta de parâmetros para regulamentação do consumo, mas também em virtude da falta de estrutura na saúde, na política, na economia, no social e outras. Percebe-se que o país ainda não tem bases sólidas que ofereçam condições para a legalização. Como bem lembra Misse (2010), essa proposta tende a ser ainda muita discutida e, para que venha a acontecer algum movimento neste sentido, deverá haver articulação de diferentes países, assim como houve para reprimir o consumo.

Para encerrar a discussão, é relevante a opinião de Salo de Carvalho (2010) em face das resistências que devem ser rompidas para transpor a lógica punitivista das medidas previstas em lei.

A primeira refere-se aos binômios usuário-dependente e dependente-delinquente. Isto porque cada pessoa estabelece um tipo de relação com os diferentes tipos de droga, portanto não é possível estabelecer padrões de comportamentos ou nexos de causalidade, como pode ser visto na lei (SALO DE CARVALHO, 2010). Como destaca Brochu (2006) e Da Agra (2008), as interações individuais e culturais com a droga são complexas, construídas a partir

de vários fatores que interagem entre si. Por isso não podem ser avaliadas conforme um padrão estabelecido; “[...] as simplificações em busca de fórmulas resolutivas invariavelmente produzem mais danos que os riscos derivados do consumo de entorpecentes” (SALO DE CARVALHO, 2010, p. 185).

A segunda questão citada pelo autor critica, em termos de punição ou tratamento, as características severas da prática punitiva e reforça o estímulo ao diálogo, ao espaço de escuta e a fala, ou seja, estratégias próprias da política de redução de danos. Estas políticas “avançam na criação de espaço de diálogos que rompem com o modelo punitivo hierarquizado próprio das práticas das agências punitivas” (SALO DE CARVALHO, 2010). A lógica da redução de danos propõe a horizontalidade devido ao fato de as estratégias envolverem a participação ativa dos usuários do programa.

O terceiro aspecto citado propõe a transposição do proibicionismo moralizador e postura ética de respeito à condição do outro frente a suas escolhas, calcadas em seus valores morais, seja pelo consumo, pela estratégia que se propõe a investir na redução ou, até mesmo, pela escolha de não se investir na redução.

A quarta questão, considerada mais problemática e de difícil superação, estabelecida pelo autor, está relacionada à aceitação do prazer em consumir a droga. Apesar de provocar danos individuais, é importante respeitar a escolha pelo consumo por parte usuário.

Tendo em vista os aspectos apresentados, apesar de as políticas voltadas para drogas lícitas e ilícitas terem evoluído consideravelmente para práticas horizontais, a população investigada espera ainda por mais mudanças.

Entende-se que, para ocorrência dessas políticas, é necessário haver modificações no campo estrutural do fenômeno. Desse modo, elas não devem estar restritas à legalização ou à regulação de mercado, mas também contemplar aspectos de desenvolvimento econômico, social, educacional, entre outros.

4.4. Síntese

O presente capítulo visou apresentar as representações dos adolescentes sobre drogas e promover análise do conteúdo correlacionando-a com perspectivas teóricas que abordam o assunto.

Em função de ter sido escolhida a metodologia de análise interacionista apresentada por Brochu (2006) e Da Agra (2008), tornou-se necessário compreender, sob vários ângulos, o universo investigado. Desse modo, o primeiro passo foi caracterizá-lo considerando a

população territorial, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento humano, a educação e o índice de pobreza.

Com base nestas informações, vimos que Cataguases, quando comparada a outros municípios com realidades próximas da sua, possui relevante desenvolvimento econômico e social, entretanto não muito diferente ao que se apresenta na região.

Devido à falta de informação sobre o fenômeno da droga em Cataguases e na região, buscamos caracterizar a tendência do fenômeno no estado, pautando-nos no estudo realizado na capital. Vimos que o consumo de substância psicoativa é recorrente entre adolescentes, sendo as drogas lícitas mais consumidas (CEBRID, 2010).

Após a compreensão das variáveis, partimos para a caracterização do universo investigado, definindo o perfil da cidade, da escola e dos alunos. Buscamos descrever também a percepção dos discentes sobre a escola e a relação da pesquisadora com o universo investigado.

Por fim, apresentamos as representações dos adolescentes sobre informação, experiência (direta e indireta), relação drogas x violência e políticas e ações desenvolvidas.

CONCLUSÃO

Entre os adolescentes, o evento da droga também é pensado como uma questão de justiça e saúde pública. Os enunciados médicos e jurídicos são base para o discurso sobre entorpecentes. Estes, por sua vez, são construídos a partir de valores e preceitos morais que propõem medidas repressivas e proibicionistas.

Qualificamos as orientações como reducionistas, uma vez que, na maioria das vezes, elas abordam um aspecto a ser tratado, como, por exemplo, o controle do consumo e comércio de drogas.

Porém, em virtude da complexidade do evento, não é possível reduzir a explicação à análise de um único elemento. As variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais, assim como características individuais, devem ser consideradas concomitantemente de modo a descobrir relevância de cada fator na determinação de cada evento.

Os debates articulados em torno das relações entre drogas e violência evidenciam que a violência é consequência da política proibicionista (KARAM, 2014), pois leva o mercado ilícito a se organizar de modo violento para manter sua hegemonia e poderio econômico.

Concordamos que a falta de regulação contribui para a organização de um mercado violento. Contudo, não podemos reduzir tal explicação à falta de regulação de mercado, pois estaríamos cometendo o mesmo erro das perspectivas que se fundamentam na causalidade, as quais atribuem relação linear entre drogas e violência. A falta de regulação é um dos motivos que contribuem para a qualificação do evento como violento, mas não é o único.

No que diz respeito ao mercado ilícito, a variável econômica é um dos fatores intervenientes na ocorrência de violência e crime. Devido à desigualdade social existente em nosso país e a discrepante distribuição de renda, uns possuem maior poder aquisitivo enquanto outros se encontram em completo estado de miserabilidade. Sendo assim, o mercado ilícito torna-se atrativo para as camadas mais pobres, como meio para ganho de dinheiro fácil, proporcionando o consumismo, estimulado pelo capitalismo, com a aquisição de bens e serviços. O mercado ilícito acaba sendo uma “ótima” fonte para reduzir as discrepâncias econômicas entre as camadas sociais do país.

Damos especial atenção às camadas mais pobres, não porque entendemos serem elas responsáveis pela caracterização do cenário onde impera a violência. Não é a pobreza que leva à violência. Acreditamos que a desigualdade social pode ser decisiva na investidora em uma atividade desviante. E isso justifica, dentre outras explicações, o fato de o tráfico de

entorpecentes ser mais atuante nas periferias. Há elevada disponibilidade de mão de obra nestes territórios.

A violência pode ainda ser discutida a partir do ponto de vista individual. No que tange a esse aspecto, não é possível considerar que todo consumo de drogas leva à violência, mas que algumas manifestações violentas são desencadeadas pelo consumo de substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Para considerar tal aspecto, é necessário fazer análise dos elementos que interagem para a consolidação da violência. Dentre as variáveis destacadas, do ponto de vista individual, estão a personalidade do usuário, o tipo de substância consumida e o padrão de consumo (BROCHU, 2006). Sem a análise destas variáveis, não é possível qualificar algum tipo de ligação.

O debate promovido por Karam (2014) argumenta que os maiores prejuízos causados pelo evento da droga são de ordem política, não individual. Acrescentaríamos ainda implicações de ordem social e cultural. As estratégias propostas para intervir no evento visam à repressão e ao controle do consumo, comércio e produção de drogas.

Acreditamos que, antes de propor alguma solução para o fenômeno, é necessário fazer análise sociológica da situação. Desse modo, vimos que o discurso dominante não está restrito à realidade brasileira, sendo tendência mundial a perspectiva proibicionista, principalmente entre os países signatários. Por isso, entendemos que a reconfiguração do discurso deve ocorrer a nível internacional, como propôs Misse (2010).

As estratégias devem ser construídas a partir da realidade na qual se pretende intervir. Nesse quesito, é primordial considerar a cultura local. Os resultados da pesquisa com adolescentes em Cataguases poderão contribuir para o estabelecimento de estratégias naquela localidade.

O consumo e o comércio de drogas fazem parte do cotidiano dos alunos da escola, tendo em vista o *movimento* ocorrido na praça. Conforme os relatos, os alunos convivem tanto com o consumo como com o tráfico. O *movimento*, por sua vez, é bem representativo na localidade, interferindo na vida da comunidade. Ele é uma das maiores queixas dos alunos e da direção da escola, pois afeta diretamente a vida diária dos alunos.

Devido à vulnerabilidade da região em virtude da articulação do mercado ilegal e a ocorrência de crime e violência, as atividades extracurriculares são restritas a horários em que o *movimento* é menor. Esta foi a estratégia encontrada pela direção para evitar a exposição dos alunos às situações de risco.

A cidade de Cataguases enfrenta os mesmos problemas que os grandes centros urbanos brasileiros, no que diz respeito às manifestações da droga e da violência. Desse modo, as preocupações giram em torno do consumo abusivo e da manifestação da violência, assim como da ocorrência de crimes, ambos ligados ao tráfico.

Sabemos que o fenômeno da droga é global, diferenciando-se conforme os hábitos culturais de cada povo, pois o consumo pode ter fins ritualísticos ou ser realizado pela simples intenção de obter prazer. O tipo de substância consumida e o modo como é consumido também vai variar de uma cultura para a outra (LABATE *et.al.*, 2008). Na Europa, o consumo da substância sintética, como Ecstasy e LSD, é muito mais significativo do que no Brasil. Sendo neste mais comum, dentre as substâncias ilícitas, o consumo de maconha e cocaína.

No Brasil, um problema enfrentado que se associa ao mercado de drogas é a ocorrência de crimes e violência. A atividade organiza-se de modo violento, devido à falta de regulação do mercado, de modo a intervir nas experiências daqueles envolvidos diretamente com o evento e de outros indiretamente, como acontece com a comunidade escolar investigada.

Tendo em vista as características culturais de consumo e comércio de substâncias psicoativas, a realidade apresentada no município de Cataguases não se distancia da nacional. Acredita-se que há certa diferenciação de consumo compatível com os padrões culturais daquele lugar. Os fatores locais e regionais ligados às variáveis sociodemográficas exercem influência nos padrões de consumo das substâncias.

Conforme análise de Ferreira *et. al.* (2011), o consumo de maior risco de bebida alcoólica ocorre em cidades de menor porte. O fato se deve à dificuldade de estas desenvolverem políticas públicas de cultura, restritas a opções de lazer e esporte. Como opção de divertimento, as populações desses municípios tendem a investir no consumo de bebida alcoólica.

Um dado importante apresentado pela população entrevistada sobre essa diferenciação cultural, no que tange às opções de lazer, é o fato de muitos alunos não conhecerem as substâncias “LSD” e “Ecstasy”. O consumo delas é comum em determinados tipos de eventos, como festas “Raves”. Possivelmente essas festas não são comuns no município, automaticamente com isso as substâncias tornam-se mesmo menos conhecidas entre a população daquela localidade.

Por fim, concluímos que as características “eco-sociais” (DA AGRA, 2008) da localidade onde está instalada a escola são decisivas para organização do mercado violento.

As informações apresentadas pelos adolescentes nos levou a concluir que eles possuem um regular nível de conhecimento sobre as drogas, sabendo diferenciar as substâncias lícitas das ilícitas, assim como os efeitos destas no organismo.

Constatamos que a maioria das informações foram construídas a partir dos enunciados médicos e jurídicos, tanto que alguns termos destas áreas foram citados: entorpecentes; drogas estimulantes; drogas depressoras; lícito e ilícito etc. O discurso teórico se faz presente enquanto prática e as percepções dos adolescentes um tanto “engessadas”.

O fato de estarem restritos ao discurso dominante, proibicionista, faz com que estes tenham percepção limitada em face do problema, tendendo assim a propor medidas compatíveis com o discurso dominante e também desenvolver comportamentos próximos aos esperados.

Em função do exposto, entendemos que é necessário disponibilizar aos adolescentes maior informação, com base nas necessidades deles e nas características da realidade local, para que haja estímulo na compreensão do evento de modo amplo próximo ao que se apresenta. Os enunciados interacionistas podem subsidiar a construção de uma percepção global do fenômeno.

As experiências indiretas são mais recorrentes entre os entrevistados, tanto aquelas ligadas à droga lícita como ilícita. Um fato que chamou atenção foi não haver relatos de experiência direta com bebida alcoólica. Conforme algumas pesquisas, esta se encontra entre as substâncias mais consumidas pelos adolescentes (CEBRID, 2010).

Não encontramos justificativa para o fenômeno. Uma das suposições levantadas é que seja difícil assumir socialmente a posição de consumidor de substância psicoativa, mesmo sendo ela lícita, devido aos rótulos (drogadicto, alcoolista, dependente) empregados pela sociedade que interferem nas relações sociais. Quando o assunto era a experiência de terceiros, a bebida alcoólica foi qualificada como droga e associada a prejuízos na vida do indivíduo.

Devido ao fato de o consumo de substâncias psicoativas e mercado ilegal de entorpecentes serem fenômenos globais, é natural que a maioria dos entrevistados tenham tido algum tipo de experiência com eles.

Em virtude de haver intensa atividade do comércio ilegal no bairro em que está localizada a escola, aumenta a probabilidade de experiência dos adolescentes com os eventos, pois eles estão mais expostos a esses fenômenos.

Para Da agra (2008), o contexto tem papel importante na construção de determinados comportamentos. Desse modo, as características do bairro e a ocorrência de eventos de droga e violência são relevantes para o engajamento da trajetória desviante.

As precárias condições de lazer, a disponibilidade do produto, a atuação do tráfico, as restritas atividades culturais associadas a outros elementos, como variáveis econômicas, desigualdade social, entre outras, serão fatores de risco ao investimento no consumo e no mercado de drogas.

Na percepção de parcela significativa dos alunos, a violência pode ser consequência da droga, principalmente no que diz respeito ao tráfico. No que tange aos aspectos individuais, já não houve tanto consenso de que a droga tem relação com a violência.

O discurso proibicionista peca ao ser generalista na associação de que a droga provoca danos à saúde. Sabemos que isso é possível, se houver má administração da substância psicoativa. Na verdade, qualquer tipo de consumo ou hábito em excesso poderá provocar prejuízos à saúde do indivíduo. A imagem que se associa ao uso de entorpecentes tende à generalização de que todo consumo do produto ilícito irá causar prejuízos de ordem psicológica, biológica e social.

A substância psicoativa pode desencadear comportamento violento, contudo isso não é regra. Não são todos os consumidores destes produtos que desencadearam esse tipo de conduta.

Da Agra (2008) e Brochu (2006) sugerem a análise de outras variáveis as quais, associadas ao consumo das substâncias psicoativas, poderão desencadear o comportamento violento. Consideramos, portanto o tipo de substância consumida, os seus efeitos no organismo, a personalidade do consumidor, as condições sociais, o meio em que o indivíduo está inserido, entre outros fatores.

Constamos, entre os alunos, que a violência já é marca de suas expressões. O modo como os alunos se tratam é agressivo, com xingamentos, agressões físicas, ofensas, preconceito etc. Entendemos que este modo de expressão é característico daquela localidade em que o comportamento agressivo acaba sendo natural.

Assim como no caso da violência, a disponibilidade de drogas no meio e a intensa atividade do mercado ilegal também podem influir na naturalização e envolvimento com um dos eventos. Por isso, ações para prevenção fazem todo sentido nestes locais.

A repressão ainda é tida como a principal estratégia para intervir no evento, tanto para o consumo, como comércio e produção da substância. Entretanto, propomos estratégias diferenciadas para interferir na questão.

A regulação é o caminho mais pertinente encontrado no momento para intervir na produção e comercialização do produto. Possivelmente as estratégias podem interferir na ocorrência de violência articulada pelo mercado ilegal. A partir do momento em que o Estado passa a regular a atividade, há a possibilidade de ela tornar-se menos violenta. Entendemos que isso só será possível se o Estado tiver preparo para arcar com as consequências dessa mudança.

A política preventiva de uso indevido e sua estratégia de redução de danos é o modelo mais indicado para intervir na questão do consumo. Todavia, quando as estratégias estão calcadas nos moldes proibicionistas, não esse modelo apresenta resultados efetivos.

Os bons resultados só serão possíveis se as estratégias forem construídas a partir da realidade que se almeja intervir. É primordial considerar questões culturais, sociais, econômicas e políticas para a criação das ações. Os atores envolvidos deverão ser coadjuvantes na elaboração do processo. O conhecimento e a informação devem ser construídos em conjunto com os atores envolvidos.

Para a prevenção, não basta apenas estratégias centradas no indivíduo, mas também na questão social. O problema é muito maior que o desenvolvimento de autonomia e o favorecimento de escolhas conscientes. Acreditamos que, se estas estratégias forem desenvolvidas isoladamente, elas serão apenas um paliativo no “tratamento” do problema.

Entendemos que a política de prevenção ao uso indevido, especificamente a estratégia de redução de danos, pode ser um dos recursos para prevenir o consumo de substâncias psicoativas e até mesmo o envolvimento com o tráfico de drogas entre os alunos da escola estadual de Cataguases. Para tanto, ela deverá ser construída conforme as necessidades dos atores e com base nas características as quais a realidade apresenta.

Acreditamos ser necessário oferecer maior informação aos alunos, já que muitos têm o conhecimento distorcido sobre o assunto. Em alguns casos, constatamos a distorção sobre o tratamento dado pela política brasileira ao usuário e ao traficante. A informação não deve ser restrita a esse conteúdo, contemplando outros temas, como família, amigos, esporte, lazer, redes sociais, dúvidas etc.

Em suma, as estratégias de prevenção devem ser articuladas não só pela escola, mas também pelo município, de modo a intervir na cultura, no lazer, no esporte, na segurança e outros. Conforme os relatos, essas ações são carecidas de investimento naquela localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADADE, M. **A visão de estudantes sobre drogas: subsídios para ações educativas orientadas pela redução de Danos.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) - Fio Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

ADADE, M. & MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**. v. 40, n. 1. , jan/fev. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/aop1140.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2015.

ADORNO, S. Crime violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia – PSI**, n° Abril/Junho, p. 7-8, 2002. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down103.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

ADORNO, S. & CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil). 1980-1989. In: VICENTE, J. Tavares dos Santos (Org.). **Violência no Tempo da Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

AGÊNCIA MINAS. **Pesquisa revela o perfil de usuários de drogas atendidos pelo Estado.** 2015. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/pesquisa-revela-perfil-de-usuarios-de-drogas-atendidos-pelo-estado/>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

ARAÚJO, M. P. *et.al.* **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.** 1.ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: <http://www.historia.ufrj.br/pdfs/2013/livro_ditadura_militar.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de Survey.** (G., Cezarino). Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519 p.

BARCELLOS, C. & ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Saúde Pública**, v. 48, n° 1, 94-102, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n1/0034-8910-rsp-48-01-0094.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2014.

BARRÈRE, A. & SEMBEL, N. **Sociologia da Escola.** Tradução Maria Stela Gonçalves. Obra publicada sob a direção de René La Borderie. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BATISTA, V.M. (2014). Atendendo na Guerra. In. LOPES, L. E. **Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack.** Org. Elias Lopes, Vera Malaguti Batista. Ilustração J. Batista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Tradução M.L.X. de Borges. Ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGERON, H. **Sociologia da droga.** Tradução Tiago José Risi Leme. Aparecida: Idéias & Letras, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras proviências.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 20 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.705 de 19 de Junho de 2008. **Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro’, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111705.htm> Acesso em: 06 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.726 de 29 de outubro de 1971. **Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103304/lei-5726-71>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 385 de 26 de dezembro de 1968. **Dá nova redação ao art. 281 do Código Penal.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103303/decreto-lei-385-68>>. Acesso em: 01 abr. 2015

BRASIL. Lei nº 6.368 de 21 de Outubro de 1976. **Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.409 de 11 de Janeiro de 2002. **Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou química, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10409.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 11343 de 23 de Agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BRASIL. Decreto nº 54.216 de Agosto de 1964. **Promulga a convenção única de entorpecentes.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.106, de 17 de Março de 2015. **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13106-17-marco-2015-780277-norma-pl.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.294 de 15 de Julho de 1996. **Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19294.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.760 de dezembro de 2012. **Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12760.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.

BRITO, D. C. & SOUZA, J. L. C. Violência e segurança pública: a fadiga do moderno sistema de controle social. In.: BARREIRA, C. **Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio.** Leonardo Sá, Aquino, Jânia Perla (Org.). Col. Conflitos Sociais e Práticas Políticas. Campinas: Pontes Editores, 2011.

BROCHU, S. **Drogue et criminalité: une relation complexe.** 2. ed. Publ. à l'origine dans la coll: Perspectives criminologiques. 1995. Bibliothèque nationale Du Québec, 2006.

CANDIOTTO, C. **Foucault e a crítica da verdade.** 2. Ed. (Coleção Estudos Foucaultianos, 5/Coordenador Alfredo Veiga Neto), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CARLINI, E. A. et. al. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras.** São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo. SENAD – Secretaria Nacional de Políticas de Drogas. Brasília – SENAD, 2010.

CAVALCANTE, T. M. O controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. *Revista de Psiquiatria. Clínica.* v.32, n. 5, p. 283-300, 2005.

CEBRID. **II Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudos envolvendo as 108 maiores cidades do país.** Supervisão E. A. Carlini, et.al. São Paulo: SENAD. 2005. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. **VI Levantamento Nacional sobre Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino em 27 Capitais Brasileiras.** Supervisão E. A. Carlini, et.al. Brasília: SENAD. 2010. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Trad. B. Magne. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul, 2002.

CIID. Informativo dos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais (2013). **Centro Integrado de Informação de Defesa Social**. 2014. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br/images/documentos/Dezembro%202013.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

CLIFFORD, J. Sobre autoridade etnográfica. In. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p.71-107.

COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**. DPI/CCH/UEM. v.5, n.2, p-1-22. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

CRIPPA, J. A. S.; ZUARDI, A. W. & HALLAK, J. E. C. Uso terapêutico dos canabinoides em Psiquiatria. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 32, supl I, p. 56-66. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v32s1/a09v32s1.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

DA AGRA, C. **Entre droga e crime**: chegou o tempo de dizermos, sem hipocrisia a roga é normal na nossa sociedade. Mas será que a droga é, de fato, a causa directa da criminalidade?. Portugal: Casa das Letras, 2008.

DA MATA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In. NUNES, E. O. (org.) **A aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Tradução F. Tomaz. Coleção Epistemologia e Sociedade sob a direção de Antônio Oliveira Cruz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ESPÍNDOLA, L.F.G. Redução de danos: a busca de novos caminhos. In: _____ **Ensaio sobre Drogas**: necessidades humanas e políticas públicas. Roberta Uchôa (Org.). Editora Universitária: Recife, 2010.

FERREIRA, L. N. et. al. Perfil do consumo de bebidas alcoólicas e fatores associados em um município do Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.27, nº 8, Ago, p. 1473-1486, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n8/03.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução: Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **A arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 3º ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 20. Ed. Petrópolis, Vozes, 1999a.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade do saber.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

_____. **Segurança, Território, População:** curso dado ao Collège de France (1977-1978); Edição estabelecida por Michel Senellart sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão de tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRAGA, P. A geopolítica das drogas na América Latina. **Em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea**, n. 19. 67-88. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/187/210>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

GARLAND, D. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução André Nascimento. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GODSTEIN, P. J. The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework. **Journal of Drug Issues**. v. 39, p. 143-174, 1985. Disponível em <<http://www.drugpolicy.org/docUploads/nexus.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução M. B.M.L Nunes. Rev. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONÇALVES, L. A. O. & SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março, p. 101-138. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a04n115.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

HONÓRIO, K. M. & SILVA, A. A. A. B. F. Aspectos terapêuticos de compostos da planta Cannabis sativa. **Rev. Química Nova**, V. 29, nº 2, p. 318-325. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v29n2/28452.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:** o que é Ideb. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

JOBIM, N. Drogas: o problema é nosso. **Tendência/Debates**. 1997. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/NelsonJobim/ArtigosJornais/823323.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

KARAM, M.L. “Guerra às drogas” e saúde: os danos provocados pela proibição. In. LOPES, L. E. **Atendendo na guerra:** dilemas médicos e jurídicos sobre o crack. Org. Elias Lopes, Vera Malaguti Batista. Ilustração J. Batista. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LARANJEIRA, R. Legalização de Drogas e Saúde Pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 621-631. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n3/v15n3a02.pdf>>. Acesso em: 25 jan.15.

MARTINS, G. P. & AMARAL, M. C. A genealogia do poder em Foucault: As práticas discursivas e a sociedade disciplinar. **Prisma Jurídico**, vol. 10, n. 1, enero-junio, Universidade Nove de Julho, Brasil, 2011. p. 93-110.

MEAD, M. “O significado das perguntas que fazemos” e “Como escreve um Antropólogo”, In: _____ .**Macho e fêmea**. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 21-53.

MINAYO, M. C. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, v. 9, nº 3, p. 239-262, Jul/Set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> >. Acesso em: 06 jul. 2014.

MORAIS, P. C. C. (2005). **Drogas e políticas públicas**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

MOREIRA, F. G. *et.al*. Redução de Danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 807-816. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30995.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

MISSE, M. Violência, drogas e sociedade. In: _____.**Crimes, drogas e políticas**. Paulo César Pontes Fraga (Org.) Ilhéus: Editus, 2010.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**. v. 21 n. 61. São Paulo. Set./Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/en_a10v2161.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MURTA, A. Nova política contra drogas dos EUA alia prevenção à repressão. **Folha de São Paulo**: Mundo. 12 mai. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1205201007.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

NICASTRI, S. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 3.ed. Brasília, 2006. P. 15-34

PASSOS, E. H & SOUZA, T.P. Redução de Danos e Saúde Pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 154-162. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a17v23n1.pdf>>. Acesso em: 16 de abr. 2014.

PNDU. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**: o que é o IDM. 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 29 jun. 2015.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. O método comparativo em Antropologia Social. In MELLATTI, J. C., Radcliffe-Brown (Org.). São Paulo: Ática, 1979. p. 43-58.

RIBEIRO, W. **Drogas na escola: prevenir educando**. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, M. **A violência consentida**. Pesquisa FAPESP. Ed. Especial Cepids, Maio, 216 - 219. 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/08/216-219_violencia.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.

ROSSI, A. A ameaça do tráfico de drogas e a resolução dos conflitos. Da guerra à paz. In: **Crimes, drogas e políticas**. Paulo César Pontes Fraga (Org). Ilhéus: Editus, 2010.

SALO DE CARVALHO. **A política Criminal de Drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SANTOS; M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Rev. Brasileira de Política Internacional**. 53 (1), p. 67-88. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a04v53n1.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SCOZ, M. **O uso da maconha para tratar doenças**. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/saude/o-uso-da-maconha-para-tratar-doencas-2ff7fpwkaie6s7ddz8zpmqkb2>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

SILVA, S. E. D. et.al. Representações Sociais de adolescentes sobre o consumo de álcool: implicações do relacionamento familiar. **Psicologia e Saber Social**. 2012. v. 1, n. 1, p. 129-139.

TELLES, V. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. **Novos Estudos**. 2009. v.84, Julho. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a09.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

UCHOA, P. Para EUA, ainda não é hora de mudar política para as drogas. **BBC Brasil**. Washington. 30 abr. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140429_eua_drogas_pu>. Acesso em: 24 mai. 2015.

UNODC. **World Drug Report**. United Nations publication, Sales No. E. 12. XI.1. United Nations, June. Vienna, 2012.

VEJA: **Anvisa libera o uso de canabidiol**. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/anvisa-libera-o-uso-do-canabidiol/>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

VELHO, G. Observando o familiar. In. E. O. Nunes (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46.

VELHO, G. **Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

WASELFISZ, J. J. Homicídio e Juventude no Brasil: mapa da violência 2013. **Secretaria Nacional da Juventude**. Secretaria Geral da Presidência da República, Brasil. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Claudia/Documents/MESTRADO/ARTIGOS DISSERTA%C3%87%C3%83O_MESTRADO/VIOL%C3%8ANCIA/mapa2013_homicidios_juventude.pdf.> Acesso em: 02 jun. 2014.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VICENTE, J. Tavares dos Santos (Org.). **Violência no Tempo da Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Violência: questão social ou institucional? In: LOUIS, A. et. al., **Insegurança Pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. Nilson Vieira Oliveira (Org.). São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

ZEMEL, M. L. S. Prevenção: novas formas de pensar e enfrentar o problema. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 3.ed., p. 15-34. Brasília. 2008.